



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

Aline Passos Araujo

**INSERÇÃO DE EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE NO MUNDO  
DO TRABALHO:**

Um olhar a partir da formação profissional em Hospedagem.

Belo Horizonte  
2018

**ALINE PASSOS ARAUJO**

**INSERÇÃO DE EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE NO MUNDO  
DO TRABALHO:**

Um olhar a partir da formação profissional em Hospedagem.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação Tecnológica.

**Linha de pesquisa:** Processos Formativos em Educação Tecnológica.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão

**Coorientador:** Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães

Belo Horizonte  
2018

Araújo, Aline Passos  
A663i      Inserção de egressos do ensino técnico subsequente no mundo do trabalho: um olhar a partir da formação profissional em hospedagem. / Aline Passos Araújo. -- Belo Horizonte, 2018.  
131 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2018.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão

Bibliografia

1. Ensino Profissional. 2. Ensino Técnico. 3. Mercado de Trabalho. I. Abrahão, Luiz Henrique de Lacerda. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

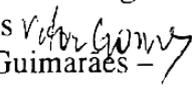
CDD 378.013

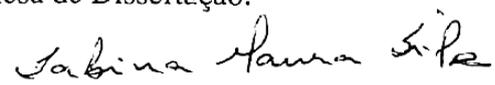
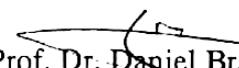


ATA DA 330ª SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

No dia 02 abril de 2018, no auditório 201, prédio 20, Campus II, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, às 14 horas, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão – Orientador, Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães – Coorientador, Dr.<sup>a</sup> Sabina Maura Silva e Prof. Dr. Daniel Braga Hubner. Designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, a Comissão reuniu-se para examinar a pesquisa de mestrado da candidata ALINE PASSOS ARAUJO, sob o título: “Inserção de egressos do ensino técnico subsequente no mundo do trabalho: um olhar a partir da formação profissional em hospedagem”. O Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão, como Presidente da Comissão Examinadora, declarou aberta a sessão, passando a palavra a candidata Aline Passos Araujo para que expusesse sua Dissertação. Terminada a exposição, o Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Examinadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabina Maura Silva, Prof. Dr. Daniel Braga Hubner e Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão. Terminada a arguição, a Comissão Examinadora reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para deliberação. Em seguida, o Presidente deu conhecimento a candidata e ao público que a dissertação foi (X) aprovada ( ) reprovada, ressaltando-se \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e no prazo de 90 dias, deverá incluir as sugestões da Comissão Examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta declarou encerrada a sessão, cujas atividades são registradas nesta Ata, a qual assina juntamente com os outros membros da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação.

  
Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão  
– Orientador  
Centro Federal de Educação Tecnológica de  
Minas Gerais  
Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães   
– Coorientador  
Centro Federal de Educação Tecnológica de  
Minas Gerais

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabina Maura Silva  
Centro Federal de Educação Tecnológica de  
Minas Gerais  
Prof. Dr. Daniel Braga Hubner   
Centro Federal de Educação Tecnológica de  
Minas Gerais

À toda comunidade do IF Baiano - *campus* Teixeira de Freitas, em especial aos egressos do curso Técnico em Hospedagem, pelo protagonismo frente às questões que envolvem a formação profissional e o trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar nos agradecimentos, são muitas as pessoas e experiências que me veem à memória: tudo o que me inspirou e motivou durante meu percurso, e que desperta toda a minha gratidão.

A Deus, Força Amorosa que me sustenta, gratidão eterna pela energia, inspiração e proteção, sobretudo nas viagens entre Teixeira de Freitas e Belo Horizonte.

À minha família: meus pais Jurandir Pereira de Araujo e Maria do Amparo Passos Araujo e meus irmãos Hilda Carla Passos Araujo e João Carlos Passos Araujo, pelo amor, pelas constantes orações, apoio e confiança em mim.

Aos orientadores, Professores Maria Rita Neto Sales Oliveira, pelo início da jornada, Luiz Henrique de Lacerda Abrahão e Ailton Vítor Guimarães, pela continuidade no caminho, pelo profissionalismo e saberes compartilhados ao longo deste período.

Ao IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, e aos egressos do curso Técnico em Hospedagem, pela disponibilidade com a qual participaram da pesquisa, contribuindo com a realização deste estudo.

À amiga Quitéria Costa, pelo incentivo para que eu ingressasse no mestrado, e pelo auxílio na realização do Grupo Focal.

À Guilherme Alcântara e sua família, por me acolherem e apoiarem no tempo que estive em Belo Horizonte, como uma segunda família.

À amiga Fernanda Oliveira pela hospitalidade em Belo Horizonte e auxílio em momentos que se tornaram preciosos.

Aos colegas do mestrado, pelas aprendizagens, carinho e acolhida que fizeram com que as minhas cansativas viagens se traduzissem em reencontros prazerosos. E, de modo especial, aos irmãozinhos Alessandra Teles, Antônio Meneses e Dilene Pinheiro; à Ione Rodrigues, pelo conforto das longas conversas e conselhos nos trajetos de metrô; à Daniela Rezende, Luciana Azevedo e Rita Matusso, pelas trocas, atenção e carinho de sempre.

Aos amigos da Bahia que sempre estão ao meu lado. O apoio de cada um de vocês, perto ou longe, traduziu-se em energia e força para mim: Adriana Melo, Alexandra Bomfim, Andressa Bartasson, Carla Sales, Jaqueline Camata, Josemar Rodrigues, Joselito Bispo, Livia Macedo, Rafaela Sales, Ronaldo Bastos e Taís Galvão.

A todos os Professores e Funcionários do CEFET/MG, que brilhantemente enriqueceram esse processo formativo com seus saberes e experiências. E ao programa de fomento do Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET/MG pelo apoio financeiro.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar e compreender o processo de inserção profissional dos egressos de um curso do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer (THL), na modalidade subsequente, em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do extremo sul da Bahia. A metodologia foi de abordagem qualitativa exploratória, lançando mão da pesquisa bibliográfica e documental e da coleta de dados a partir de aplicação de questionários, grupo focal e de entrevistas semiestruturadas. Buscou-se, no contexto da pesquisa, caracterizar o perfil do egresso, identificando também os seus anseios ao se revelarem as relações que estabelecem entre a escola, a profissão e o mundo do trabalho. Ao se constatar que há poucos estudos na produção acadêmica que abordem a formação técnica de nível médio na modalidade subsequente, relacionada ao eixo THL, o referencial teórico que serviu de base para este estudo traz, inicialmente, uma breve abordagem sobre a história da Educação Profissional no Brasil, chamando atenção para o lugar que a modalidade subsequente vem ocupando nessa trajetória. O contexto histórico é direcionado para a formação em turismo e, por conseguinte, para as discussões sobre o trabalho no setor de serviços e as características da “classe-que-vive-do-trabalho” no turismo. Os resultados destacaram que, ao contrário do que se pode esperar, esses jovens e adultos não almejam encontrar apenas oportunidade de emprego com a nova profissão, e reconhecem que a formação trouxe mudanças na percepção de mundo e na relação com o trabalho. Apresentam ainda, de forma geral, uma visão crítica sobre as relações entre formação, mercado e trabalho no setor.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Inserção Profissional; Egressos; Ensino Técnico Subsequente.

## ABSTRACT

This research aimed to identify and understand the process of professional insertion of graduates of a Tourism, Hospitality and Leisure (THL) course, in the subsequent modality, at a Federal Institute of Education, Science and Technology in the extreme south of Bahia. The methodology was an exploratory qualitative approach, using bibliographical and documentary research and data collection from the application of questionnaires, focus group and semi-structured interviews. In the context of the research, it was sought to characterize the profile of the egress, also identifying their desires when revealing the relationships that establish between the school, the profession and the world of work. When it is verified that there are few studies in the academic production that approach the technical training of secondary level in the subsequent modality, related to the THL axis, the theoretical reference that served as base for this study brings, initially, a brief approach on the history of Professional Education in Brazil, drawing attention to the place that the subsequent modality has been occupying in this trajectory. The historical context is directed to training in tourism and therefore to discussions about work in the service sector and the characteristics of the class of those who live from work in tourism. The results pointed out that, contrary to what can be expected, these youngsters and adults do not aim to find only employment opportunities with the new profession, and recognize that the formation brought about changes in the perception of the world and in relation to work. They also present, in general way, a critical view on the relations between training, market and work in the sector.

**Keywords:** Professional Education; Professional Insertion; Graduates; Subsequent Technical Education.

## QUADROS E FIGURAS

Quadro 01	Pesquisas relativas ao tema: produção acadêmica de 2008 a 2016.
Quadro 02	Pesquisas relativas ao tema.
Quadro 03	População estimada dos municípios da zona turística Costa das Baleias
Quadro 04	Perfil dos egressos I
Quadro 05	Perfil dos egressos II
Figura 01	Categorias de egressos.
Figura 02	Ocupados formais em ACT'S com ensino médio incompleto, por regiões.
Figura 03	Ocupados formais em ACT'S com remuneração média de até dois salários mínimos, por regiões.
Figura 04	Escolaridade dos ocupados informais no turismo.
Figura 05	Remuneração média das ocupações informais no turismo.
Figura 06	Mapa de distribuição dos municípios da zona turística Costa das Baleias.

## ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT's	Atividades Características do Turismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EP	Educação Profissional
DCNEPTNM	Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IPEA	Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
RH	Recursos Humanos
THL	Turismo, Hospitalidade e Lazer

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA .....	15
1.2 OBJETIVOS .....	21
1.3 METODOLOGIA .....	22
1.3.1 Instrumentos de coleta de dados .....	22
1.3.2 A análise dos dados .....	26
<b>2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO TÉCNICO E TRABALHO</b> .....	<b>29</b>
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE NÍVEL TÉCNICO E OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO SUBSEQUENTE .....	30
2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO E HOTELARIA: BREVE HISTÓRICO E PANORAMA ATUAL .....	46
2.3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL .....	51
2.4 O TRABALHO NO TURISMO .....	60
<b>3. OS SUJEITOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA</b> .....	<b>69</b>
3.1 O IF BAIANO, O CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS E O CURSO TÉCNICO EM HOSPEDAGEM .....	70
3.1.1 Perfil do aluno do Curso Técnico Subsequente em Hospedagem .....	75
3.2 A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA E A RELAÇÃO COM O TRABALHO .....	84
3.2.1 Das experiências de trabalho durante o estágio ou após o curso. ....	86
3.2.2 Dos impactos da formação no trabalho e na vida .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>114</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>122</b>
APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA .....	123
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	124
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO .....	126
APÊNDICE D - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	131

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo tratar da questão da inserção no mundo do trabalho de jovens e adultos egressos do ensino técnico na modalidade subsequente<sup>1</sup>. Utilizamos, como campo de pesquisa, os alunos que concluíram, entre o período de 2012 à 2017, o curso Técnico em Hospedagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), localizado na região extremo sul da Bahia. Assim, o trabalho aborda de forma mais particular a inserção profissional no turismo, área que representa o setor de hospedagem. Por considerarmos aspectos que envolvem, do ponto de vista dos sujeitos, tanto as experiências no trabalho quanto na formação profissional, dialogamos com alguns autores sobre Educação Profissional (MANFREDI, 2002; SAVIANI, 2003; KUENZER, 2010), os princípios da formação profissional politécnica (SAVIANI, 1989; MACHADO, 1992) e da educação profissional de jovens e adultos (KUENZER, 1989;2003, DAYRELL, 1992). Consideramos o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” de Antunes (2009) para representar os egressos no “mundo do trabalho” (FIGARO, 2008), especificamente no setor de serviços. Tendo em vista que o setor de hospedagem é uma parcela representativa do trabalho no turismo, traçamos um paralelo entre os demais autores com as abordagens que fazem Trigo (1998), Ansarah (2002) e Cooper, Hall e Trigo (2011) sobre formação e trabalho.

Para a coleta dos dados, utilizamos como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, seguidos da aplicação de questionários, grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Identificamos, a partir da revisão acadêmica, a necessidade de se investigar o egresso da modalidade subsequente, em virtude da escassez de pesquisas com este público. Dividimos os grupos dos respondentes, a partir dos questionários, em categorias de análise com base nas experiências de atuação no setor. Dessa forma, as categorias dos egressos que estagiaram e que trabalham formal e informalmente tiveram os dados tratados por meio de análise documental, com base no Projeto Pedagógico do Curso e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), bem como da análise de conteúdo. Assim sendo, no Capítulo 1 introduzimos o leitor às questões que nos levaram ao problema da pesquisa e que envolvem a revisão acadêmica do tema, a justificativa

<sup>1</sup>Modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, voltada àqueles que já concluíram o ensino médio.

deste estudo e os seus objetivos, bem como expomos de forma mais detalhada a metodologia utilizada e os instrumentos de coleta e análise dos dados.

No Capítulo 2, intitulado “Educação Profissional, Ensino Técnico e Trabalho”, abordamos brevemente a trajetória da Educação Profissional (EP) no Brasil, com foco nas políticas públicas. Nessa direção, o principal objetivo consiste em entender as implicações dessas políticas no ensino técnico de nível médio. Para tanto, destacamos os caminhos da formação na modalidade subsequente, da qual são oriundos os sujeitos desta pesquisa. A partir daí, tentamos compreender de que forma o aluno dessa modalidade vem sendo representado nas políticas públicas para a EP no Brasil. Convém considerar que, historicamente, a EP é marcada pelo estigma de formação para as classes menos favorecidas, que se distingue daquela para as classes dirigentes. Além disso, procuramos trazer alguns apontamentos acerca das reflexões sobre trabalho, mundo do trabalho e formação técnica profissional. Por fim, direcionamos as reflexões para o processo de formação profissional em turismo e hotelaria - Apresentamos um breve histórico e abordamos o panorama atual, com foco no trabalho em turismo no Brasil, particularmente em relação a alguns dados importantes sobre a situação da Região Nordeste.

No Capítulo 3, “Os sujeitos e suas contribuições à pesquisa”, contextualizamos o *locus* explorado, além de revisitarmos a produção acadêmica considerada anteriormente, em diálogo com os achados desta investigação. Apresentamos, brevemente, a cidade onde está localizado o *campus* do IF Baiano, em Teixeira de Freitas, suas principais características como instituição, situando no contexto o curso Técnico em Hospedagem. Em seguida, a análise dos dados irá tratar da caracterização do perfil dos egressos, da relação destes com o trabalho e com o mercado local e os impactos da formação na vida desses sujeitos, à luz do que apontaram os dados coletados e diante do que a produção acadêmica já apontava.

Por último, as considerações finais destacam alguns resultados que nos mostram que, ao contrário do que se pode esperar, esses jovens e adultos não almejam encontrar apenas oportunidade de emprego com a nova profissão, e reconhecem que a formação trouxe mudanças na percepção de mundo e na relação com o trabalho. Além disso, de forma geral, apresentam uma visão crítica sobre as relações entre formação, mercado e trabalho no setor. Tais percepções nos conduziram a novos questionamentos e possíveis desdobramentos deste estudo.

## 1. INTRODUÇÃO

Foi objeto desta investigação o processo de inserção profissional dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano - *campus* Teixeira de Freitas, considerando a análise das dificuldades e/ou facilidades encontradas por eles e a relação estabelecida com o papel da escola nesse processo. Também foram consideradas as aspirações desses sujeitos ao ingressarem na citada formação profissional e as implicações em suas vidas após a formação, partindo dos princípios que levaram em conta, como referência de análise, uma formação humana integral e politécnica.

O interesse por este tema surge da atuação profissional da pesquisadora como professora da área técnica do referido curso e também por sua formação como turismóloga. Após um período de experiência ministrando cursos técnicos no turno noturno para jovens e adultos nas áreas de turismo e hospitalidade pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, passou a trabalhar no ano de 2013 no IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, no mesmo turno. Nesse novo ambiente profissional, além de trabalhar com as disciplinas específicas da área técnica, também atua na orientação de estágios dos alunos concluintes e egressos. A partir dessa relação, alguns estagiários fizeram relatos a respeito de dificuldades diversas em encontrar espaço no setor e de seus anseios quanto ao reconhecimento de sua formação pelo mercado. Considerando que Teixeira de Freitas está inserida na zona turística da Costa das Baleias por seu potencial para o turismo de negócios e eventos, contando com diversas empresas do ramo da hospitalidade,<sup>2</sup> este aparente conflito entre aluno, trabalho e mundo do trabalho,<sup>3</sup> que parecia ter início já na fase de estágio, surgiu como uma questão que foi investigada e analisada, sendo objeto de problematizações ao longo da dissertação.

Nessa direção, e na concepção pedagógica do próprio curso sobre a relação da formação e do mundo do trabalho, destacam-se os seguintes objetivos:

<sup>2</sup> Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do SETEC/MEC (CNCT, 2016), o Curso Técnico em Hospedagem integra o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Dessa forma, a grade curricular do curso permite uma ampliação das áreas de conhecimento do aluno, que vai desde os diversos setores dos meios de hospedagem até os demais segmentos da Hospitalidade e Lazer, entre os quais: Alimentos e Bebidas, Organização de Eventos e Recreação e Lazer.

<sup>3</sup> Ao longo da história, o trabalho e as relações de trabalho vêm sofrendo mudanças significativas decorrentes, em grande parte, de transformações que afetam a economia e o modo da produção, estabelecendo uma nova cultura de trabalho. Assim, o conceito de mundo do trabalho baseia-se em um conjunto de fatores que compreende a atividade de trabalho, meio ambiente, conhecimentos instituídos e conhecimentos investidos, culturas e processos comunicacionais. (FIGARO, 2008).

Oportunizar ao estudante o aprofundamento dos seus conhecimentos técnicos e das relações sociais que interferem no mercado de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica e empreendedora necessárias ao exercício da profissão [...]. Preparar e integrar a população ativa, por meio de uma interface entre a escola e as empresas, para a crescente demanda e desenvolvimento econômico do setor produtivo de turismo e lazer da região (IF BAIANO, 2010, p. 05)

Percebe-se, na leitura do que está exposto nesses objetivos, a proposição institucional de uma formação mais ampla e contextualizada com as questões que envolvem o setor produtivo local. Dessa forma, as implicações desses objetivos na formação ofertada e, por consequência, na vida do aluno, fundamentais para o desenvolvimento do senso crítico na relação com o mundo do trabalho, são questionamentos que, desvelados por eles mesmos, devem apontar direções que necessitam ser consideradas como vias de análise na relação educação e formação para o trabalho de jovens e adultos.<sup>4</sup>

No campo da Educação Profissional, existem pesquisas referentes à problemática da inserção no mercado de trabalho, grande parte delas envolvendo os pontos de vista dos alunos, dos egressos, dos professores e da escola (o que se busca demonstrar de forma mais evidente no tópico seguinte). Porém, dentre estas pesquisas, aquelas que tratam da modalidade de cursos técnicos subsequentes ou mesmo cursos técnicos integrados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são minoria, prevalecendo pesquisas no Ensino Médio regular nas áreas agrárias, industriais e de saúde. Nas áreas do turismo e da hospitalidade, o destaque são as pesquisas sobre inserção no mercado de trabalho dos egressos das graduações tecnológicas ou bacharelados.

Essas análises iniciais provocaram algumas inquietações, conduzindo à necessidade de se desenvolver uma compreensão mais sistemática da realidade desses egressos. Cabe aqui esclarecer que nos baseamos no conceito de egresso do Ministério da Educação (MEC), que o considera como o aluno que concluiu os estudos, estágio e todas as atividades previstas no plano de curso, e que, portanto, esteja apto a receber ou já tenha recebido o diploma. (BRASIL, 2009).

<sup>4</sup> Compartilhamos da referência de Viana (2012, p. 3) aos alunos da modalidade subsequente, apresentada em seu estudo no Instituto Federal do Sul de Minas, ao afirmar que “[...] enquanto o aluno de ensino técnico concomitante (paralelo ao Ensino Médio) na maioria das vezes é um adolescente, trata-se aqui de um jovem ou adulto [...] a crescente procura por essa modalidade de estudo por parte desses alunos que, teoricamente, já poderiam pleitear uma formação de nível superior, mostra a necessidade de desvendar quem é o aluno da modalidade subsequente e como tem se construído o universo de políticas educacionais na área profissional pelo Estado brasileiro, suas intencionalidades, suas relações com a formação/profissionalização e como elas interferem na organização curricular.”

## 1.1. CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA

No intuito de percorrer com segurança o caminho desta investigação, e na busca por nos acercarmos dos estudos já realizados que possuam proximidade com o tema, foi necessário acessar e descortinar o panorama científico no qual esta pesquisa se inseriu. Desse modo, pesquisamos nas seguintes fontes: 1) acervo de dissertações do programa de Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG; 2) revistas de referência nas áreas da educação e do turismo,<sup>5</sup> assim como as publicações anuais e bienais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED),<sup>6</sup> da Associação Nacional de Política e Administração em Educação (ANPAE)<sup>7</sup> e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR).<sup>8</sup> Também foram feitas buscas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), sempre considerando palavras-chave (termos e categorias teóricas) que envolvessem a temática da inserção profissional de alunos e/ou egressos oriundos de cursos técnicos.

É importante esclarecer que, por se tratar de uma proposta de pesquisa em um Instituto Federal (IF), foram considerados os trabalhos apresentados e/ou publicados de janeiro de 2008 até o mês de junho de 2016, sendo este um período de relevância teórica para o tema da formação profissional de nível técnico, por conta da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – a partir da Lei 11.892/2008 –, e pela expansão dos cursos no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer na rede pública da educação profissional e tecnológica do Brasil. O quadro na sequência ilustra o quantitativo das produções gerais e relativas ao tema no período acima destacado:

<sup>5</sup>Foram investigados os acervos dos seguintes periódicos: *Revista Educação & Sociedade*; *Revista Brasileira de Educação*; *Educação em Revista*; *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*; *Revista Trabalho e Educação*; *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*.

<sup>6</sup>GT 09 – Trabalho e Educação e GT 18 – Educação de Jovens e Adultos.

<sup>7</sup>GT 01 – Política e Gestão da Educação Básica e Superior

<sup>8</sup>Grupos: Gestão do Conhecimento e de Novas Tecnologias no Turismo (DPG3); Formação e Qualificação no Turismo (DFP3)

**Quadro 1 – Pesquisas relacionadas ao tema: produção acadêmica de 2008 a 2016**

<b>FONTE</b>	<b>PRODUÇÃO GERAL<sup>9</sup></b>	<b>PRODUÇÃO RELACIONADA AO TEMA<sup>10</sup></b>
<b>ANPED</b>	10	00
<b>RBEPT<sup>11</sup></b>	70	03
<b>T&amp;E<sup>12</sup></b>	20	10
<b>CAPESES<sup>13</sup></b>	72	47
<b>CEFET</b>	02	00
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>60</b>

**Fonte:** Periódicos e banco de teses e dissertações da CAPES.

Foram encontrados ao todo 100 artigos, 66 dissertações e oito teses. Vale registrar que, na plataforma da CAPES, foram identificadas algumas fragilidades que dificultaram o levantamento, entre elas a disponibilidade restrita de acesso aos conteúdos; na Plataforma Sucupira, por exemplo, constam apenas os trabalhos datados a partir do ano de 2013. Também existem problemas na adequação do sistema de busca aos filtros selecionados, apresentando um grande número de títulos sem nenhuma proximidade com as palavras-chave inseridas. Desse total, e após análise dos resumos, foram selecionados 13 artigos, 13 dissertações e três teses, com base em pesquisas realizadas em cursos técnicos das redes públicas federal e estaduais, nas modalidades subsequente ou EJA/PROEJA, considerando nesta última as similaridades com o subsequente, especialmente com relação ao perfil socioeconômico e a faixa etária dos alunos, e aquelas voltadas à temática da inserção profissional. O quadro a seguir expõe a distribuição quantitativa das produções relacionadas ao tema por áreas do conhecimento e nível de ensino, de acordo com o Banco de Teses e Dissertações da CAPES:

<sup>9</sup> Levantamento geral, a partir da busca com *palavras-chave* e/ou análise de *títulos* dos sumários das revistas e grupos de trabalho.

<sup>10</sup> Publicações/Pesquisas relativas ao tema, com base na análise dos seus *resumos* e *palavras-chave*.

<sup>11</sup> Cf. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos>> Acesso em: 19 ago. /2016.

<sup>12</sup> Cf. *Revista Trabalho e Educação*. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/issue/archive>> Acesso em: 30 ago. 2016.

<sup>13</sup> Pesquisa realizada com as seguintes palavras-chave, visando encontrar trabalhos na área de Educação: Formação Profissional, Mundo do Trabalho, Mercado de Trabalho, Inserção Profissional e Egressos. E, especificamente, de Turismo e Hotelaria: Curso Técnico, Hospedagem, Hotelaria, Turismo. Período de acesso: de 21 ago. 16 até 30 nov. /2016.

Quadro 2 – Pesquisas relacionadas ao tema

ÁREA <sup>14</sup>	QUANTIDADE	ÁREA <sup>15</sup>	QUANTIDADE
Agropecuária	15	Hotelaria	03
Saúde	04	Turismo	01
Informática	03	Guia de Turismo	02
Industrial	02	Eventos	01
Metalurgia	02	-	-
Vestuário	02	-	-
Administração	01	-	-
Mecânica	01	-	-
Eletrotécnica	01	-	-
Variadas <sup>16</sup>	09	-	-
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>Total</b>	<b>07</b>
MODALIDADE	QUANTIDADE	NÍVEL	QUANTIDADE
Ensino Médio Integrado	18	Técnico	04
Subsequente	08	Superior (Bacharelado)	01
Proeja / EJA	07	Tecnólogo	02
Integrado e Subsequente	06	-	-
Concomitante	01	-	-
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>Total</b>	<b>07</b>

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES.

É necessário destacar que há um número considerável de trabalhos (40) envolvendo a inserção profissional de alunos e/ou egressos, com destaque para os setores da Agropecuária, Saúde e Tecnologias. Vale ressaltar, ainda, que a maioria dessas pesquisas se deu na modalidade Ensino Médio Integrado (18), além da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional - PROEJA (sete), com apenas oito trabalhos de enfoque na modalidade subsequente. Constatou-se, também, em tais áreas, a considerável preocupação com a *empregabilidade* dos egressos, e sua inserção no *mercado de trabalho* ou *mundo do trabalho* (termos comumente vistos nos títulos), assim como a opinião dos representantes do mercado a respeito da qualidade da formação desses alunos.

No que tange, especialmente, à formação de nível técnico no eixo THL, foram encontrados apenas dois trabalhos (dissertações) em áreas relativas ao eixo e nível de ensino pretendido (há também uma dificuldade em se identificar a modalidade dos cursos, pois poucos trabalhos apresentam o cuidado em especificá-la). Percebe-se, dentro dessa temática,

<sup>14</sup> Pesquisa com as seguintes palavras-chave: Formação Profissional, Mundo do Trabalho, Mercado de Trabalho, Inserção Profissional e Egressos, Curso Técnico.

<sup>15</sup> Pesquisa com as seguintes palavras-chave: Curso Técnico, Hospedagem, Hotelaria, Turismo.

<sup>16</sup> Pesquisas que abordam a inserção de alunos de outros cursos de nível técnico.

um maior destaque para os níveis *tecnólogo* e *bacharelado*, com expressiva abordagem da necessidade de adequação dos cursos à visão do mercado, bem como das questões de formação das habilidades e competências a partir das diretrizes curriculares e da qualidade da educação do ponto de vista dos alunos e egressos.

Com os trabalhos devidamente selecionados, partiu-se para a leitura, com o intuito de analisar as discussões e resultados, sempre em busca de aproximações com a proposta de pesquisa. As pesquisas envolvem a formação ética e de valores dos egressos na inserção profissional (PEREIRA, 2014); a relação do modelo de competências com o discurso contemporâneo da empregabilidade (RODRIGUES, 2015); e as influências da formação recebida na emancipação humana dos sujeitos egressos (ALMEIDA, 2015). Entretanto, são recorrentes as colocações a respeito da necessidade de mais pesquisas que envolvam o acompanhamento de egressos e seu processo de inserção profissional. Em sua tese intitulada “O egresso do curso técnico em enfermagem: formação profissional e a inserção no mundo do trabalho”, Silva (2015) traz em suas considerações finais a seguinte preocupação:

[...] vários trabalhos fazem reflexões sobre a prática do enfermeiro, como também sobre o seu cotidiano de trabalho. Entretanto, são escassos os estudos que têm como foco a atuação e ou a formação e o perfil profissional dos trabalhadores técnicos em nível médio [...] bem como os que constata a apreensão do perfil profissional pelo egresso do curso, em seu cotidiano de trabalho, o que gera nas escolas e cursos uma ausência de informação acerca da qualidade de seu processo pedagógico de formação [...] (SILVA, 2015, p. 28)

Queiroz (2013), em sua dissertação “Proeja: egressos do Curso Técnico em Metalurgia do IFES *campus* Vitória e sua inserção no mundo do trabalho” apresenta, como um dos desafios educacionais, o campo da pesquisa com sujeitos egressos, tendo em vista o problema de em quais condições estes se inserem no mundo do trabalho. O autor também enumera algumas inquietações, entre elas: “(ix) a falta de atenção às políticas de educação continuada e de estágio que possibilitem aos egressos a abertura de espaços para a profissionalização e inserção no mundo do trabalho, entre outras”. (QUEIROZ, 2013, p.136)

Alguns estudos afirmaram a importância de se buscar, além da visão do egresso, o ponto de vista do mercado, registrando que devido ao prazo (NOGUEIRA, 2010 e ALVES, 2012) ou a indisponibilidade das empresas representantes (SIMEAO, 2008), não foi possível ampliar a pesquisa nesse aspecto. Nas pesquisas que incluíram a vertente mercadológica, enfatiza-se a necessidade de adequação da formação do aluno de acordo com as demandas do

mercado, como concluem as dissertações de Santos (2013, p. 106), ao sugerir “[...] um convite para a busca de caminhos que possam atender de forma satisfatória as exigências do mercado de trabalho, do setor de produção de bens e serviços e a satisfação da sociedade” e Soares (2012), ao propor a melhoria do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos do IFPA – *campus* Belém, com vistas ao atendimento das exigências do mercado profissional. Destacam-se, ainda, as considerações finais de Rodrigues (2015) que, sendo um dos únicos trabalhos voltados ao ensino subsequente, questiona a necessidade da existência desta modalidade:

[...] a necessidade de pesquisas que *compreendam a relação entre educação profissional pós-médio e acesso à educação superior*, bem como, para a *problematização das políticas de educação profissional, que admitem essa modalidade pós-médio*. Tal questionamento justifica-se pela expectativa de democratização de níveis educacionais mais elevados e pela dinâmica do mercado de trabalho, *ainda justificada por pressupostos da teoria do capital humano*. Por isso, *sugere-se o desenvolvimento de estudos sobre a viabilidade da oferta dos Cursos Técnicos serem oferecidos em articulação com o ensino médio, seja na modalidade integrada ou concomitante. Outra possibilidade seria substituição dos cursos pós-médios por Cursos de Educação Profissional Tecnológicos de Graduação*. (RODRIGUES, 2015, p.116. grifo nosso)

Diante deste posicionamento, o autor ignora o direito à formação técnica pelo sujeito jovem adulto que possa ser omnilateral<sup>17</sup> e, dessa forma, integral. Em contraposição, Almeida (2015) critica a ideia da profissionalização como sinônimo de ingresso no mercado de trabalho. Com base na teoria emancipatória da formação profissional, a autora defende que

[...] a dualidade da educação ainda permanece [...] *é interessante que deixemos espaço para a emancipação humana que se constrói na relação entre trabalho e educação, entre jovens e adultos que vivem as suas experiências, as suas tradições, os seus valores*. Preconceitos são os filhos dos olhares apressados, assim, não é necessário esperar a superação da sociedade capitalista para que se estabeleçam os vínculos entre emancipação humana e educação. (ALMEIDA, 2015, p.234. grifo nosso)

Nesse sentido, Nascimento (2014) alerta para o olhar crítico do pesquisador, que deve procurar estabelecer contradições que considerem o sujeito em sua dimensão política, filosófica, econômica e social. Assim, o autor conclui que

[...] ‘dar o mercado aos pobres’ denota à nossa governança a emergência de proposição de políticas públicas que convirjam aos interesses desses sujeitos e de seus coletivos. E justamente *uma das licenças consideradas primordiais é a reconstrução da sua dimensão do saber / tornar-se um*

<sup>17</sup> “A omni ou onilateralidade é [...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.” (MANACORDA, 2007, p. 89).

*sujeito apto a interferir no processo da sua emancipação como ser humano coadunado às bases sólidas integradas no ensino profissional [...]* (NASCIMENTO, 2014, p 154. grifo nosso)

Apesar de não existir um grande quantitativo de estudos que abordem o tema na modalidade subsequente ou EJA/PROEJA, as pesquisas encontradas demonstraram que existem reflexões que levam em conta a formação humana desses egressos. Para além da preocupação de “onde estão”, procuram analisar “como estão” após os cursos, considerando as mudanças pessoais, culturais e políticas a partir das experiências e vivências proporcionadas no decorrer da formação.

Em síntese, constatou-se que o panorama científico dessa temática ainda é restrito, principalmente no que diz respeito à situação da inserção profissional de alunos e egressos dos cursos de nível técnico voltados ao público jovem adulto, seja de formação integrada ou pós-médio (subsequente). Além disso, percebeu-se o quanto é preciso estudar e aprofundar o tema da formação técnica em Turismo, Hospitalidade e Lazer, pois foram encontradas poucas pesquisas em comparação com a quantidade relacionada a outras áreas e ao nível superior, como pôde ser demonstrado no Quadro 2. Considerou-se, também, a necessidade de referenciais que direcionem estas pesquisas para além do viés mercadológico das demandas empresariais, por meio de experiências que se desenvolvam de forma dialógica, convidando os egressos a exercer o direito de dizer a sua palavra, caminho que deve servir de alicerce para as discussões sobre os processos de formação e inserção com o mundo do trabalho.

A partir do cenário apresentado, a escassez de estudos que abordem a inserção profissional dos jovens e adultos alunos e egressos dos cursos técnicos de nível médio nas áreas do Turismo, Hospitalidade e Lazer reforça a relevância desta pesquisa. Buscou-se, então, nessa direção, a compreensão do universo dos sujeitos formados nesses cursos, por meio da escolha de um campo específico, o curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano. Isso posto, algumas indagações se colocaram, no sentido de explicitar a problemática considerada, ao mesmo tempo em que permitiram mapear pontos de investigação:

Que tipo de relações os egressos do curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, estabelecem com o mundo do trabalho após a formação recebida?

1. Qual o perfil (etário, de gênero, socioeconômico) dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas?

2. Quais as facilidades e/ou dificuldades encontradas para se inserir, profissionalmente, como Técnico em Hospedagem?
3. De que forma o mercado local – considerando as empresas do ramo da hospitalidade – inclui (ou exclui) o profissional de formação técnica nessa área? Quais os espaços ocupados por ele?
4. Como a instituição, instância de formação profissional, atua na relação entre o aluno e o processo de inserção no mundo do trabalho?
5. Quais os impactos da formação técnica na vida do sujeito jovem e adulto do extremo sul baiano?

## 1.2. OBJETIVOS

Consideradas essas questões e o exposto até aqui, o objetivo geral da pesquisa é identificar e compreender o processo de inserção profissional dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, considerando os anseios formativos desses sujeitos e as implicações da formação profissional na relação com o mundo do trabalho.

Dadas a direção e a perspectiva orientadora dos percursos a seguir por meio das questões colocadas pela problemática proposta, os objetivos específicos dão conta de: (1) identificar os egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, detectando a atual relação com o mundo do trabalho e a facilidades e/ou dificuldades encontradas no processo de inserção profissional; (2) apontar as motivações para o ingresso dos alunos em curso técnico subsequente da área de Hospedagem; (3) caracterizar, do ponto de vista do egresso, como o mercado de trabalho local se relaciona com o profissional formado pelo Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas; (4) explicitar as relações que se estabelecem entre a escola e o mundo do trabalho no processo de formação profissional, tomando por base o ponto de vista do egresso; e (5) apontar e analisar as implicações desta formação profissional na vida dos sujeitos e na sua relação com o mundo do trabalho.

### 1.3. METODOLOGIA

Este tópico apresenta as questões metodológicas que pontuaram a realização desta pesquisa, as quais abrangem as abordagens quantitativa, qualitativa e exploratória, e o manuseio das estratégias da coleta de dados por meio de pesquisa documental, bibliográfica e da aplicação de questionários, grupo focal e entrevistas. Com relação às técnicas para apreciação dos dados coletados, a pesquisa lançou mão da análise de documentos e da análise de conteúdo. Considerados o problema e o objeto de pesquisa deste estudo, a perspectiva adotada é de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados ou reduzidos à operacionalização de variáveis. (1993, p. 21-22).

A escolha prioritária por instrumentos de abordagem qualitativa decorre de sua tradição “compreensiva ou interpretativa”, segundo Paton, citado por Alvez-Mazzotti e Gewandszajder (1999, p. 131). Parte-se do pressuposto que “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”, o que justifica o seu caráter interpretativo.

Estes mesmos autores afirmam ainda que as investigações de caráter qualitativo, “por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a um grande número de casos” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 147). Defendem, também, a necessidade de um planejamento cuidadoso, para dar o foco necessário à pesquisa, estabelecendo os seus limites, além de uma maior estruturação “para estabelecer as fronteiras da investigação” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.151) e focalizar o objetivo que se quer alcançar como resultado da pesquisa qualitativa.

#### 1.3.1. Instrumentos de coleta de dados

Para a produção desta pesquisa, foi inicialmente realizada uma revisão bibliográfica a partir da leitura de livros, teses, dissertações e artigos. Com isso, buscamos esclarecer e sistematizar as discussões acerca da relação educação e trabalho, especificamente da

formação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, e da formação humana integral e politécnica.

Além dessa revisão, foi feito um levantamento dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do *campus* Teixeira de Freitas, no período de 2012 (primeira turma concluinte) a julho de 2017, a partir do qual procurou-se caracterizar o perfil socioeconômico, as motivações para ingresso em um curso técnico subsequente e a situação de trabalho naquele momento, por meio da aplicação de questionário *online* e impresso<sup>18</sup> para uma amostra de 28 de 62 egressos do curso, correspondendo a 45% do total. Tal amostra representa a quantidade de egressos que conseguimos acessar, uma vez que tentou-se, por inúmeras vezes e durante um período de 05 meses, contatar a totalidade destes egressos.

A escolha dos egressos como sujeitos de pesquisa levou em conta, de acordo com Lordelo e Dazzani (2009), o fato de que esses sujeitos têm se firmado como um recurso metodológico extremamente rico, sendo uma fonte privilegiada que pode permitir inferir sobre o processo educativo na formação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

O estudo com egressos é por definição, uma estratégia que tem como meta conhecer como os beneficiários efetivamente se apropriam das informações, habilidades e ferramentas supostamente oferecidas pelo programa educativo (LORDELO; DAZZANI, 2009, p. 19).

Além do questionário, foram realizados outros dois procedimentos: grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Em todas as etapas foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível nos apêndices.<sup>19</sup>

## Questionários

Em relação ao questionário, conforme pontuado por Richardson (2012, p. 189), trata-se de um instrumento de coleta de dados que cumpre pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Para o autor, tal descrição, se realizada de forma adequada, beneficia a análise feita pelo pesquisador na medida que permite observar o indivíduo e o grupo, além de mensurar diversos fenômenos atitudinais que podem abranger a multidimensionalidade de uma problemática. Considerando que objetivamos identificar os egressos do curso em diversos aspectos (gênero, idade, perfil

<sup>18</sup> Os questionários impressos foram direcionados aos egressos que, no primeiro contato por telefone, alegaram não dispor de acesso à internet para respondê-lo na versão *online*. Neste caso, a pesquisadora ia até o encontro destes. Assim, as duas versões foram aplicadas simultaneamente.

<sup>19</sup> Cf. Apêndice B.

socioeconômico, etc.) optamos por utilizar deste instrumento na fase inicial da coleta de dados. Para esta pesquisa o questionário foi composto, na sua maior parte, por questões semiestruturadas, isto é, fechadas, mas que apresentaram uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto, e algumas questões abertas. Utilizar a técnica da múltipla escolha e, em seguida, realizar a tabulação proporcionou explorar os dados colhidos com maior profundidade. O questionário foi um instrumento essencial na coleta de informações quantitativas e qualitativas, possibilitando inferir algumas categorias que serão descritas e analisadas posteriormente.

Sendo assim, um questionário *online* foi previamente testado com um total de seis egressos selecionados aleatoriamente, contatados por telefone, *e-mail* e redes sociais,<sup>20</sup> de acordo com uma planilha de dados disponibilizada pela Secretaria de Registros Acadêmicos do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, com o intuito de avaliar a clareza das questões propostas e levantar possíveis dúvidas no momento de resposta. Foram feitos, em seguida, os ajustes necessários<sup>21</sup> e realizada a coleta de dados.

Vale ressaltar que o *campus* não dispõe de um banco de dados, semestralmente atualizado, no que diz respeito ao número de egressos certificados e ao cadastro dos contatos de e-mail e telefone, o que de certa forma, dificultou o acesso da pesquisadora aos sujeitos. De acordo com informações da instituição, existe um projeto de monitoramento e acompanhamento de egressos que ainda está em fase de análise na reitoria do IF Baiano. Acredita-se que a implantação desse projeto possibilitará a constante atualização dos dados que são necessários para se estabelecer uma relação mais próxima da instituição com os seus egressos, além de facilitar a coleta de dados para estatísticas mais precisas e para o desenvolvimento de pesquisas e políticas para este campo. Nesse sentido, os dados coletados nesta pesquisa se reafirmam como uma importante contribuição ao *campus* Teixeira de Freitas, ao IF Baiano e à comunidade acadêmica.

## **Grupo focal**

<sup>20</sup> Interessante notar que, pelas redes sociais, conseguiu-se maior agilidade no contato e no recebimento das respostas e confirmações. O mesmo aconteceu ao se contatar os sujeitos para as outras fases de coleta de dados da pesquisa.

<sup>21</sup> Algumas questões foram reformuladas, de modo a auxiliar na interpretação. Além disso, uma questão foi retirada do questionário por apresentar dificuldade na interpretação para os seis egressos respondentes nesta fase. Tal questão foi incluída no roteiro de grupo focal e entrevista semiestruturada, por estes instrumentos permitirem enunciados com maior riqueza de esclarecimentos no momento de discussão. Cf. Questão 08, apêndice D.

De acordo com Gatti (2005, p. 9), a pesquisa com grupos focais tem por objetivo fazer emergir, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações de um modo que não seria possível com outros métodos. O grupo focal permite vir à tona uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a compreensão dos variados significados em relação ao conteúdo tratado, o que, por outros meios, seria difícil de tornar manifesto. Portanto, tendo em vista que buscamos junto aos egressos tratar de questões diretamente relacionadas às suas vivências na escola e no trabalho (como as expectativas da formação, avaliação do curso, relatos sobre a relação com as empresas, entre outras) e que isto poderia levantar questões diversas e mais complexas, percebemos que o método de grupo focal poderia ser mais eficaz à medida que permite a partilha de experiências, opiniões, e discussões mais aprofundadas. Sendo assim, a aplicação do recurso metodológico centrou-se na identificação de desafios ou possibilidades encontradas no processo de inserção profissional dos participantes, em como percebem a formação recebida e seus impactos na vida e no trabalho, bem como sua visão sobre o mercado de trabalho local do setor no que diz respeito à relação com o trabalhador.

Para a realização do grupo focal, foram selecionados egressos a partir de critérios como a experiência de atuação na área profissional, considerando-se também, nesse sentido, a experiência de estágio, tendo em vista que os dados coletados por meio do questionário apresentaram um quantitativo de 25% de egressos sem concluir o estágio – do percentual de 75% restante que concluiu o estágio, apenas 10% atua na área de formação. Contatamos um quantitativo de 20 egressos por telefone, e-mail e redes sociais, durante um período de aproximadamente um mês, com o intuito de realizarmos ao menos dois grupos focais. Obtivemos o retorno com a confirmação da participação de 13 egressos. Destes, dois não participaram, e os procedimentos de formação do grupo foram cumpridos levando-se em conta a recomendação de alguns pesquisadores, como Gatti (2005) e Barbour (2009), em não formar grupos focais com mais de doze e nem menos que seis participantes. Assim, a aplicação do grupo focal foi feita com um total de 10 egressos. Os recursos utilizados para a coleta de dados foram gravadores de áudio e filmadora, considerando um esquema básico e não rígido, que buscou levantar as informações necessárias acerca das questões que constituem o objetivo da investigação.

A condução do grupo foi desenvolvida por mediação de pesquisadora com experiência nessa técnica e observação direta da autora deste estudo. A utilização dessa

dinâmica é explicada pelo fato da autora ter atuado como professora da maioria destes egressos. Esperou-se, portanto, que os sujeitos se sentissem mais à vontade para expressar suas opiniões dessa forma, estratégia cuja eficácia foi perceptível ao comparar a desenvoltura dos respondentes no grupo focal com aquela do momento das entrevistas individuais. Notou-se uma maior abertura ao diálogo, bem como mais criticidade nas repostas colhidas durante o grupo focal.

### **Entrevistas semiestruturadas**

A entrevista é um instrumento de coleta no qual ocorre o contato direto entre o pesquisador e o entrevistado e foi realizada com o total de três egressos, tanto para envolver aqueles impossibilitados de participar do grupo focal, quanto como via de estratégia para se realizar uma comparação entre as duas abordagens utilizadas, considerando a dinâmica supracitada. Salientamos que o roteiro de questões foi o mesmo aplicado ao grupo focal.

Por se tratar de sujeitos com os quais a pesquisadora teve relação enquanto professora, notou-se em duas egressas certo desconforto ao responder algumas questões pertinentes ao curso. No entanto, a própria relação facilitou uma interação amistosa que permitiu desenvolver um estado de empatia e concordância na condução das entrevistas. Bourdieu (2012, p. 695) alerta que é necessário tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista. Em primeiro lugar, deve-se tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de “intrusão” que está no princípio de troca. Assim, é essencial instaurar uma relação de “escuta ativa e metódica”. Nesse sentido, nesta pesquisa buscou-se atentar a esses aspectos ressaltados pelo autor.

#### 1.3.2. A análise dos dados

Nesta fase de análise, procurou-se relacionar as informações coletadas nos questionários, grupo focal e entrevistas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio e aos objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem do *campus* Teixeira de Freitas, por intermédio da análise documental. Dentro dessa análise enfatizamos os objetivos que se referem aos impactos da formação na vida dos egressos.

De acordo com Bardin, a análise documental é definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (1977, p. 46). Com o propósito de facilitar o acesso da informação ao observador (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo), representa uma fase preliminar da constituição de um banco de dados. Dessa forma, os documentos supracitados serviram como base para a elaboração das questões em todas as etapas da pesquisa.

O tratamento dos dados coletados foi feito por meio da Análise de Conteúdo. Para Franco (2012, p. 12), o ponto de partida desta análise é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Partiu-se, então, para a utilização do tema e personagens como unidades de registro, considerando as unidades de contexto que devem ser consistentemente respeitadas, conforme nos orienta Franco (2012, p.49). Além disso, a organização da análise visou cumprir as etapas de “pré-análise” e categorização fundamentadas em Bardin (1977, p. 67), as quais correspondem, respectivamente, às buscas iniciais a partir da escolha dos documentos, formulação dos objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final e a classificação em categorias de menor amplitude. Para esta classificação há a preocupação do não afastamento dos significados e sentidos atribuídos pelos respondentes, que deverão indicar a criação de marcos interpretativos mais amplos, de acordo com Franco (2012, p.67).

Os dados coletados por meio dos questionários foram tabulados e codificados. Segundo Mattar (1996), a tabulação consiste em analisar se todas as questões foram respondidas e compreendidas, além de organizar os dados para serem analisados por processo de técnica e análise estatística. A codificação é técnica utilizada para transformar os dados em símbolos, podendo ser tabelados. Ressaltamos que este processo foi feito manualmente, e corroborou para se obter um panorama significativo acerca do perfil dos egressos. Quanto ao grupo focal e entrevistas, todos os dados foram devidamente transcritos e tornaram-se peças-chave para analisar e compreender o processo de inserção dos egressos no mundo do trabalho e as questões subjacentes.

A partir da análise dos questionários foi possível categorizar o perfil dos egressos em relação ao trabalho e à formação de Técnico em Hospedagem. Ainda de acordo com Bardin (1977, p. 118), classificar os elementos em categorias impõem a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. Sendo assim, é um processo de tipo estruturalista composto de duas etapas: o inventário, no qual se isolam os elementos, e a classificação, que pressupõe

repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor uma certa organização aos dados coletados.

Assim, nesta investigação, os dados foram categorizados em dois grupos, a saber: (i) não concluintes do estágio e (ii) concluintes do estágio. Dentre os concluintes, teremos as subcategorias de desempregados e empregados. Entre os empregados, elencamos os que atuam fora da área e dentro da área de formação. Nestes últimos, existem os que atuam formal e informalmente. É possível visualizar melhor essas categorias no organograma a seguir:

**Figura 01:** Categorias de egressos.



É importante esclarecer que a análise dos dados foi feita considerando apenas a categoria de egressos “com estágio concluído” e as demais categorias subsequentes, o que vai de encontro ao conceito de egresso estabelecido pelo MEC e utilizado para a realização deste estudo<sup>22</sup>. Embora a categoria dos “sem estágio” não tenha sido considerada aqui, levou-se em consideração, no questionário, os apontamentos referentes às principais dificuldades para esta não inserção.<sup>23</sup> Enfatizamos que todos os dados colhidos no processo investigativo, assim como a categorização acima, serão apresentados e devidamente analisados no capítulo 3. Utilizamos como suporte teórico de análise a revisão de literatura tratada no capítulo 2.

<sup>22</sup>Cf. pg. 15 (BRASIL, 2009).

<sup>23</sup> Em relação à inserção nos estágios, a pesquisa mostrou que 71% dos egressos não consideram ter tido dificuldades para conseguir estágio. Entretanto, 29% apontaram as principais dificuldades para não ter concluído esta etapa. Dos motivos mais influentes destacados pelos egressos, estão a pouca disponibilidade de vaga nas empresas e o desinteresse destas em acolher o estagiário. Também foram abordados a falta de incentivo/apoio da instituição e a dificuldade em cumprir a carga horária de estágio. Os dados apontam que 82% dos egressos que responderam à pesquisa concluíram a fase do estágio. Apesar da categoria dos que não estagiaram não ser um dado analisado nesta investigação, pretende-se futuramente produzir um artigo científico abordando a problemática.

## 2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO TÉCNICO E TRABALHO

Embora não seja o objeto principal desta pesquisa, além da identificação e compreensão do processo de inserção profissional dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, também pretende-se chamar a atenção para o sujeito jovem e adulto que procura esse tipo de formação uma vez concluído o Ensino Médio. Considerando que existem intervalos de tempo diversos na trajetória de formação, faz-se necessário entender os anseios formativos desses sujeitos e as implicações da formação profissional na relação com o mundo do trabalho. Além disso, é importante entendermos de que forma este aluno vem sendo representado nas políticas públicas para a Educação Profissional (EP) no Brasil, considerando que esta é, historicamente, marcada pelo estigma de formação para as classes menos favorecidas, distinta daquela para as classes dirigentes. Buscamos ainda identificar o surgimento da formação profissional na modalidade subsequente.

Por se tratar de uma pesquisa sobre formação e trabalho na área de turismo, com *locus* no extremo sul da Bahia, direcionamos a discussão a partir de um breve histórico sobre o surgimento da formação para o turismo e hotelaria no Brasil e o contexto histórico-político da época. Contextualizamos a trajetória da formação para este setor dentro das políticas públicas, entendendo que estas acompanham o panorama do Brasil no cenário mundial, bem como abordamos a relação dos megaeventos esportivos com a expansão da oferta de formação técnica no setor, além das contradições dos programas de formação aligeirada para alcance das metas de curto prazo do país.

Por fim, trazemos uma discussão mais concisa acerca da historicidade e dos conceitos de trabalho e mundo do trabalho, e das reflexões sobre a formação humana e politécnica para a emancipação do sujeito. A partir daí, podemos caracterizar de forma mais particular o trabalho no turismo (suas especificidades e diversidade de setores e postos de trabalho) abordando a questão da sazonalidade e o cenário de instabilidade para o trabalhador, o que se pode afirmar com base nos dados mais atuais acerca do perfil dos que vivem do trabalho no turismo da região Nordeste dentro de um cenário que apresenta o crescimento do setor no Brasil *versus* a precarização do trabalho.

## 2.1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE NÍVEL TÉCNICO E OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO SUBSEQUENTE.

Das “escolas-oficinas” dos jesuítas às escolas profissionalizantes do século XX, a Educação Profissional no Brasil é marcada pelo estigma de formação para as classes menos favorecidas. Tal estigma é reflexo da dualidade da própria educação básica no país que, durante muito tempo, foi dividida entre o ensino propedêutico, voltado para as elites que futuramente ingressariam no ensino superior, e o ensino profissional, dentro da perspectiva assistencialista de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte.” (REGATTIERI; CASTRO, 2009). Durante muito tempo, a EP brasileira tem sido conduzida nesta direção e, até os dias atuais, a profissão técnica necessita de maior conhecimento e valorização por parte da sociedade, especialmente no mundo do trabalho.

Mais de 300 anos de escravidão no Brasil marcaram profundamente as representações de trabalho, sobretudo do trabalho manual, que requer esforço físico, considerado como mão de obra “desqualificada”. De acordo com Cunha,

[...] numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres. (2000, p. 90).

Mesmo após o fim do sistema escravocrata formal, a dicotomia entre trabalho manual e intelectual segue a repercutir nas estratégias de formação ao longo da história, e fundamenta as relações entre educação e trabalho com base na separação e controle de classes. O século XIX, que foi um período de criação de diversas instituições de ensino das letras e dos ofícios, apresenta registros que expõem esta característica dual e controladora da EP para as classes populares. Segundo Manfredi,

crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas (de educandos artífices), onde recebiam instrução primária [...] e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio

que lhe era entregue no final do triênio. [...] Tais casas, ao contrário dos liceus de artes e ofícios geralmente criados e mantidos por sociedades particulares com o auxílio governamental, eram integralmente mantidas pelo estado: sua clientela era constituída de órfãos e desvalidos, o que as fazia serem vistas mais como “obras de caridade” do que como “obras de instrução pública”. (2002, p.76-77).

É interessante fazer um paralelo entre a adjetivação desses jovens – “em estado de mendicância”, “órfãos e desvalidos”<sup>24</sup> – e a visibilidade da formação profissional no período de construção da República. Tais projetos de educação, segundo Gonçalves, “foram produzidos para reproduzir a república” (2012, p.63). A defesa da inclusão da formação para o trabalho, com vistas a dar a estas crianças e jovens o senso moral que garantiria a vivência normal no seio social, era uma das exigências estratégicas de controle postas pela marcha da civilização e do progresso.

A partir do século XX, o impulso da industrialização brasileira na região Sudeste e a consequente promessa de modernização aumentam a necessidade de formação de mão de obra que atenda às demandas das novas formas de produção. Assim, o processo de universalização da escola como preparadora para o mercado de trabalho é ainda mais fomentado. Nesse limiar, novas propostas à EP são concretizadas por meio da criação de diversas Escolas de Aprendizizes e Artífices, fundadas no ano de 1906 sob a gestão de Nilo Peçanha, então governador do estado do Rio de Janeiro. Após o ano de 1909, quando Peçanha assumiu a presidência do país, estas escolas foram instaladas em 19 capitais do Brasil. Tal feito ampliou o horizonte de atuação da educação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria (BRASIL, 2007).<sup>25</sup> Historicamente, as transformações nas políticas educacionais sempre procuraram estabelecer vínculos com as condições impostas pelas estruturas produtivas, sociais e políticas de cada período. Dessa forma, o crescimento da EP no contexto de internacionalização da economia brasileira baseou-se na racionalidade capitalista de produção: para o crescimento da produção em massa e avanço tecnológico do país, havia a necessidade de mão de obra cada vez mais específica, precisa, ágil e eficaz. Ou seja, a escola como instrumento potencializador do

<sup>24</sup> Gonçalves (2012), por meio do estudo das representações destes trabalhadores no período da República, elenca as principais formas de tratamento nas mensagens presidenciais e seus significados à época. O vocábulo “desvalido”, por exemplo, apresentava dois sentidos: “sem valia” e “desamparado, desprotegido”. Segundo o autor, a leitura das fontes indica que este desvalido, no final da década de 1920, é o desamparado que precisava de amparo e proteção e também evidenciam o caráter reformatório do modelo de escola para esta população.

<sup>25</sup> Winckler e Santagarda (2012) apontam as principais mudanças (da década de 1930 até 1960), no contexto deste novo cenário: a Constituição de 1937, que estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos; a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) – posteriormente integrado ao Sistema S – em 1942; a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1946) que organiza esse tipo de ensino, não mais sendo exclusivo de empresas e sindicatos; e a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), que incorporou as medidas já em curso nos anos anteriores.

trabalho. Isso fica claro em alguns discursos políticos que se estenderam ao longo dos anos, dentre os quais podemos trazer como exemplo um recorte do discurso de Gustavo Capanema,<sup>26</sup> nomeado titular da pasta da Educação e Saúde Pública em 1934, durante o governo Vargas. Ao tratar da EP, Capanema fez a seguinte declaração:

O ensino profissional, nas suas diversas modalidades (industrial, comercial, agrícola, doméstico etc.), precisa ser estruturado solidamente, criando-se, para cada ramo de trabalho o curso conveniente, capaz de dotar o trabalhador de precisão, segurança, eficiência, esmero, agilidade. No vasto campo do trabalho brasileiro, quantos caminhos errados, quantos esforços perdidos, quantos bens desperdiçados, por falta de profissionais destros e precisos. Sem dúvida só a educação, rigorosamente planejada e executada, poderá resolver essa penosa necessidade (HORTA, 2010, p.104).

Vale chamar atenção para o fato de que esta estrutura racionalista de produção sob a lógica do capital acentuou tendências tecnicistas de educação e formação para o trabalho. Saviani (1996) esclarece que esta tendência é o cerne da contradição do processo escolar na sociedade moderna: nela, o saber transmitido pela escola é também força produtiva. Assim, o trabalhador não pode deter o saber como um todo, apenas o mínimo da sua esfera operacional. O autor faz uma alusão às ideias de Adam Smith e outros teóricos da economia política, os quais captavam de forma mais objetiva a função da escola na sociedade burguesa, percebendo-a como instrumento de avanço desse sistema: na medida em que a instrução fosse ofertada “em doses homeopáticas” aos trabalhadores, estes se tornariam mais aptos a viver nesta sociedade e se inserir com mais flexibilidade e agilidade no processo produtivo moderno.

Mesmo diante de um cenário estruturalmente dualístico pela divisão de classes sociais, na história da EP do Brasil houve períodos de resistência por parte de grupos socialmente não dominantes. Um exemplo é a atuação do movimento operário, que buscou trazer à luz novas ideias e assumiu a defesa do ensino popular público, gratuito, laico e técnico-profissional. Apesar das ideias anarquistas no Brasil remontarem desde o século XIX, Saviani (2008) destaca que, durante as duas primeiras décadas do século XX, estes ideais ganharam maior

<sup>26</sup> Gustavo Capanema, no decorrer dos seus 11 anos à frente deste cargo, promulgou as leis orgânicas do ensino, que ficaram conhecidas como Reforma Capanema. A partir de decretos-leis, o Ensino Médio ficou dividido horizontalmente entre secundário e técnico-profissional. Adiante abordaremos com mais abrangência a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942.

abrangência na forma anarcossindicalista<sup>27</sup> por intermédio de periódicos, sindicatos e ligas operárias, nas quais

a educação ocupava posição central no ideário libertário e expressava-se num duplo e concomitante movimento: a crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica na criação de escolas autônomas e autogeridas. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição aos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos. [...] estudavam os autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais como o de “educação integral”, oriundo da concepção de Robin [...] Mas não ficavam apenas no estudo das ideias. Buscavam praticá-las por meio da criação de universidade popular, centros de estudos sociais e escolas [...] (SAVIANI, 2008, p. 182-183).

Estas escolas foram alvo de perseguição. A última delas teve suas portas fechadas pela polícia em 1919.<sup>28</sup> A partir dos anos de 1920, a fundação de novos partidos dos movimentos operários (a exemplo do Partido Comunista Brasileiro, em 1922), pôde dar prosseguimento à luta por estes ideais educacionais, posicionando-se no cenário político com o intuito de defender, entre outros pontos básicos, a ajuda econômica às crianças pobres, fornecendo-lhes meios para viabilizar a frequência às escolas, e a abertura de escolas profissionais em continuidade às escolas primárias. Apesar de inicialmente não explicitarem de forma clara suas concepções pedagógicas, de acordo com Manfredi (2002) alguns periódicos sindicais da época permitiram referências ao que seriam esses cursos profissionais. Um exemplo interessante é o *Curso de corte e desenho*, ministrado pela União dos Alfaiates, apontado pela autora com base em publicação no jornal *O Alfaiate*, edição de 1 de julho de 1923, no Rio de Janeiro:

[...] “para que [o aluno] se torne perfeito conhecedor de sua arte e, com os conhecimentos adquiridos, possa impor-se pelo seu trabalho”. O curso dividia-se em dois níveis: um curso primário, mediante o qual se aprendia a modelar e cortar roupas comuns: calça, colete, paletó, etc., e um curso superior, destinado à modelagem de roupas femininas e de terno militar. Cada nível tinha a duração de um ano, sendo as aulas realizadas no período noturno (MANFREDI, 2002, p. 93).

<sup>27</sup> Até meados dos anos 1920, os anarquistas eram a corrente predominante no movimento sindical dos centros industriais, especialmente em São Paulo. O projeto que norteava sua atuação tinha como princípios básicos a organização no plano puramente econômico, a exclusão de toda luta política, partidária e parlamentar, o antiestatismo, a soberania individual, o federalismo e a ação direta. (ARAÚJO, 1994, p.36)

<sup>28</sup> Foram elas: a Escola Libertária Germinal, criada em 1904; a Escola Social da Liga Operária de Campinas, em 1907; a Escola Livre 1º de Maio, em 1911; e as Escolas Modernas. Estas últimas proliferaram de modo especial após a morte de Francisco Ferrer, inspirador do método racionalista, que foi executado em 1909 pelo governo espanhol pelo crime de professar ideias libertárias. (SAVIANI, 2008)

Ainda de acordo com Manfredi (2002), essas experiências foram cerceadas com a criação do sindicalismo oficial durante o Estado Novo,<sup>29</sup> visto que a própria imprensa sindical mencionou a extinção de tais iniciativas de qualificação, as quais, na maioria das vezes, incluíam atividades político-culturais recreativas. Tais ideais foram submersos por uma política hegemônica burguesa industrial e de tendência mundial, que permaneceu sustentada pelos planos governamentais subsequentes, consolidando o Brasil no cenário das indústrias de bens de consumo não duráveis (até início dos anos 1950) aos bens duráveis (a partir do governo de Juscelino Kubitschek).

Assim também vai se tornando preponderante a concepção de racionalidade técnica da formação profissional para o trabalho assalariado e para o emprego, mantendo-se e consolidando-se a separação entre trabalho manual e intelectual, entre ensino secundário para as elites condutoras e os ramos profissionais do Ensino Médio para as classes menos favorecidas (MANFREDI, 2002). Assim também caminha a formação para aqueles que concluíram o Ensino Médio e optaram por uma profissionalização, o que pode ocorrer tanto por não conseguirem ingressar no ensino superior quanto pela necessidade de se posicionar no mercado de trabalho e melhorar suas condições de vida. Este tipo de formação, a partir do decreto 5154/04 do Ministério da Educação (MEC), ganhou uma nova nomenclatura: a modalidade “subsequente”. O que a história nos mostra, a partir dos fatos que serão discutidos a seguir, é que a formação subsequente vem sendo conduzida de forma a reforçar a posição assistencialista de profissionalização dos jovens e adultos. Isso se afirma na medida em que não são consideradas as particularidades desta modalidade pelas leis e diretrizes, ainda que esta não tenha o compromisso de se articular à formação geral e básica dos alunos, como as demais modalidades (integrada e concomitante).

Ao analisarmos a trajetória das políticas públicas de EP no Brasil até os dias atuais, dois questionamentos surgem de forma mais explícita: quem era/é o aluno da modalidade subsequente? Que lugar este aluno ocupava e vem ocupando neste cenário? Sabe-se que estas políticas surgem, em suas diferentes etapas, numa relação de atendimento às exigências formativas do desenvolvimento capitalista, conforme abordado anteriormente. Assim, para

<sup>29</sup> De acordo com Araujo (1994, p. 57), a criação de legislações, instituições e conselhos – entre eles: a MTIC, a Lei de Sindicalização, a Legislação Trabalhista e Previdenciária, o Departamento Nacional do Café, o Código de Minas e de Águas e o Conselho Federal de Comércio Exterior – constituíram exemplos da centralização, do intervencionismo ampliado e do corporativismo que passaram a caracterizar o novo Estado. Tais ações mostravam que o governo Vargas visava executar um projeto político que acompanhava uma tendência mundial (a exemplo do que ocorria também na Argentina, Portugal, Espanha e México) de surgimento de novas formas de domínio e reorganização das relações entre Estado e sociedade civil no bojo da crise do liberalismo e do capitalismo concorrencial.

tratarmos do aluno que, hoje, conseguiu concluir a etapa do Ensino Médio para optar pela formação profissional técnica, é importante trazermos à tona as principais questões que marcaram os caminhos da formação básica e profissional. Identificar este sujeito jovem e adulto no contexto histórico da educação brasileira não é uma tarefa simples se considerarmos que, ainda hoje, o próprio Ensino Médio público não consegue atender a maior parte da população que dele necessita.<sup>30</sup>

Sobre o cenário de precariedade, Zibas (2005) esclarece que no Brasil, em comparação com outros países da América Latina, isso se deu fundamentalmente pelo atraso da obrigatoriedade da oferta da educação básica pelo poder público, que se iniciou apenas na ditadura do governo Vargas. Com a revisão da Constituição em 1937, foi instituído o ensino primário obrigatório, embora com ressalvas de contribuição financeira solidária por parte das famílias e com isenção de tal obrigatoriedade quando não houvesse escolas nas proximidades, ou se os pais fossem muito pobres. Quanto ao ensino secundário (do qual fazia parte o ensino médio), até este mesmo período representava um luxo da aristocracia por meio da oferta pela iniciativa particular. Enquanto isso, para o jovem ou adulto não alfabetizado ou mesmo com formação primária e sem condições de arcar com as despesas do ensino privado, havia a possibilidade de formação profissional. Esta última opção era ofertada com maior concentração nas capitais e regiões metropolitanas, possibilitando o acesso mais fácil aos seus moradores ou àqueles que conseguiam migrar para essas localidades.

Em se tratando de marco regulatório da educação brasileira, este período é um dos mais importantes. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 instituiu a separação entre educação básica e profissional, ao dividi-la em dois ciclos de sete anos: *ginasial* (quatro anos iniciais), seguido de três anos de *ensino técnico* (industrial, agrícola, comercial ou administrativo); ou o *ginasial* seguido de três anos de ensino *clássico* ou *científico*. Sobre a diferença entre estes últimos, a lei apresentava a seguinte explicação:

[...] no primeiro [clássico], a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo [científico], a maior acentuação cultural é proveniente do estudo das ciências. Entretanto, a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior. (BRASIL, 1942, s/p.)

<sup>30</sup> De acordo o último censo do IBGE (com base nos dados do ano de 2015), cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola no Brasil. Desses, aproximadamente 1,5 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Submetida por Capanema durante o período das reformas<sup>31</sup> a lei apresenta a formação profissional em apenas um de seus parágrafos, como uma oportunidade “que concorrerá para maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá, como finalidade preparatória, apenas conduzir ao ensino superior”. Não há mais detalhes ou citações sobre a EP em nenhuma outra parte do documento. Assim, a formação técnica era considerada uma fase terminal, com exceção da possibilidade de formação no 3º grau somente dentro de áreas técnicas específicas (industrial, agrícola ou comercial).<sup>32</sup> O ensino superior, em quaisquer outras áreas, era acessível apenas aos egressos do ensino secundário científico ou clássico.

É que o ensino secundário se destina à preparação das *individualidades condutoras*, isto é, dos homens que deverão *assumir as responsabilidades maiores* dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (BRASIL, 1942, s/p. Grifo nosso).

Paralelas à Lei Orgânica do Ensino Secundário foram reformuladas as leis do ensino profissional, sendo estas as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943), Agrícola e Industrial (1946). Mesmo após a reforma, estas leis continuaram por não estabelecer uma parcela mínima de obrigatoriedade do Estado em ofertar a EP, ficando sob sua responsabilidade as orientações de cunho pedagógico, o reconhecimento e a fiscalização dos estabelecimentos de ensino e seus cursos<sup>33</sup>. Isto acaba por incentivar a preeminência da formação profissional pela iniciativa privada.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> Cf. Nota 26.

<sup>32</sup> Cap. IV, Art. 18, parágrafo III da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942); cap. IV, Art. 10 e parágrafo III da Lei Orgânica de Ensino Comercial (1943) e cap. V, Art. 14, parágrafo III da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946) apresentam: “é assegurado ao portador do diploma conferido em virtude da conclusão de um curso [...] técnico a possibilidade de ingressar em estabelecimentos de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso [...] técnico concluído, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente.”

<sup>33</sup> A Lei Orgânica de Ensino Industrial, por exemplo, confere ao Ministério da Educação a função de “estudar, em permanente articulação com os meios econômicos interessados, um programa de conjunto, de caráter nacional, para desenvolvimento do ensino industrial, mediante a instituição de um sistema geral de estabelecimentos de ensino dos diferentes tipos” e incumbe aos poderes públicos em geral a adoção e instituição da assistência “que possibilite a formação profissional dos candidatos de vocação, e o aperfeiçoamento ou especialização profissional dos mais bem dotados”. (BRASIL, 1942, s/p)

<sup>34</sup> Este incentivo culmina na criação das entidades de formação profissional do “Sistema S” em meados de 1940 formado, entre outros, pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes), SEST (Serviço Social de Transportes), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) e o IEL (Instituto Euvaldo Lodi).

A exemplo do que foi proposto no ensino secundário, a formação profissional também é dividida em dois ciclos, retirando-se a formação propedêutica de três anos e nivelando a EP em: formação *básica* (para não diplomados ou sequencial ao ensino primário, no chamado “primeiro ciclo”) e formação *técnica* (sequencial ao ensino secundário, com duração de três anos, no “segundo ciclo”).<sup>35</sup> Destacamos, ainda, a explícita relação dos conteúdos destas leis com as necessidades do mercado e das organizações administrativas do governo, assim como a recorrência à formação em menor tempo de duração com vistas à praticidade, sobretudo para aqueles que não tinham formação escolar ou estavam no nível primário. O primeiro ciclo do ensino industrial, por exemplo, contava com os cursos *industriais*, de *mestria*, os *artesanais* (que eram destinados “ao ensino de um ofício em período de duração reduzida”) e, para os trabalhadores do ramo, os cursos de *aprendizagem*, este com o objetivo de “ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício.” (Brasil, 1942, s/p). O discurso mercadológico da produtividade pode ser encontrado nos objetivos da formação básica do ensino agrícola e industrial:

[...] dar a trabalhadores [...] jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.”, ou o dever de atender “aos interesses das propriedades ou estabelecimentos [...] proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra”. (BRASIL, 1942, s/p., *grafia da época*)

Para aqueles não diplomados, havia os cursos de *continuação* (que no ensino comercial também eram chamados de “cursos práticos de comércio”, separados dos cursos de formação, conforme a lei), e se destinavam a ofertar “uma sumária preparação profissional”. Outra questão é que, enquanto as leis de ensino industrial e agrícola faziam referência ao *jovem e adulto* e ao *trabalhador* (especificamente nos artigos que tratam das suas finalidades e dos seus conceitos fundamentais) o ensino comercial, que ofertava apenas um curso no primeiro ciclo, denominado “comercial básico” (com exigência mínima de formação primária) refere-se aos jovens e adultos apenas no capítulo que trata dos cursos de continuação:

<sup>35</sup> Especificamente no ensino industrial e agrícola, havia também os cursos de formação de professores ou de didática do ensino (pedagógicos) e que estavam inseridos no segundo ciclo, de formação técnica, com duração de um ano. Além disso, uma das exigências para ingresso era a experiência de trabalho na área de, no mínimo, três anos.

Serão admitidos à matrícula, satisfeitas as formalidades que em cada caso se estabelecerem, jovens e adultos que tenham interêsse em fazer rápido estudo que possa habilitar ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração. (BRASIL, 1943, *grafia da época*).

O que para nós fica claro é que a ausência de diversidade de oferta dos cursos de nível básico comercial, bem como a sua exigência mínima de nível primário e as possibilidades de oferta de nível técnico (a saber, comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado) exigiam um nível um pouco mais elevado de escolaridade do aluno e conseqüentemente uma formação mais específica para as necessidades administrativas do governo e do setor privado naquele período. Em contrapartida, as maiores possibilidades de oferta de nível básico nas áreas industrial e agrícola representavam a demanda por mão de obra cada vez mais produtiva e eficaz dentro de um mercado em expansão. Nesse contexto, a baixa escolaridade da massa trabalhadora sequer era considerada grave obstáculo para o desenvolvimento econômico da nação (ZIBAS, 2005).

Neste ponto, retomamos um dos questionamentos do início desta discussão: quem seria o aluno subsequente? Tomando por base a legislação analisada, podemos observar que o aluno que concluía o Ensino Médio regular era o aluno que poderia ter acesso aos cursos de nível superior nas diversas áreas, enquanto o aluno da EP transitava entre a formação básica para trabalhadores não diplomados até a formação de nível técnico sequencial ao secundário. Seu acesso ao terceiro grau estava limitado à sua área de formação técnica. A partir daí, começamos a perceber que o aluno subsequente que conhecemos hoje muito se distancia do aluno que concluía o Ensino Médio no período até aqui apresentado. A política pública educacional para a formação pós-ensino médio era a política do ensino superior aos egressos da formação clássica ou científica, daqueles que seguiriam os “rumos universitários” (BRASIL, 1942, s/p).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Lei 4.024), representa outro marco de significativa alteração nesse cenário dualístico, a partir do reconhecimento da articulação completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino. Foi estabelecida a “plena equivalência” entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos. O ensino técnico passava a ter um capítulo na lei, mas mantendo a sua estrutura em dois ciclos (ginasial e colegial). Para Kuenzer (1999), embora sendo um inequívoco avanço, a equivalência proposta não supera a dualidade estrutural, posto que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para distintas clientelas e a partir de diferentes projetos pedagógicos, os quais eram voltados para

necessidades bem definidas da divisão do trabalho. A intensificação da internacionalização do capital e a reforma do governo militar a partir de 1964 propõem uma nova reforma na educação, e a expectativa do desenvolvimento industrial pressupunha uma demanda de força de trabalho qualificada, notadamente no nível técnico.

Assim, dez anos depois da LDB de 1961, da nova lei de número 5.692, promulgada em 1971, teve a intenção de substituir a “plena equivalência” por um “currículo pleno”, estabelecendo a profissionalização compulsória no ensino de segundo grau (médio), propondo a todos uma única trajetória. Para os jovens e adultos não diplomados, era possibilitado o ensino supletivo, que cumpria a carga horária mínima exigida pelo Conselho Federal de Educação e que também poderia oferecer qualificação profissional, no nível de segundo grau.<sup>36</sup> Kuenzer (1999) chama atenção para o fato de que tal finalidade se agregava à necessidade de conter as demandas dos estudantes secundaristas ao ensino superior, o que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960. Ou seja: apesar da proposta de equivalência na formação, para o egresso do ensino médio público a política educacional continua buscando trilhar os caminhos da formação para o mercado de trabalho que atenda às necessidades emergentes de desenvolvimento econômico da nação.

Este novo modelo teve dificuldades de ser implantado, visto que a “euforia do milagre econômico” não se concretizou nos patamares esperados. A Lei 7.044/82<sup>37</sup> fez cair por terra a proposta de generalização da profissionalização do Ensino Médio, normatizando um novo avanço conservador que reafirmava a escola como espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo, enquanto os excluídos que se mantiveram na escola não colheram os frutos que lhes permitiam superar a situação de classe. Apesar de se manter a equivalência, retorna-se ao modelo anterior: escolas propedêuticas para as elites e escolas profissionalizantes para os trabalhadores (KUENZER, 1999).

Com o fim da ditadura militar, em 1985, a sociedade brasileira passou por uma nova reforma que deu origem à promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova fase democrática do país trouxe consigo grandes desafios, entre eles a dívida externa, o déficit público e a inflação. Com o fim da Guerra Fria [1945-1991], o mundo passava a seguir uma “nova ordem” e, dessa forma, o modelo de governo neoliberal ganhou corpo, ampliando-se no Brasil o processo de abertura econômica. O sistema educacional passa por mais uma reformulação com a nova LDB sancionada em 1996 no segundo ano do governo Fernando

<sup>36</sup> Cf. Capítulo IV da Lei, em Brasil (1971).

<sup>37</sup> Esta lei alterou dispositivos da LDB de 1971, revogando a compulsoriedade profissionalizante do ensino de segundo grau. Cf. Brasil (1982).

Henrique Cardoso (FHC),<sup>38</sup> seguindo o rol de reformas governamentais como um dos instrumentos mais importantes de controle e hegemonia do capital.<sup>39</sup> Essa nova legislação apresenta mudanças importantes ao destacar, entre suas finalidades, os processos educativos que ocorrem fora do espaço escolar, a vinculação com o trabalho e com as práticas sociais. A EP, desvinculada da educação básica e “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, apresenta-se com a finalidade de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e se mantêm acessível aos egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como do “trabalhador em geral, jovem ou adulto” (BRASIL, 1996, s/p). Contudo, é importante considerarmos a análise crítica de alguns autores a respeito da LDB de 1996, como a de Santos (2015), que questiona a recorrente vinculação da preparação para o trabalho como finalidade da educação:

Ele em si (o trabalho) não pode ser um fim para a educação, mas um meio de possibilitar a conquista do que trará ao ser humano um melhor bem viver. Contudo, na conjuntura capitalista, o trabalho torna-se instrumento de dominação de um grupo menor sobre um grupo maior e, em busca do beneficiamento desse grupo menor que retém o poder de produção, é introjetado nas classes baixas o trabalho como um fim em si mesmo e não como um meio que deve ser usado em prol do humano. Por isso, o fato do texto da LDB estar repleto da ideia da educação relacionada com trabalho abre a questão: por que não está explícito nesse texto o conceito de trabalho no qual ele está embasado? Tal hiato comunicacional em um documento normatizador nunca é apenas um ato de deslize ou esquecimento inocente, mas, na maioria das vezes, uma brecha que é deixada para manobras políticas escusas. (SANTOS, 2015, p. 78).

As alterações sequenciais à LDB de 1996 são fundamentais para o embasamento de reflexões como esta de Santos e outros teóricos e pesquisadores. Em 17 de abril de 1997, o decreto 2.208 altera os artigos da lei e desarticula a educação geral da formação profissional: “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular *ou* em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho”

<sup>38</sup> Vários estudos fazem abordagem do tema e retomam historicamente as discussões que antecederam a criação do sistema educacional liberal, desde a Constituição de 1988 que, por intermédio do seu artigo 22, inciso 24, define como “competência privativa da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”, abrindo com isso a possibilidade de reformulação da legislação educacional (BRASIL, 1988). Zanetti (1997) faz um relato detalhado sobre o processo de seis anos de debates e lutas pela constituição de uma nova LDB democrática popular, finalizados por um “golpe” perpetrado pelos parlamentares aliados do então presidente FHC, que sanciona a nova LDB, em 20 de dezembro de 1996, de cunho liberal.

<sup>39</sup> É importante levar em conta a análise de Borges (2010), que destaca a forte atuação do Banco Mundial, desde as décadas de 1980 e 1990, no direcionamento sistemático de suas políticas para a educação dos países latino-americanos.

(BRASIL, 1997, s/p., *grifo nosso*). Na prática, este decreto inviabilizou a possibilidade de manutenção de cursos de habilitação profissional que integrassem esta formação à educação geral, da mesma forma que promoveu a quebra da equivalência entre cursos de nível médio, gerais e profissionais, retrocedendo ao período anterior às conquistas da LDB de 1961, uma vez que determinava que a continuidade de estudos dependia do certificado de conclusão do ensino médio, enquanto os novos cursos profissionais não exigiriam mais escolaridade anterior para acesso aos cursos técnicos de nível básico, conforme apontado por Kuenzer (1999).<sup>40</sup> Assim, para o jovem e adulto não escolarizado restava a opção de acesso aos cursos de nível básico e, para aqueles egressos do Ensino Médio regular a qualificação de nível (médio) técnico ou tecnológica (superior). Vale destacar que o decreto especifica a formação de nível básico como uma

[...] modalidade de educação *não-formal e duração variável*, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam *reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho*, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, *não estando sujeita à regulamentação curricular* (BRASIL, 1997, s/p. Grifo nosso).

Tal concepção, para Kuenzer (1999), representa um equívoco ao se imaginar que um curso rápido de formação profissional sem escolaridade básica resolva o problema da inserção do trabalhador no trabalho, sendo esta uma proposta conservadora que supõe a ruptura entre o saber acadêmico e o saber para o trabalho, contrariamente à compreensão contemporânea que mostra a ciência e o mundo do trabalho como indissociáveis, a partir da crescente incorporação que há entre pensar e fazer, refletir e agir.

É nesse contexto que surge o aluno da EP egresso do Ensino Médio em uma política pública educacional, dentro de uma modalidade: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou *seqüencial* a este” (BRASIL, 1997, s/p. *Grifo nosso, grafia da época*). Apesar do reconhecimento desta forma de oferta, o contexto de transformação da EP por meio da ruptura da integração entre educação básica e profissional respalda o governo ao investimento mínimo em ensino profissional técnico, médio e superior de forma generalizada,

<sup>40</sup> O referido decreto compreende a EP nos seguintes níveis: I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; e III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997)

sendo estes níveis progressivamente assumidos pela iniciativa privada (KUENZER, 1999).<sup>41</sup> Isso vai atingir diretamente a qualidade da oferta pública do ensino pós-médio (sequencial), o que se constituiu em uma armadilha, do ponto de vista da formação destes sujeitos.

O pós-médio, portanto, configura-se como uma estratégia elitista, e contentora dos anseios de continuidade do ensino superior e, portanto, às atuais políticas educacionais determinadas pela redução dos empregos formais e dos fundos públicos, na lógica da racionalidade financeira de só se financiar com recursos públicos o que tem retorno. Do ponto de vista pedagógico, fica uma indagação: o ensino médio propedêutico, da forma como o conhecemos no Brasil, marcadamente academicista, livresco e de baixo custo, será base suficiente para um pós-médio de qualidade? (KUENZER, 1999, p. 134).

Reforçando a proposta desarticuladora do decreto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (DCNEPT), por meio do parecer CNE/CEB Nº 16/99, defendem que a independência entre o ensino técnico e o ensino regular

[...] é vantajosa tanto para o aluno, que terá mais flexibilidade na escolha de seu itinerário de educação profissional, não ficando preso à rigidez de uma habilitação profissional vinculada a um ensino médio de três ou quatro anos, quanto para as instituições de ensino técnico que podem, permanentemente, com maior versatilidade, rever e atualizar os seus currículos. *O cidadão que busca uma oportunidade de se qualificar por meio de um curso técnico está, na realidade, em busca do conhecimento para a vida produtiva.* ” (BRASIL, 1999, p. 9. Grifo nosso)

Conforme o exposto, podemos indagar: quem é este cidadão para a “vida produtiva”? Diante da “vantajosa” desarticulação mencionada anteriormente e defendida por estas diretrizes, entendemos que este cidadão, de acordo com tal visão, é aquele que necessita de uma oportunidade de qualificação para se inserir no mercado de trabalho, ou seja: é o jovem e adulto que não tem escolaridade e pode se formar em um curso de qualificação básico, ou é o jovem e adulto que concluiu o Ensino Médio e não consegue acessar o ensino superior, a formação acadêmica. Assim, ambos necessitam conquistar um posto de trabalho no sistema produtivo cada vez mais competitivo, o que exige uma formação profissional que possa diferenciá-los “com competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado em constante mutação” (BRASIL, 1999, p.10). Esta proposta seletiva, especialmente

<sup>41</sup> De acordo com Kuenzer (1999), uma das justificativas mais importantes para a implantação deste decreto pelo governo foi o alto custo do ensino técnico, particularmente ofertado pelos CEFET's e Escolas Técnicas Federais, financiados pelo poder público federal, o qual, segundo discurso oficial, não atinge os trabalhadores e se reveste mais de características propedêuticas que profissionalizantes.

do ponto de vista da formação de jovens e adultos para o trabalho, ainda está em pauta nas discussões, visto que a EP carrega até hoje as mazelas desta reforma. Isso é mais perceptível quando analisamos o lugar que a formação subsequente ocupa atualmente.

A mudança do cenário político no Brasil a partir do início da década de 2000 trouxe novos rumos para a política educacional e em especial para a EP, após o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, sancionado no governo Luiz Inácio Lula da Silva. O referido decreto revogou o anterior (2.208/97). Além de propor o desenvolvimento da oferta de cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores em todos os níveis de escolaridade, reintegrou a oferta da EP técnica de nível médio à educação básica nas formas *integrada* (na mesma instituição de ensino, para quem já concluiu o Ensino Fundamental), *concomitante* (para quem já concluiu o Ensino Fundamental, podendo cursar o ensino médio paralelo ao técnico, em instituições diferentes) ou *subsequente* (àqueles que já concluíram o Ensino Médio, antes chamada formação “sequencial”).

A partir da análise do conteúdo deste decreto, nota-se o esforço em superar o discurso dual e mercadológico carregado pela história das políticas de EP. Apesar desse considerável esforço, os processos que se sucederam não extinguiram a dualidade entre formação geral e profissional, uma vez que a integração permaneceu à escolha de cada instituição de ensino. Outros elementos que indicam a não priorização do MEC na promoção e efetiva implementação de oferta de formação integrada ao trabalhador dizem respeito a própria reestruturação do Ministério e criação de duas secretarias separadas para o mesmo nível de ensino: a Secretaria de Educação Básica, de um lado, e, do outro, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, houve a manutenção das concepções de base da reforma anterior, conforme aponta Coelho (2012). Segundo o autor, os conflitos de interesses ou referenciais podem ser notados em alguns trechos do Parecer CNE/CEB Nº 06/2012, que deu base à resolução das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM):

[...] (a Educação Profissional) integra um contexto de tensões, avanços e limites de uma educação que contempla, também, a formação ou qualificação para o trabalho, como um dos direitos fundamentais do cidadão, no contexto atual do mundo do trabalho, objetivando a sua formação integral, ou seja, que consiga superar a dicotomia historicamente cristalizada da divisão social do trabalho entre a ação de executar e as ações de pensar, planejar, dirigir, supervisionar ou controlar a qualidade dos produtos ou serviços [...] A partir das décadas de 70 e 80 do último século, multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais cada vez

mais polivalentes e capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Como resposta a este desafio, escolas e instituições de Educação Profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas profissionais, estruturando programações diversificadas e articuladas por eixos tecnológicos, elevando os níveis de qualidade da oferta. Os empregadores passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, uma vez que equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passaram a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes, a partir da identificação de novos perfis profissionais (BRASIL, 2012a, p.6-7).

Essas contradições tornam pertinente o diálogo com Kuenzer (2002), a partir do seu alerta sobre a forma com que as propostas pedagógicas têm sido elaboradas no âmbito da pedagogia socialista<sup>42</sup>, a partir de discursos e práticas ambíguas que levam muitos a imaginar que de fato passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho, do ponto de vista da democratização. Assim é que, para Kuenzer (2002), clássicas categorias da pedagogia só possíveis de objetivação plena em outro modo de produção passaram a fazer parte do novo discurso pedagógico: formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade com vistas à superação da fragmentação do trabalho em geral; o resgate da cisão entre teoria e prática; além de outros princípios.

No âmbito da formação de jovens e adultos do ensino subsequente, as novas diretrizes continuam a não atender esta modalidade em suas especificidades. A Resolução nº 06/12 definiu um conjunto de critérios que norteiam: organização curricular; duração dos cursos; avaliação e aproveitamento; certificação e formação docente. Os critérios são regidos pelo total de 17 parágrafos de princípios que envolvem formação integral; respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; trabalho como princípio educativo; contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade e a construção de itinerários formativos; entre outros.

Analisando esta resolução podemos notar que tais diretrizes parecem considerar que, tanto uma habilitação de 3.000 horas (carga horária mínima do ensino integrado), quanto uma de 800 horas (carga horária mínima do ensino subsequente) possam, em acordo com esses princípios, atender a diferentes sujeitos e diferentes anseios de formação. A contradição é evidente quando o mesmo documento sinaliza a possibilidade de introduzir “conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, para complementação e atualização de estudos”,

<sup>42</sup>A Pedagogia Socialista citada por Kuenzer (2002) refere-se à ideia da escola baseada no trabalho produtivo em substituição à escola burguesa, através da união do trabalho manual e do trabalho intelectual. Essa pedagogia muito contribuiu para a reforma educacional soviética após a Revolução de 1917, inspirada nas elaborações teóricas de Marx e Engels sobre o desenvolvimento histórico da humanidade com o desenvolvimento do socialismo científico. Entre os teóricos desse movimento, destacam-se Makarenko e Krupskaja.

caso o diagnóstico avaliativo aponte esta necessidade na oferta dos cursos subsequentes (BRASIL, 2012b, p. 4). Vale ressaltar que este é o único ponto das diretrizes que se refere especificamente à modalidade subsequente. Não há desdobramentos a respeito das possíveis formas de complementação da educação básica.

O artigo 3º da mesma resolução orienta que o planejamento dos cursos por parte das instituições de ensino deve ter como base o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), mantido pelos órgãos próprios do MEC. Este catálogo, que teve sua primeira edição em 2008 e, desde então, está em sua terceira edição (2014) contém as denominações dos cursos em treze eixos tecnológicos; cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e, por fim, de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (BRASIL, 2014, p.8). O catálogo, desde a sua segunda versão, dedica um espaço instrutivo à sociedade em geral, com uma série de perguntas e respostas pertinentes à formação técnica. Chamamos a atenção, aqui, para a diferença da definição de curso técnico apresentada entre as versões de 2012

é um curso de nível médio que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo. Acesso imediato ao mercado de trabalho é um dos propósitos dos que buscam este curso, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no setor produtivo. Este curso é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e para a obtenção do diploma de técnico é necessária a conclusão do ensino médio (BRASIL, 2012c, p. 149);

E de 2014

é um curso de nível médio, que habilita para o exercício profissional. Sendo a última etapa da educação básica, poderá ser realizado de forma articulada ao Ensino Médio: integrada ao ensino médio, para aqueles estudantes que concluíram o ensino fundamental; concomitante ao ensino médio, para estudantes que estejam cursando o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso, na mesma instituição de ensino ou em diferentes instituições. Quem já concluiu o Ensino Médio poderá realizar o curso técnico, na forma subsequente. (BRASIL, 2014, p.282)

Percebe-se que houve uma ampliação do conceito, em termos da descrição dos tipos de oferta, porém, sem a mesma ênfase dada anteriormente ao setor produtivo e inserção imediata no mercado de trabalho. O catálogo, em sua última versão, reformula a nomenclatura

de alguns eixos tecnológicos e apresenta um conteúdo mais enxuto em sua apresentação e orientação aos cursos, com a intenção de criar uma identidade nacional, ao mesmo tempo em que aumenta a diversidade de oferta. A tendência de intensificar os processos de regulação da formação profissional a partir de um tratamento racional das estruturações dos currículos por catálogos de modelos centralizados (o que de certa forma dificulta a devida atenção às particularidades de cada tipo de oferta e dos sujeitos em formação dentro destas modalidades) está muito ligada à ideia de racionalidade, eficiência e produtividade, por sua vez próxima aos pressupostos da formação tecnicista, ainda que traga o discurso de flexibilidade e integração.

Com base nestas observações, podemos perceber que a formação profissional para os jovens e adultos subsequentes permanece ofuscada em meio a políticas e diretrizes que omitem a real necessidade de se repensar a política desta modalidade. Isto nos permite afirmar que o aluno subsequente de hoje, que ainda apresenta lacunas advindas da educação básica, vem ocupando o espaço mínimo na política pública educacional, assim como o aluno dos cursos básicos ocupava nas primeiras legislações de EP. É como se a oferta destes cursos visasse atender à demanda de qualificação para os que estão sem lugar na “vida produtiva” (BRASIL, 1999, p. 09). Além disso, a formação em diversos eixos tecnológicos ainda prioriza acompanhar a lógica do mercado, o que se dá muitas vezes de forma forçosa, como é o caso do atual eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer: desde o surgimento dos seus cursos técnicos dentro das políticas públicas do país, o eixo THL apresenta uma trajetória contraditória e conflituosa, principalmente quando se trata das intenções de projeção do Brasil no cenário internacional de destinos turísticos, o que abordaremos na sessão a seguir.

## 2.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO E HOTELARIA: BREVE HISTÓRICO E PANORAMA ATUAL.

O turismo é uma atividade que se desenvolve segundo uma teia de relações, formando um sistema complexo, que envolve vários segmentos públicos e privados da sociedade. O Estado passou a investir no planejamento da atividade turística por entender que esse setor se apresentava como uma das grandes saídas para o crescimento econômico. Com isso, no decorrer dos últimos anos, algumas políticas públicas, metas e objetivos foram implementados para viabilizar essa atividade. Entre as ações está a formação e capacitação nos diversos setores do turismo, incluindo a hotelaria como setor de destaque, por ser uma atividade diretamente relacionada.

A formação para o turismo no Brasil teve seu início a partir da década de 1950 nas regiões Sudeste e Sul, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Com instituições de administrações autônomas em cada estado da Federação, o SENAC acompanhou o apogeu da iniciativa privada na oferta de cursos técnicos, o que foi impulsionado pelas políticas públicas de EP no país, conforme apontado no tópico anterior. Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da área de Turismo e Hospitalidade (RCN's) (BRASIL, 2000, p.19), “estes cursos, nos diversos estados das regiões, atendiam à qualificação dos quadros operacionais de base para hotéis e restaurantes em diversos restaurantes-escola”. No final da década de 1960 foi instalado o primeiro hotel-escola no estado de São Paulo, também priorizando a qualificação.

Naquela mesma década, o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)<sup>43</sup>. O turismo passou a ser entendido como “uma atividade produtiva capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis socioeconômicos que caracterizavam a nação”. (BRASIL, 2008, s/p). Essa visão da atividade turística como “solução” para a economia brasileira se deu por meio do aumento do fluxo turístico internacional e da geração de divisas monetárias, no bojo dos holofotes que o país recebia, especialmente a partir da década de 1970, através dos esportes e outros destaques (vitória na Copa do Mundo de Futebol, maior abertura do Brasil na Fórmula 1 com as conquistas do piloto Emerson Fittipaldi, representação do país no concurso de Miss Universo, etc.). Assim, o governo, por meio da EMBRATUR, foi responsável pela divulgação do Brasil ao mundo como um “novo” atrativo, investindo em um tipo de “marketing agressivo” conforme expressam Meira e Amorim (2012). A estratégia consistia, entre outras, no lançamento de diversos catálogos repletos de imagens que estereotipavam a mulher brasileira (na maioria das vezes a partir da exposição de corpos seminus na praia ou passistas de samba sensuais, etc.), além de outras ações que acabaram por incentivar o aumento do turismo de exploração sexual de mulheres e menores. Ainda hoje, esse é um dos principais problemas existentes nas regiões turísticas do Brasil, e de forma mais precária na região Nordeste. Sobre o período, que correspondeu aos anos de ditadura militar no governo, Santos Filho (2008) afirma que

<sup>43</sup> Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR passou a ser uma autarquia dentro deste Ministério, como “Instituto Brasileiro de Turismo”, passando a cuidar exclusivamente da promoção e do apoio à comercialização dos produtos turísticos do Brasil no exterior.

[...] foi uma época em que o governo brasileiro se aliava integralmente aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, com total apoio aos investimentos e à ideologia norte-americana. Neste contexto de crescimento econômico apoiado pela ideologia desenvolvimentista, a Embratur cria uma imagem de um país com ausência de contrastes sociais agravados pelo período ditatorial, demonstrando a existência de um paraíso tropical receptivo, exótico e com belas mulheres (SANTOS FILHO, 2008, s/p.).

Foi também neste período da ditadura, antes mesmo da promulgação da LDB de 1971, que o estado de São Paulo criou o primeiro curso público de nível técnico em turismo, a partir de uma deliberação do seu Conselho Estadual, no mês de março de 1971. Meira e Amorim (2012, p. 4) destacam que, à época, a clientela escolar “não demonstrava interesse pelo curso e as perspectivas profissionais oferecidas eram muito vagas, além da concorrência representada pelo curso do SENAC”. Podemos analisar que a implantação de um curso público em uma área emergente nas práticas sociais e especialmente no âmbito das ciências no Brasil, ofertada em uma instituição estadual e em um momento de baixo investimento do governo na EP, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da iniciativa privada são fatores que tornam fácil a compreensão acerca do desinteresse pelo curso público integrado ofertado pelo estado de São Paulo que, certamente, contava com outros problemas de ordem estrutural, conforme apontam as RCN’s:

[...] são [cursos] em maior número, ainda herdeiros da profissionalização obrigatória imposta pela Lei Federal nº 5.692 (LDB 71), implantados quase sempre pela facilidade e pelo baixo custo. Estes cursos, em sua grande maioria, não têm laboratórios ou ambientes especiais, nem recursos tecnológicos, nem biblioteca especializada, são distanciados do processo produtivo da área e seus docentes muitas vezes não têm experiência ou efetiva atuação no mercado de trabalho. (BRASIL, 2000, p. 20).

Ainda de acordo com as RCN’s, “as iniciativas relativas à profissionalização na área de hospitalidade restringem-se ao SENAC e Escolas Técnicas Federais/CEFETs. Só a partir de 1988 vêm surgindo outras iniciativas, inclusive de escolas públicas estaduais” (BRASIL, 2000, p.20). Dessa forma, num contexto marcado por questões desfavoráveis em se tratando de recursos materiais e humanos, os estudantes estavam sendo preparados na expectativa da lógica das empresas, ou seja, do mercado de trabalho e das demandas do capital. Eles estavam, portanto, distantes de uma formação que os conduzissem à compreensão do mundo do trabalho e, logo, da representação integral dos processos laborais que envolvem as atividades do turismo.

Ao analisar a história, os cursos de turismo em nível técnico foram menos ofertados em relação, por exemplo, a cursos de nível médio de outras áreas e a cursos superiores na área, embora a formação técnica tenha se iniciado antes de 1970, enquanto os cursos superiores foram implantados a partir de 1971 (MATIAS *apud* MEIRA e AMORIM, 2002). Destarte, ao tratarmos especificamente da formação técnica de nível médio para o eixo THL, os próprios RCN's<sup>44</sup> apontam para este caminho de viés mercadológico com foco na pedagogia das competências,<sup>45</sup> além da visão de que a formação profissional é exitosa quando sucede a uma formação básica de qualidade.

[...] diz o professor Francisco Cordão (Escola e Setor Produtivo: Uma Parceria em Busca de uma Profissionalização de Qualidade) que "...a capacidade de permanente ajuste às constantes mutações do mercado de trabalho, que facilite a mobilidade profissional e que atenda às aptidões e aspirações pessoais dos trabalhadores, aumentando a eficiência e eficácia no trabalho, com satisfação, realização e auto-afirmação, bem como provendo o progresso social, cultural e econômico, exige uma sólida educação básica. A educação profissional, portanto, deve ter seu início em uma ampla e boa educação básica, o que facilita a criação das necessárias articulações, tanto verticais como horizontais, no mundo do trabalho. [...] O primeiro passo para uma efetiva profissionalização dos trabalhadores estará garantido pela oferta de uma educação básica de boa qualidade. Este entendimento, hoje de comum aceitação, de que uma efetiva profissionalização está baseada em uma educação básica de boa qualidade é inteiramente aplicável à área de Turismo e Hospitalidade, já que esta abarca muitos outros setores econômicos e múltiplos bens, serviços e conhecimentos de várias áreas da atividade humana" (BRASIL, 2000, p. 08, *grafia da época*).

As concepções desse documento estão em conformidade com a conjuntura histórica da EP naquele período e que foi discutida na seção anterior. Porém, vale reforçar que, mesmo após as importantes mudanças e avanços que se desenrolaram, discursos como o acima exposto ainda se refletem nas práticas educacionais e de relação com o trabalho, principalmente das novas formas de produção e serviços. Isso inclui o fenômeno do turismo no Brasil. O surgimento do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, em 2008, apresenta uma

<sup>44</sup> É necessário destacar que o MEC, em 2000, criou cerca de 20 "áreas profissionais" da EP, entre elas, "Turismo e Hospitalidade". Com o lançamento do primeiro CNCT, em 2008, passou-se a organizar as áreas por "eixos tecnológicos", alterando para "Hospitalidade e Lazer". Houve nova alteração deste eixo em 2012 para "Turismo, Hospitalidade e Lazer". No entanto, o MEC ainda disponibiliza os Referenciais Curriculares para a EPTNM do eixo "Turismo e Hospitalidade" lançados no ano 2000. Informações disponíveis em <portalmec.gov.br/setec>. Acesso em 06 nov. 2017.

<sup>45</sup> Ramos (2002) discute esta adequação das Diretrizes e RCN's da EP ao modelo das competências. Segundo a autora, tal modelo (que tem origem na psicologia) é centralizado nos atributos subjetivos do sujeito (capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras) que devem acompanhar as mudanças do mundo do trabalho, tendo por cerne a responsabilização do indivíduo em torno da busca da qualidade. Nisso, a autora associa a competência às noções de empregabilidade e laboralidade.

melhor organização da formação na área no que tange a criação de eixos tecnológicos,<sup>46</sup> tendo em vista que o turismo é uma atividade que movimentava mais de 50 segmentos da economia (BENI, 2003) e promove um leque de diversidades no trabalho e emprego. A partir desse período, a oferta de cursos técnicos na área se expandiu e em maior número na modalidade subsequente, de acordo com Meira e Amorim (2012).

O eixo THL teve seu *boom* a partir do ano de 2010 com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei 12.513/2011. O programa, com objetivo de expandir a oferta da EP inicial e continuada por meio do fomento e incentivo financeiro para instituições públicas, privadas e terceiro setor, visa ampliação e extensão da oferta de EP. Ao todo, foram lançados quase 300 cursos de diversas áreas pelo território nacional. Importa lembrar que o surgimento deste programa se dá em mais um período de grande projeção do Brasil no cenário mundial, visto suas conquistas em sediar megaeventos esportivos pelos anos seguintes (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016), entre muitos outros eventos internacionais, o que fez com que o eixo THL fosse destacado dentro deste programa, com o aumento da diversidade da oferta de formação profissional que subiu de sete cursos de nível técnico para 30 cursos de qualificação, com duração de até quatro meses.

Em geral, os referidos cursos do PRONATEC exigem a escolaridade mínima do ensino fundamental I e II completos ou incompletos, e alguns exigem o ensino médio incompleto, a depender da área de atuação.<sup>47</sup> A Medida Provisória 593/2012, que alterou a lei do PRONATEC, ampliou as metas de investimento e a oferta de cursos para egressos do Ensino Médio, bem como ampliou a autonomia das instituições privadas de ensino superior e do Sistema “S”. Ações como essas ilustram a contradição que permanece na EP, em especial para jovens e adultos, a partir de programas que fortalecem o repasse de recursos públicos para o setor privado, por meio de projetos fragmentados de formação aligeirada que contribuem com a redução da oferta pública de EP nesta modalidade, destacadamente no turismo, diante da pluralidade que o programa apresenta para este setor. É o que Kuenzer (2010) chama de *inclusão excludente*: ofertas que pouco aderem às demandas dos excluídos, cujos resultados não evidenciam outra possibilidade de inclusão, mas pela realização de

<sup>46</sup> São eles: Técnico em Agenciamento de Viagem; Técnico em Cozinha; Técnico em Eventos; Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Hospedagem; Técnico em Lazer e Técnico em Restaurante e Bar. (BRASIL, CNCT 2014).

<sup>47</sup> Alguns exemplos dos cursos e suas exigências mínimas de escolaridade: Agente de Informações Turísticas (200h) e Atendente de Lanchonete (160h) – Ensino Fundamental II incompleto; Bartender e Camareira (ambos 200h) – Fundamental Completo; Recepcionista em Meios de Hospedagem (200h) – Ensino Médio Incompleto; Sommelier e Cerimonialista (ambos 200h) – Ensino Médio Completo. (BRASIL, 2013).

trabalhos precarizados e predominantemente eventuais, segundo a lógica da inclusão subordinada.

Diante da situação exposta, percebemos que a formação técnica para o turismo vem acompanhando a dualidade histórica da EP no Brasil, numa relação marcada pela busca em atender demandas futuras de crescimento do setor a partir de programas contraditórios e por vezes superficiais em cursos operacionais de curto prazo, com a carência de políticas efetivas que priorizem a formação do trabalhador para o turismo baseada em debates necessários com a população. De forma especial, existe a população que vive do trabalho no turismo e é receptora desta atividade, mas muitas vezes não se vê pertencente ao fenômeno turístico e todas as suas implicações. O trabalho, como uma atividade que produz o humano e o torna um ser social, surge como um dos pontos fundamentais desta discussão. Fica claro para nós que, para tratarmos sobre a formação para o trabalho, é de extrema importância refletirmos sobre o trabalho em si e suas novas formas de vigência na sociedade, pois o setor de serviços – do qual faz parte o turismo e suas atividades – ganha cada vez mais centralidade dentro de uma noção ampliada do trabalho contemporâneo.

### 2.3. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.

Discutir o trabalho, sobretudo o trabalho no mundo moderno, não é tarefa simples diante das rápidas mudanças geradas pelo contínuo desenvolvimento das potencialidades humanas. As transformações exigem o diálogo com novas abordagens do trabalho, ao mesmo tempo em que não devemos perder de vista as concepções históricas que são fundamentais para o entendimento das relações entre trabalho e educação para o mundo do trabalho, o que inclui também a formação técnica profissional, vertente para a qual se volta esta pesquisa.

A organização do trabalho acompanha as mudanças na história das sociedades. Na antiguidade, o trabalho era visto como uma sujeição às necessidades materiais, considerado como privação da liberdade. De acordo com Gorz (2007), o homem livre era aquele que dominava seu corpo para não ser escravo destas necessidades, e o trabalho era reservado às mulheres e escravos como uma ocupação servil. Para este autor, o que hoje chamamos de “trabalho” não se confunde nem com os afazeres, nem com o labor e nem com o que empreendemos por conta própria: aquilo que é o cerne de nossa existência individual e social foi uma invenção generalizada do industrialismo na sociedade capitalista. Assim, é pelo trabalho remunerado, ou assalariado, que o homem adquire uma existência e identidade social,

passando a pertencer à esfera pública. Dessa forma, para Gorz (2007), existe uma diferença fundamental entre o trabalho no mundo antigo (de esfera privada, familiar, determinada pelas necessidades de subsistência e da reprodução) e na sociedade capitalista.

A revolução industrial que teve início no século XVIII é uma das maiores representações desta metamorfose, tendo como um dos alicerces a racionalidade econômica.<sup>48</sup> Nessa nova organização, o artesão – que antes não trabalhava, mas “realizava obras” nas quais podia utilizar o “trabalho” de homens de labuta (GORZ, 2007, p. 24) – passa a fazer parte de uma nova estrutura produtiva, na qual o tempo de trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro.

[a racionalização econômica] foi uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e das relações com a natureza, uma *invenção*, no sentido pleno do termo, de algo que jamais existira antes. A atividade produtiva desfazia-se de seu sentido original, de suas motivações e de seu objeto para tornar-se simples *meio* de ganhar um salário. Deixava de fazer parte da vida para tornar-se *meio* de “ganhar a vida”. [...] o trabalho concreto só pôde se transformar naquilo que Marx chamará de “trabalho abstrato” ao engendrar, no lugar do operário-produtor, o trabalhador consumidor: isto é, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz.” (GORZ, 2007, p. 30. *Grifos do autor*)

Assim é que o princípio da divisão do trabalho no modo de produção capitalista ganhou forma. De acordo com Bravermann (1980, p. 70), “embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas.” Tal divisão social do trabalho deriva-se do caráter específico do trabalho humano, pois “um animal faz coisas de acordo com o padrão e necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie” (Ibid., p. 71). Esta condição de trabalho desapropria o trabalhador do saber, da subjetividade humana. Cada vez mais distante do controle de todo o processo de produção, a existência desse trabalhador é expressa então de forma estranhada em relação ao que ele

<sup>48</sup> A racionalidade econômica é uma concepção apresentada por Gorz (2007) e fundamentada em Weber na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1985), definida precisamente pela “preocupação em economizar”, ou seja: movimentar os fatores de produção da maneira mais eficaz possível, gerando mais tempo de trabalho disponível para uma produção adicional de riquezas.

produz, tornando assim o trabalho desumanizado<sup>49</sup>: “a existência do capital é a existência do operário, *sua vida*, da mesma maneira que o capital determina sua vida de um modo que lhe é totalmente indiferente” (MARX *apud* GORZ, 2007, p. 31, *grifo do autor*). Esta pode ser considerada a força motriz da precarização do trabalho na sociedade moderna. Apesar disso, tal condição se torna caminho para a emancipação dos trabalhadores, na medida em que

a proletarização dos produtores anuncia-se, pois, como o outro lado de uma grandiosa empreitada, potencialmente emancipadora, de unificação racional do processo social. [...] podem tornar-se tudo, porque não são mais nada, podem tornar-se sujeitos universais de uma atividade total, porque não se entregam mais a nenhuma atividade privada particular. (GORZ, 2007, p. 33)

Na visão de Marx e Engels, para que esta emancipação humana seja possível, o encontro entre a sensibilidade prática do trabalho com a filosofia, com o conhecimento, é imprescindível. Esta conexão é o caminho à materialidade.

O que dá aos indivíduos a possibilidade de vencerem a sua estreiteza local, em determinadas circunstâncias favoráveis, não é o facto de que na sua reflexão se imaginem ou se proponham dissolver estas limitações, mas que, na sua realidade material e determinada por necessidades materiais, conseguem produzir um sistema de trocas à escala do mundo (MARX; ENGELS, 1978, p. 64).

Portanto, o trabalho é a base estruturante da transformação do ser, através da consciência moldada por um agir que perpassa o prático, o teórico, o cultural ou político e que vai impulsionar este ser em sua luta em mudar o meio em que vive. Nesse sentido, podemos pensar o trabalho como princípio educativo conforme aponta Lukács (1980), ao destacar o papel ontológico do trabalho e sua função na constituição do ser social como ser dotado de autonomia e, por isso, inteiramente diferente das formas de ser antes:

A questão central das transformações no interior do homem consiste em atingir um controle consciente sobre si mesmo. [...] o homem que trabalha deve planejar cada momento com antecedência e

<sup>49</sup> Nesse sentido, a desumanidade não tem significado de valor moral, mas representa o distanciamento da soma de riqueza humana através da apropriação da natureza. De acordo com Alves e Silva (2012, p. 253) a visão de Marx é que “os indivíduos vivos ativos trabalhando em sociedade se apoderam na natureza de um modo determinado, que os diferencia da animalidade [...] é, enquanto tal, processo de produção em sentido amplo, abarcando as condições e os próprios agentes.”

permanentemente conferir a realização de seus planos, crítica e conscientemente, se pretende obter no seu trabalho um resultado concreto o melhor possível. Esse domínio do corpo humano pela consciência, que afeta uma parte da esfera da sua consciência, isto é, dos hábitos, instintos, emoções, etc. é um requisito básico até no trabalho mais primitivo, e deve dar uma marca decisiva da representação que o homem forma de si mesmo. (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2009, p. 142 e 143)

Para Lukács, este autocontrole consciente é o que permite ao homem explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade, na busca de uma vida dotada de sentido. Quanto maior o conhecimento, maior a concretude das suas decisões e, assim, maior a sua esfera de liberdade. Essas reflexões são fundamentais para o surgimento de questionamentos sobre o trabalho na atualidade, tais como: diante da expansão da diversidade de setores e atividades, estas considerações se aplicam ao trabalho no mundo de hoje?

Partindo do entendimento de que o homem na atividade de trabalho necessita de liberdade para se desenvolver, entendemos que as considerações de Lukács se relacionam à contemporaneidade. Concebemos aqui o conceito de mundo do trabalho por representar as significativas mudanças que o trabalho e suas relações vêm sofrendo decorrentes, em grande parte, de transformações que afetam a economia e o modo da produção e estabelecem uma nova cultura. Dessa forma,

mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados neste processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja: é um *mundo* que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. (FIGARO, 2008, p. 92, *grifo da autora*)

Ou seja, constitui-se em uma categoria mais ampla, mais difusa e complexa do que a organização empresarial, o emprego e o mercado de trabalho, sendo estes constituintes do mundo do trabalho. É importante esclarecer que não pretendemos aqui condenar o uso do termo “mercado de trabalho”, mas entendê-lo como uma das esferas do mundo do trabalho, e que sofre as influências de suas relações.

Ao tomar como centralidade o universo amplificado e complexificado do trabalho, ou melhor, do mundo do trabalho, propomos refletir sobre a formação para o trabalho no contexto da formação técnica. Entendemos, desse modo, que a formação para o mundo do

trabalho difere da formação para a empregabilidade. Antunes (2009), ao discorrer sobre a noção ampliada de trabalho e as novas vigências que interagem o trabalho material (manual) e imaterial (de maior dimensão intelectual, abrangendo as indústrias mais informatizadas, os setores de serviços ou comunicações etc.) critica as múltiplas reificações que repercutem na vida fora do trabalho, na qual o consumo de mercadorias materiais ou imateriais também está, em enorme medida, estruturado pelo capital. A isso, inclui a condução pela busca de preparação para se conseguir trabalho:

[...] são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada a adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital. (ANTUNES, 2009, p. 131).

Acompanhando as reestruturações do capital e em condição subordinada às suas novas necessidades, está a educação. Conforme nos indica Frigotto (2001), no interior da pedagogia da competitividade, opera-se uma mudança profunda no papel econômico atribuído à escola e ao processo de formação técnico-profissional: num contexto de crise do desemprego estrutural e de uma nova (des)ordem mundial com a configuração da geografia humana em blocos econômicos divididos entre os incluídos, precarizados e excluídos, desmonta-se a promessa integradora, e a função econômica atribuída à escola passa a ser a da empregabilidade ou da formação para o desemprego. Esse entendimento da educação como elemento para posicionar o indivíduo no mercado de trabalho acaba por exigir investimentos na formação profissional que apontem às necessidades da indústria, que por sua vez se apresenta em uma estrutura cada vez mais flexível na oferta e nos processos de trabalho. Em decorrência, essa flexibilidade é refletida nas formações profissionais cada vez mais fluidas e mutáveis, aumentando a responsabilidade do indivíduo pela busca por uma qualificação que lhe possibilite encontrar espaço neste cenário. Nessa perspectiva,

o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em “consumir” aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. Assim, o conceito de empregabilidade se afasta do direito à educação: na sua condição de consumidor o indivíduo deve ter a

liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir. (GENTILI, 2005, p. 55).

Esta estratégia de formação profissional tem como objetivo central constituir um trabalhador que combine o conjunto de habilidades técnicas necessárias ao conjunto das demandas convenientes à reprodução do sistema do capital. É o *saber fazer*, através de “processos de treinamento no mero domínio das técnicas de execução de atividades e tarefas, no setor produtivo e de serviços” (OLIVEIRA, 2000, p. 41). Alguns autores vão relacionar este processo ao conceito de formação técnica. Defendemos que é necessário, portanto, que a formação técnica transponha as dimensões do fazer e se conecte com os arranjos sociais, culturais e políticos, dos quais faz parte o trabalhador.

Na formação para o turismo, em especial, podemos relacionar esta formação técnica ao que alguns autores definem por “treinamento”:

[o treinamento] é uma atividade muito mais específica que se concentra na aplicação detalhada em nível mais baixo, frequentemente habilidades práticas. Em geral, é específico de um setor e procura equipar o trainee com habilidades definidas e claras, como emissão de bilhetes, serviços ou habilidades de contato com o cliente (COOPER *apud* ANSARAH, 2002, p. 20).

Ou “qualificação”:

Tradicionalmente, o domínio da educação de turismo tem sido o encorajamento do pensamento analítico e a compreensão de problemas conceituais de modo a contribuir para o desenvolvimento profissional e intelectual de uma pessoa. A qualificação no turismo, por outro lado, é mais entendida como o fornecimento de conhecimentos práticos, experiências e técnicas (WANHILL, 2007, p. 724)

Notamos assim que, para além do treinamento ou qualificação, uma formação ampliada e direcionada à interpretação de novos conhecimentos, aliada ao desenvolvimento da “capacidade evolutiva crítica” é o que pode ser chamado de “educação para o turismo”, dentro do contexto da “produção do fazer-saber turístico”:

[educação para o turismo] pode ser definida como um processo que dá ao indivíduo um conjunto de princípios, não aplicações detalhadas. Ela deve fornecer ao estudante um conjunto de ferramentas para interpretação, avaliação e análise de um novo conhecimento ao desenvolver suas capacidades críticas. A educação para o turismo olha além de um setor individual e tenta oferecer mais uma perspectiva geral. [...] o conceito-

chave é a provisão de transferência de habilidades básicas, tais como analítica, de comunicação escrita e verbal e a liderança, que deveriam ser desenvolvidas pela educação e aplicadas, pelo indivíduo, em diferentes contextos. (ANSARAH, 2002, p. 20).

A autora, baseando-se nos princípios norteadores da Organização Mundial do Turismo (OMT) sobre educação para o turismo e em estudos de autores como Dencker (2001), Cooper, Shepherd & Westlake (2001) e Moesch (2000, 2001) conclui que, na prática, educação e treinamento estão interligados, estando o primeiro baseado “no desenvolvimento intelectual do indivíduo” e o segundo no processo de “desenvolver habilidades e eficiência por intermédio de instruções – transmissão do conhecimento prático”. Como consequência, separa os espaços de aprendizagem em dois sistemas que considera básicos: formal (representado pelas “universidades, instituições não universitárias e escolas técnicas, profissionalizantes ou cursos de especialização”) e informal (representado pelo “ambiente cultural do indivíduo e por programas de treinamento, aprimoramento ou atuação profissional”). Aponta, ainda, às instituições educacionais o desafio de

[...] criar uma concepção epistemológica, isto é, tirar o caráter puramente de mercado em que este saber se transformou. [...] levar informação operacional do mercado para a sala de aula é necessário e importante, mas não se deve permitir que permaneçam como simples informações; o docente deve transcender este estágio refletindo sobre o avanço na perspectiva ética, da diversidade e da identidade cultural regional e da democratização dos espaços. [...] a formação de recursos humanos no turismo deve se preocupar com o equilíbrio entre a educação e o treinamento em todos os estágios do processo educativo. (ANSARAH, 2002, p. 31)

Consideramos ser muito importante a visão de uma educação para o turismo que não seja reduzida às demandas flexíveis do mercado e que integre a teoria e a prática em todos os seus processos. Contudo, na formação de trabalhadores do turismo entendemos também que o conhecimento prático extrapola a esfera operacional da eficiência produtiva, e que ele acontece tanto nos espaços formais quanto informais de aprendizagem, assim como o conhecimento teórico. E este é um grande desafio posto à formação para o setor.

Outro desafio para os estudos sobre a formação nesta área é a ampliação da defesa da educação para o turismo na esfera dos cursos de menor duração, especialmente os cursos de nível técnico. Os estudos de Ansarah (2002) são dedicados exclusivamente à formação e capacitação profissional no ensino superior, ressaltando a importância da educação para o turismo, conforme já citado. Trigo (1998), que apresenta um significativo estudo sobre o profissional do turismo na sociedade pós-industrial, defende uma formação para novos

tempos centrada na capacidade de o aluno pensar e se expressar claramente, resolver problemas e tomar decisões, embora conclua por meio de tópicos que

O turismo deve ser ensinado de maneira transdisciplinar; o turismo é uma das especialidades do campo da ciência; a formação profissional em turismo realiza-se em pleno contexto das mudanças globais; *no nível superior, o processo de formação profissional deve ser centrado na educação e não em simples treinamento*; a qualidade em turismo depende de formação profissional séria e continuada (TRIGO, 1998, p. 199. *grifo nosso*).

Assim, se é evidente a importância da qualidade da formação profissional para a qualidade do turismo, também é fundamental a educação para o turismo tanto nos demais níveis de formação quanto no ensino superior, como forma de superação da dualidade na educação profissional já tão comentada neste capítulo e que percebemos estar presente também na formação para o turismo. Poderemos destacar a importância da qualidade em turismo quando pensarmos na qualidade de formação e de vida dos trabalhadores do setor.

A necessidade emergente por superar uma formação do trabalhador que seja tecnicamente restrita nos conduz à concepção de politecnia, a partir da busca pela articulação entre trabalho manual e intelectual, que se constitui como base para uma formação autônoma e emancipadora. Ao tratar das contradições da sociedade capitalista moderna – que procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores, sistematizando-os e os devolvendo de forma parcelada – Saviani apresenta a noção de politecnia como um sentido oposto a esta expropriação, e explica:

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos. Por quê? Supõe-se que dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador que é adestrado para executar com perfeição determinada tarefa, e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Ele terá um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva moderna na medida em que ele domina aqueles princípios, aqueles fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna. Dado que a produção moderna se

baseia na Ciência, há que dominar os princípios científicos sobre os quais se funda a organização do trabalho moderno.(1989, p. 12).

Dessa forma, podemos entender que a politecnia busca romper com a formação estreita, fragmentada e distante do mundo do trabalho. Em suas pesquisas sobre politecnia, escola unitária e trabalho, Machado coaduna com esta concepção ao afirmar que a politecnia

supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador consciente e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. (1989, p.37).

Sobre estas concepções dentro das normatizações da EP, as atuais DCNEPTNM (Resolução nº 06/2012) apresentam, entre os princípios norteadores, o “trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular”. De forma mais direta, nos artigos sobre a organização curricular, observamos a estruturação dos cursos por eixos tecnológicos, havendo em sua concepção os “núcleos politécnicos”, estes que compreendem “[...] os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social.” (BRASIL, 2012b, p. 3-4).

Partindo destes princípios, as acepções de educação e trabalho na formação do indivíduo exercem bastante relevância nas práticas de educação profissional que abrangem, especialmente, a formação de nível técnico para jovens e adultos. Assim, tomamos por necessário o reforço dos questionamentos acerca dos caminhos que a modalidade subsequente vem seguindo e dos rumos que pretendemos tomar dentro da EP, seja nas políticas públicas ou no meio acadêmico. Se considerarmos o fato de que a oferta vem crescendo, juntamente com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) ao longo dos últimos anos, devemos nos atentar às formas com que a relação entre educação e trabalho se expressa nas políticas públicas para a educação e, conseqüentemente, na organização curricular e estrutural dos cursos e nas práticas institucionais, pois estas exercem importância na relação dos sujeitos com o trabalho. As discussões que envolvem os aspectos históricos, culturais e políticos nesta relação são necessárias não somente pelos

conhecimentos que oferecem, mas também pelas qualidades intelectuais que desenvolvem, conforme abordado anteriormente.

Dessa forma, o horizonte vislumbrado para uma formação profissional técnica que articule de forma orgânica as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas implica em lutar, como afirma Frigotto (2001), por políticas públicas para a EP que não focalizem nem o emprego, nem a prevenção ao desemprego e a estratégia para nos integrarmos ao mundo globalizado. As políticas devem se inscrever num projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico, onde o ser humano se constitui o centro e a medida deste projeto, e não o mercado ou o lucro.

#### 2.4. O TRABALHO NO TURISMO

Comumente, vemos o turismo ser apresentado como um dos maiores setores econômicos do mundo. Números significativos são usados para descrever o seu valor e também para falar dos empregos que a área gera. Por ser um setor bastante diversificado e composto por uma gama de produtos e serviços que interagem entre si (empresas de pequeno, médio e grande porte nos ramos da hotelaria, agenciamento, transportes, alimentação, recreação e eventos, além do setor público etc.), as definições que o norteiam constantemente divergem. Podemos encontrar em alguns autores (sobretudo ingleses e americanos, principais referências nos estudos turísticos) a definição do turismo como uma indústria (DAVIDSON, 1994) ou um setor econômico independente (SMITH, 1998). Fato é que, ao analisarmos as discussões acerca do trabalho no turismo, notamos que existe pouco referencial teórico específico sobre o tema, prevalecendo os estudos sobre a educação e a formação em turismo diante do cenário de mudanças que os avanços da tecnologia possibilitam (TRIGO, 1998; FLETCHER; GILBERT, 2007; COOPER; HALL; TRIGO, 2011). É também frequente o uso do termo Recursos Humanos (RH) para se referir aos trabalhadores do setor (ANSARAH, 2002; FLETCHER; GILBERT, 2007; CAON, 2007; COOPER; HALL; TRIGO, 2011), fruto da forte ligação que há entre os estudos e a formação em turismo com as áreas de administração e economia.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Devido ao fato de essa leitura da realidade ser pertinente a um dado contexto histórico, os estudos e as pesquisas em turismo, realizados por diferentes instâncias da sociedade – governos, instituições de ensino e pesquisa, entre outros – se referem em sua maioria sob a ótica econômica. Parte dessa interpretação se fez e se faz, devido também à complexidade em que está envolto o fenômeno, já que o mesmo abarca diversos aspectos da vida em sociedade e estabelece diversas redes de relacionamento. Portanto, é difícil de ser compreendido e conceituado em sua interdisciplinaridade e multisetorialidade.

As mudanças que o setor [turístico] está encarando só terão sucesso nas mãos de uma força de trabalho qualificada, treinada, enérgica, multilíngue e empreendedora, que entenda a natureza do turismo e tenha uma sólida formação profissional. Uma alta qualidade dos recursos humanos no turismo permitirá às empresas ter vantagens competitivas e prestar serviços com valor agregado. (FLETCHER; GILBERT, 2007, p. 724)

Cooper, Hall e Trigo abordam a questão de forma um pouco mais problematizada. Segundo os autores, “o turismo passa por uma crise de RH”, onde “todo mundo sabe da importância do setor, mas ninguém o leva a sério.” (2011, p. 139). Para fundamentar esta observação, chamam a atenção para os problemas que os empregos no turismo ainda enfrentam, sobretudo no Brasil, e que contribuem para explicar a chamada crise:

A maior parte dos empregos de prestação de serviços tende a ser temporária e ocupada por pessoas sem aspirações de seguir carreira na área, desprovidas de comprometimento com o setor; São cargos dominados por gente mais nova; as mulheres são maioria nas posições oferecidas pelo turismo; [...] São acessíveis, com poucas exigências para a entrada no mercado em várias das posições – de fato, o turismo é um setor bastante “subqualificado”. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 139)

Mas o que conduz o RH a esta crise? Ela é consequência das contrariedades que o trabalho no setor apresenta ou ela é a causa das contradições? Os mesmos autores afirmam que tais características “se reforçam por conta própria” e “como resultados, as condições de trabalho no turismo são problemáticas” (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 140).

Os autores ainda reconhecem que o planejamento em RH no turismo é complexo, pois a maioria dos empregos é gerada por pequenas empresas, onde muitos empreendedores nunca tiveram contato com RH antes, além da dificuldade em se criar planos de carreira. Como resultado, recorrem a táticas paliativas, como oferta de empregos não padronizados (temporários, sazonais ou de meio expediente), e concluem que “ao se juntar todos esses fatores, percebe-se que a indústria tem sofrido com a falta de empregados e com a alta rotatividade de pessoal. A rotatividade é algo que custa caro para a indústria.” (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 141)

Mais do que custar caro à indústria, entendemos que a precarização do trabalho no turismo tem um custo ainda maior àqueles que vivem do trabalho no turismo. Aqui, consideramos a noção de “classe-que-vive-do-trabalho” defendida por Antunes (2009), que

inclui “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho [...]. Ela *não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social*” (ANTUNES, 2009, p. 102, *grifo nosso*). Tal noção representa os trabalhadores do turismo, visto que o trabalho neste setor de prestação de serviços é consumido como valor de uso, e não como trabalho que cria valor de troca. É o que Antunes (2009) vai chamar de “trabalho imaterial”, “improdutivo” ou “morto”:

O *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque* de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor. Constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo – os trabalhadores em serviços. (ANTUNES, 2009, p. 102, *grifo do autor*).

Compreender a classe trabalhadora de forma ampliada significa reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo importantes mudanças. Outro aspecto importante é observar a interação cada vez mais notória do trabalho material (produtivo) com o imaterial (improdutivo), que expande a noção de trabalho e transfere ao trabalhador a responsabilidade pela qualidade do trabalho. Para Antunes (2009),

se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas *atividades industriais mais informatizadas*, quer nas esferas compreendidas pelo *setor de serviços* [...]. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial consiste no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas sim se expande, transforma-se e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor [...] produzindo ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico [...]. O trabalhador deve converter-se em sujeito ativo da coordenação de diferentes funções da produção, em vez de ser simplesmente comandado. [...] A dimensão de subjetividade presente nesse processo de trabalho está tolhida e voltada para a valorização e autorreprodução do capital, para a “qualidade”, para o “atendimento ao consumidor”, entre tantas formas de representação ideológica, valorativa e simbólica que o capital introduz no interior processo produtivo. (ANTUNES, 2009, p. 125, 127 e 128, *grifos do autor*)

Podemos direcionar a reflexão sobre a expansão do trabalho ao setor turístico, quando observamos o que afirmam alguns autores da área a respeito das competências necessárias para a atuação profissional nos dias atuais:

[...] criatividade na solução de problemas, capacidade e expressão, capacidade de pensar e não apenas de reproduzir ações. [...] é imprescindível competências em liderança, orientação para o serviço, trabalho em equipe, relações interpessoais, adaptação à mudança, criatividade, treinamento, desenvolvimento, boa comunicação, gerenciamento de qualidade, habilidades tecnológicas e financeiras. (LEWIS *apud* CARVALHO, 2003, s/p.)

Esta “polivalência” tão valorizada atualmente e reconhecida como fator de sucesso profissional, reforça o alerta às formas contemporâneas de estranhamento, conforme nos aponta Antunes (2009). De acordo com o autor, os benefícios aparentemente obtidos neste processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que as competências necessárias ao trabalhador procuram envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária e sempre levam em conta, de forma intrínseca, os objetivos da empresa.

Outra questão relevante sobre o trabalho no turismo é o perfil dos trabalhadores que atuam formal ou informalmente no setor, especialmente na região Nordeste. A maior parte das capitais nordestinas passou a contar com a atividade turística de massa, o que vem provocando mudanças não apenas no território, mas, principalmente, na condição de vida da sociedade, seja para incluí-la ou para deixá-la à margem do acesso aos benefícios do turismo. Gomes, Silva e Silva (2002) a partir de um levantamento feito sobre os impactos de projetos turísticos aos trabalhadores no estado do Rio Grande do Norte, apontam que a trajetória do setor de serviços e, de modo específico, o segmento do turismo, evidencia tanto a ocupação formal quanto os trilhos e atalhos da informalidade, além da expansão dos autônomos e dos sem carteira assinada, observando que

divulga-se, por meio de dados oficiais, que o emprego formal se tem expandido com a atividade turística. Talvez não com a dimensão da informalidade, mas aquele é gerado, sobretudo, pelos meios de hospedagem, alimentação, agências de viagem e locadoras. Sobre isso, externamos que unidades direta e indiretamente envolvidas com o turismo têm gerado empregos diretos, indiretos e temporários. Mas é bom lembrar que, a capacidade de geração de emprego dessas unidades é bastante variável, dado o curto período da temporada turística – dezembro, janeiro e fevereiro -, permitindo a oscilação desse mercado de trabalho, que segue as “altas e baixas temporadas turísticas”. A sazonalidade do emprego em turismo constitui um grande problema, principalmente para o Estado [...] no entanto, no mercado de trabalho, mesmo com toda a dinamicidade da atividade turística, a demanda tem sido sempre maior que a oferta. E, nesse caso, o resultado tem sido também afetado pela baixa qualificação da força de trabalho, que não pode ser apontada como elemento responsável por tal situação [...]. Assim, o que estamos presenciando cotidianamente é um processo de precarização da força de trabalho,

manifestado por salários irrisórios, que mal reproduz a própria vida dos trabalhadores de verão (GOMES; SILVA; SILVA, 2002, s/p).

Surge então o questionamento acerca do que a expansão do turismo está de fato promovendo: se a geração de empregos ou a proletarização dos serviços. Cabe ainda destacar a falta de uma sólida política pública voltada para os trabalhadores do turismo como outro fato agravante. A Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008)<sup>51</sup>, apesar de representar um avanço ao setor por tratar da sua Política Nacional, não deu conta de abarcar as principais fragilidades que envolvem o trabalho nesta área. Há a obrigatoriedade do cadastro de todas as prestadoras de serviços turísticos<sup>52</sup> no Mtur, além de incentivos ao desenvolvimento da atividade, assim como infrações quando ocorrer o não cumprimento delas. Porém, até o momento, apenas a profissão de Guia de Turismo é regulamentada, o que se deu ainda no ano de 1993<sup>53</sup>. O cadastro desse profissional é considerado obrigatório para exercer a atividade e deve estar de acordo com a regulamentação governamental. De acordo com Julião et al (2009)<sup>54</sup>, a profissão de Guia de Turismo recebeu atenção diferenciada por representar uma importância estratégica para a consolidação e ordenamento de destinos turísticos. Ao mesmo tempo, tais autores expõem que a falta de legislação para as demais profissões do turismo é um dos grandes “gargalos” do setor no país, o que incentiva “a baixa qualificação de mão de obra e a consequente desvalorização profissional” (JULIÃO et al., 2009, p. 10).

<sup>51</sup>BRASIL, 2008. Ministério do Turismo. Lei Geral do Turismo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm)> Acesso em 24. abr. 2018

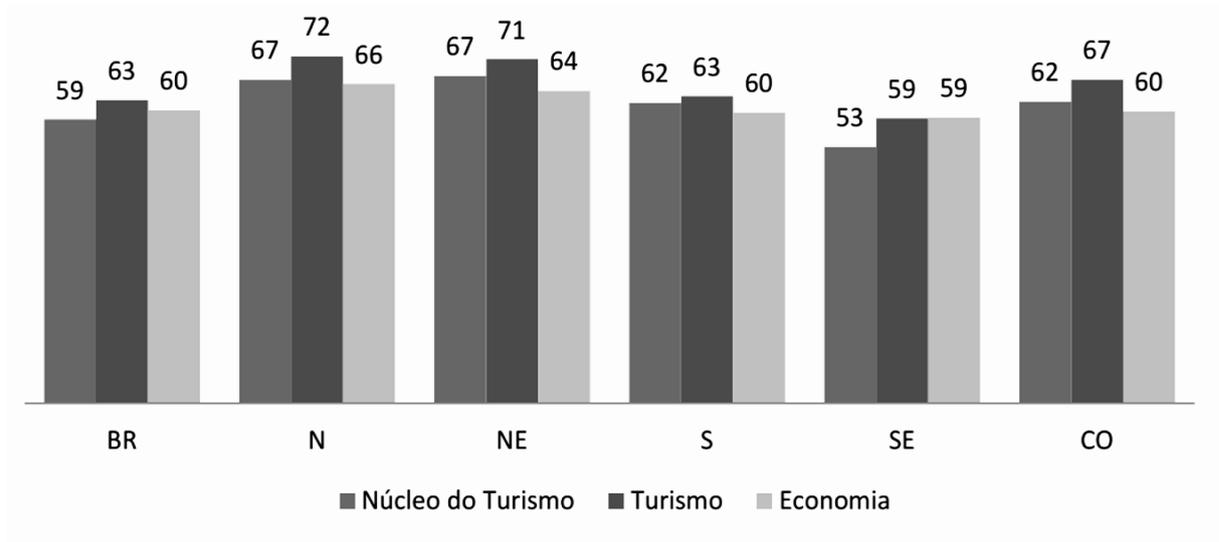
<sup>52</sup> De acordo com a referida lei, em seu artigo 21, são consideradas prestadoras de serviços turísticos as sociedades empresariais individuais e os serviços sociais autônomos que ofereçam serviços remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas com a cadeia produtiva do turismo: meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadores de eventos; parques temáticos; e acampamentos turísticos. Poderão ser cadastradas no MTur, atendidas as condições próprias, as sociedades empresárias que prestem os seguintes serviços: restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares; parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; marinas e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; casas de espetáculos e equipamentos de animação turística; organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos; locadoras de veículos para turistas; e prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades. (Ibid., s/p).

<sup>53</sup>BRASIL, 1993. Decreto 946/93. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d0946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d0946.htm)> Acesso em: 24. abr. 2018.

<sup>54</sup>JULIÃO, D. et al. A influência das leis trabalhistas brasileiras na relação capital/trabalho dos guias de turismo. Rev. Observatório de Inovação do Turismo. Vol. IV, N. 3, setembro de 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5750/4462>> Acesso em: 24. abr. 2018.

Os dados mais atuais do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), lançados em 2015<sup>55</sup>, apontam para uma situação de trabalho no turismo que ainda é preocupante no Brasil: o percentual de trabalhadores informais em atividades características do turismo (ACT's) – que incluem os serviços de Alojamento, Agências de Viagem, Transporte Terrestre, Transporte Aéreo, Transporte Aquaviário, Aluguel de Transportes, Alimentação, Cultura e Lazer – é maior em comparação com o percentual de trabalhadores informais nas demais atividades da economia. Além disso, também é maior o percentual de trabalhadores com baixa escolaridade (Ensino Fundamental incompleto) e salários mais baixos. Vejamos alguns gráficos que ilustram este panorama:

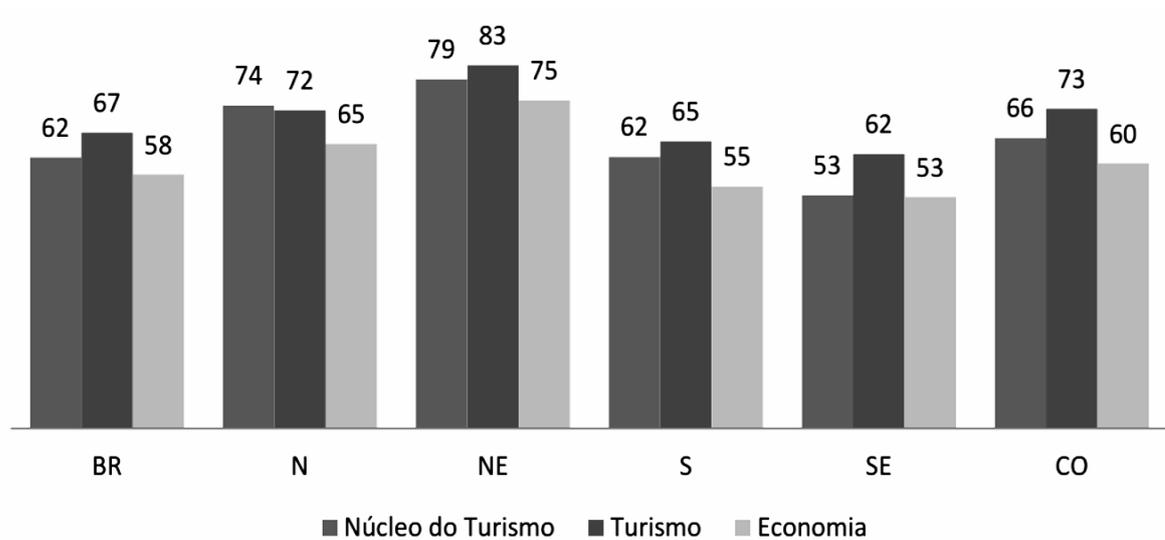
**Figura 02:** Ocupados formais em ACT'S com Ensino Médio incompleto, por regiões.



**Fonte:** SIMT/Ipea (IPEA, 2015).

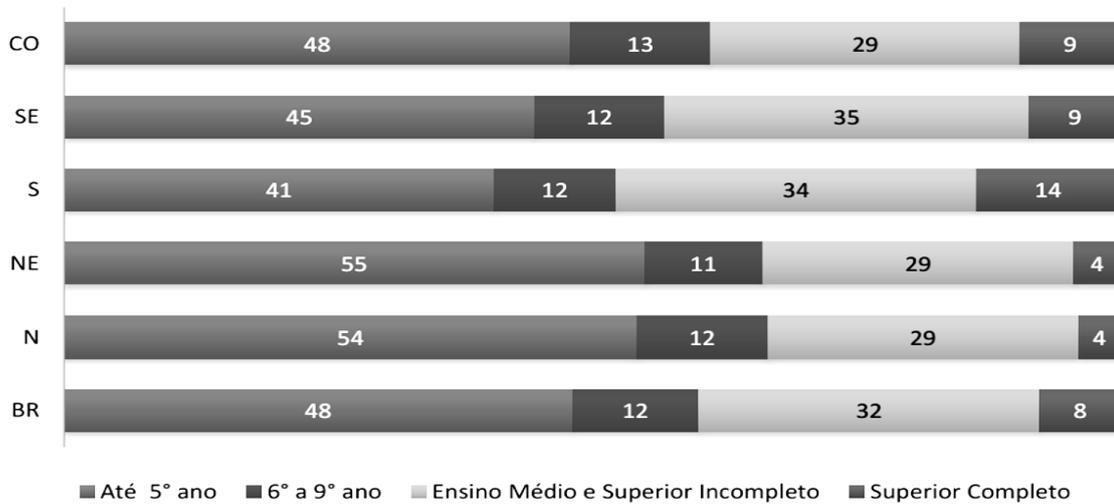
<sup>55</sup> O IPEA desenvolve o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT – a partir de pesquisa de campo e das principais fontes de dados sobre a mão de obra ocupada, produzidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD). Até o presente momento, não foram divulgados novos dados no SIMT. Fonte: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2967&Itemid=33](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2967&Itemid=33)> Acesso em: 16. mar. 2017.

**Figura 03:** Ocupados formais em ACT'S com remuneração média de até dois salários mínimos, por regiões.

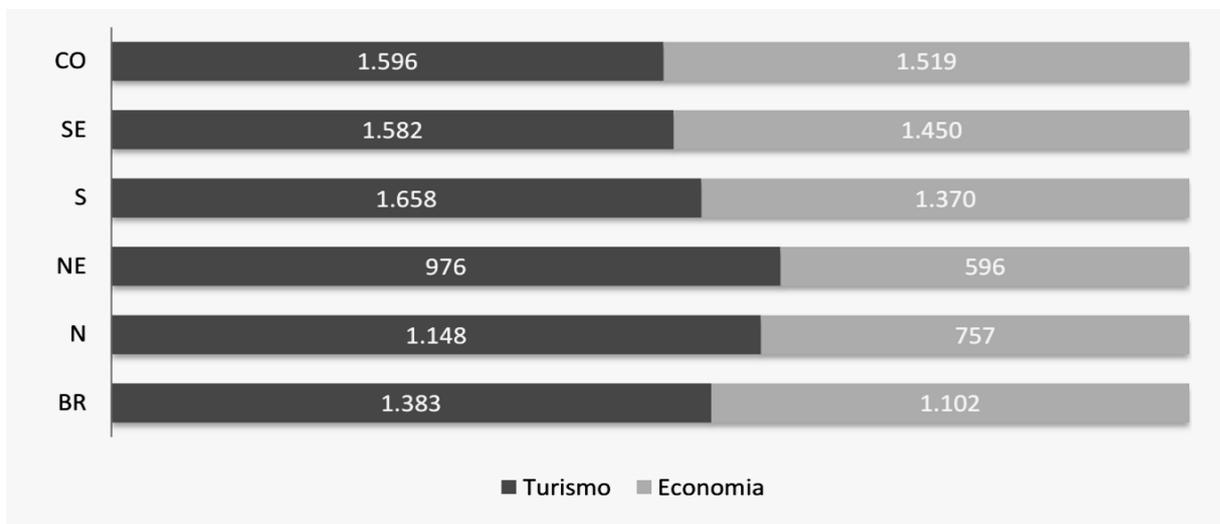


**Fonte:** SIMT/Ipea (IPEA, 2015).

Na amostragem desta pesquisa, o IPEA (2015) agregou três atividades das ACT's cuja clientela é formada principalmente por turistas, sendo estas Alojamento, Agências de Viagens e Transportes Aéreos; estas atividades compõem o Núcleo do Turismo. Nos gráficos observamos que, mesmo nas ocupações formais, a baixa escolaridade e baixa remuneração nas ACT's apresentam índices consideráveis e maiores que os demais setores da economia, com destaque para a região Nordeste, que apresenta taxas mais elevadas que as do Brasil. O IPEA (2015) ainda destaca que a região Sudeste apresenta melhores taxas de escolaridade e remuneração entre os trabalhadores do Núcleo do Turismo devido à maior concentração de empregos nas empresas de transportes aéreos, que possuem mais da metade dos ocupados com nível superior completo. Esta escolaridade influencia na remuneração do Núcleo do Turismo e da economia nesta região. Os próximos gráficos apresentam também índices de escolaridade e remuneração por regiões, porém relacionados às ocupações informais:

**Figura 04:** Escolaridade dos ocupados informais no turismo.

Fonte: SIMT/Ipea (IPEA, 2015).

**Figura 05:** Remuneração média das ocupações informais.

Fonte: SIMT/Ipea (IPEA, 2015).

Quanto aos trabalhadores informais, os dados nos mostram que a situação é ainda mais problemática, principalmente considerando a região Nordeste, onde a taxa de escolaridade é muito menor, com mais da metade dos trabalhadores do turismo sem o Ensino Fundamental completo. A consequência disso é também, de longe, a remuneração mais baixa em comparação às outras regiões do país, o que ocorre tanto no turismo quanto na economia. Outros dados que nos importam citar mostram que, em termos de remuneração, há uma diferença significativa entre homens e mulheres. No turismo no Brasil, a remuneração média

dos homens é 43% superior à das mulheres. Essa diferença é maior no turismo que na média da economia, na qual o salário médio dos homens é 31% superior ao das mulheres. No Núcleo do Turismo, uma vez mais influenciado pelo Transporte Aéreo, que é composto em sua maioria por trabalhadores homens, a diferença de remuneração é considerável: os homens recebem 68% a mais que as mulheres. Também há o movimento de incremento da mão de obra jovem nas ocupações formais do turismo, com o aumento de trabalhadores na faixa etária de até 25 anos e diminuição da faixa etária de 50 anos ou mais, em todas as regiões<sup>56</sup>.

Essa visão contraditória do crescimento do turismo na economia brasileira ao mesmo tempo em que ainda nos deparamos com altos índices de informalidade, baixa escolaridade e remuneração e disparidade de salários entre homens e mulheres, nos reafirma que estamos diante de um setor “novo” dentro do mundo do trabalho, mas já com todas as suas complexidades e heterogeneidades que o tornam mais do que um fator econômico ou uma indústria; trata-se de um fenômeno sociocultural com implicações sobre a sociedade que o consome e, ainda mais, sobre aquela que o produz. No próximo capítulo, mostraremos os resultados dos dados coletados entre os egressos do Curso Técnico em Hospedagem da modalidade subsequente na cidade de Teixeira de Freitas, Bahia, buscando fazer uma análise das informações apresentadas sobre os anseios, desafios e possibilidades desses egressos no seu processo de inserção profissional em relação ao cenário já exposto sobre formação e trabalho, especificamente no setor turístico.

<sup>56</sup> Buscamos por dados mais atuais sobre as ocupações dos trabalhadores no turismo do Brasil, divulgados por outros órgãos oficiais. Encontramos um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. De acordo com a CNC (2018), entre 2015 e 2017 a recessão econômica fez com que fossem eliminados mais de 150.000 postos de trabalho formal nos diversos segmentos do turismo. O saldo entre admissões/desligamentos revelou maior corte de vagas em 2016 (87.242). No ano de 2017, as perdas foram menores, e o fechamento foi de 12.690 postos de trabalho. A Bahia foi o estado do Nordeste com maior número de fechamentos, totalizando 1.644 postos. Os dados não abrangem a situação dos trabalhadores informais. Fonte: <[http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise\\_employabilidade\\_no\\_turismo\\_2017.pdf](http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_employabilidade_no_turismo_2017.pdf)> Acesso em: 16. Mar. 2018.

### 3. OS SUJEITOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA

Neste capítulo pretendemos apresentar os dados coletados nesta nossa pesquisa, buscando antes contextualizar o leitor ao campo em que a pesquisa foi aplicada. Para isso, fazemos uma breve apresentação da cidade e suas principais características: os arranjos produtivos locais e o contexto turístico, tendo em vista que a mesma faz parte da zona turística Costa das Baleias. Apresentamos, então, a instituição, o IF Baiano, direcionando-nos ao *campus* Teixeira de Freitas e ao curso Técnico em Hospedagem subsequente.

Ao adentrar o universo da pesquisa, apresentamos quem é o aluno do curso Técnico em Hospedagem subsequente e como este aluno está atualmente: as informações coletadas a partir da aplicação de questionário *online* e impresso nos permitiram caracterizar o perfil de gênero, idade, condição socioeconômica e atual situação de formação e trabalho. Por se tratar de um curso pós Ensino Médio, identificamos quais os espaços de tempo entre essa conclusão e o ingresso no curso técnico subsequente.

Outras questões relacionadas à trajetória na formação técnica também são levantadas, entre as quais a relação com a instituição, as dificuldades ou facilidades encontradas durante o período de estudos e de estágio, assim como as maiores motivações para a escolha do curso. Com base nas competências apresentadas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem sobre o perfil de conclusão do curso (e que acompanham as orientações do CNCT do MEC), procurando entender o quanto os egressos se sentem aptos para desempenhar as atividades que correspondem a tais competências. Para além das aptidões, questionamos se os conhecimentos adquiridos na formação técnica promoveram alguma mudança nas relações com o trabalho e na maneira de perceber o mundo ao redor.

A partir de discussões mais ampliadas, promovidas na dinâmica do grupo focal, e das informações detalhadas fornecidas pelas entrevistas, conseguimos abordar de forma aprofundada nesta pesquisa as motivações dos alunos para ingresso em um curso técnico subsequente de hospedagem (e quais as suas principais expectativas); os momentos mais marcantes da trajetória e a avaliação da instituição e do curso; a relação (ou [des]aproximação) da formação recebida com a vivência no trabalho; os espaços ocupados e as percepções do egresso a respeito da visão do mercado sobre o profissional Técnico em Hospedagem. Para finalizar, analisamos a relação do aluno com o trabalho antes e após a formação técnica: como vê o trabalho e quais as contribuições da formação na vida profissional e pessoal.

### 3.1. O IF BAIANO, O CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS E O CURSO TÉCNICO EM HOSPEDAGEM

A região Costa das Baleias é composta por treze municípios localizados no extremo sul da Bahia. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE, 2010),<sup>57</sup> Teixeira de Freitas é o município mais populoso desta região, compondo ainda sua zona turística junto aos municípios de Itamaraju, Prado, Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa, com reconhecimento da Bahiatursa.<sup>58</sup> O quadro abaixo estabelece um comparativo entre a população estimada atual do município e as demais do território extremo sul<sup>59</sup>:

**Quadro 3 – População estimada dos municípios da zona turística Costa das Baleias**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA
Teixeira de Freitas	161.690
Itamaraju	67.356
Prado	29.326
Alcobaça	23.376
Caravelas	22.740
Mucuri	42.072
Nova Viçosa	44.052
<b>Total</b>	<b>390.612</b>

Fonte: IBGE

Apesar de ter apenas 32 anos de emancipação (o que ainda é pouco em comparação às demais cidades da região), Teixeira de Freitas representa sozinha quase um terço da população da Costa das Baleias. De acordo com o Governo do Estado da Bahia (2012)<sup>60</sup>, caracteriza-se como um município polo, suprimindo as principais necessidades econômicas e de serviços. Teixeira de Freitas foi se construindo à medida que a divisão territorial da região se expandiu durante as décadas de 50 e 60, ocasionado pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na região. Neste aspecto, a construção da Rodovia BR 101 na década de 70

<sup>57</sup> Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/teixeira-de-freitas>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

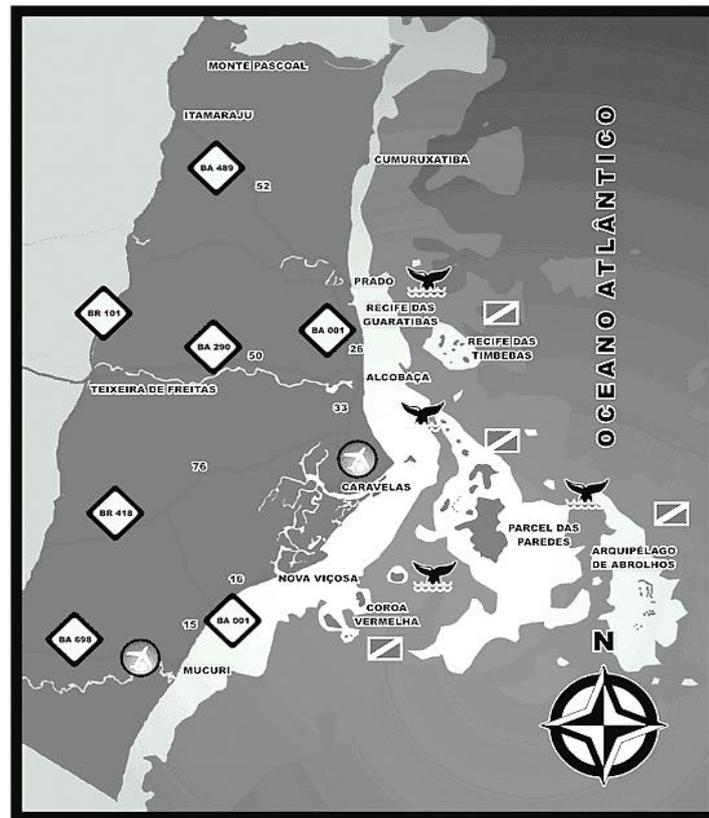
<sup>58</sup> A Bahiatursa é uma Superintendência de Fomento ao Turismo que faz parte da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), responsável por gerenciar e executar a Política de Fomento e Desenvolvimento do Turismo e pela promoção de eventos turísticos no âmbito estadual.

<sup>59</sup> Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

<sup>60</sup> BAHIA, Governo do Estado. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia – CODES. Salvador, 2012.

foi decisiva, uma vez que se constituiu como uma importante ligação com outras regiões, principalmente com a Região Sudeste (Ibid., p. 30). Privilegiada por ser o portal de entrada através da BR 101 que corta a cidade, Teixeira de Freitas cresceu rapidamente e se tornou referência regional para as áreas agrárias, industriais, de serviços, comércio, saúde e educação. Por isso, mais recentemente, passou também a ser vista como polo de turismo devido à sua localização geográfica estratégica e o potencial para o turismo de eventos e negócios. A menos de 60 km do litoral, a cidade oferece uma rede de mais de 30 meios de hospedagem que recebem, em sua maioria, comerciantes, vendedores e executivos, além da demanda que representa o fluxo turístico advindo dos diversos tipos de eventos que ocorrem durante o ano, com destaque para os eventos científicos, corporativos, culturais e religiosos. É também destaque por sua diversidade gastronômica, recebendo anualmente um Festival Gastronômico, desde o ano de 2014. Além disso em 2015 teve seu aeroporto nacional inaugurado, com voos comerciais que operam conexões para diversos estados, além do movimento terrestre já consolidado através da grande quantidade de empresas de transporte rodoviário. O reconhecimento da cidade como destino turístico se deu por intermédio de um projeto de segmentação turística e regionalização da costa baseado no Plano Nacional do Turismo lançado pelo MTur desde o ano de 2003. O projeto visa complementar a oferta já existente e reconhecida do turismo de sol e praia, cultural e de natureza nesta região, que conta com um litoral paradisíaco de beleza cênica e outros atributos naturais, acompanhada de uma história e cultura ricas. Assim, Teixeira de Freitas desperta à Costa um novo olhar sobre a atividade turística regional, voltado ao turismo de negócios e eventos por sua diversidade econômica e cultural, que é decorrente de uma população formada por cidadãos de diversos países e estados brasileiros que foram atraídos por esta rota comercial. A figura a seguir ilustra a posição geográfica do município em meio aos demais destinos turísticos na região:

**Figura 06:** Mapa – Distribuição dos municípios da zona turística Costa das Baleias



Fonte: Site Costa das Baleias Abrolhos<sup>61</sup>

Devido à forte representatividade da cadeia produtiva agrícola e pecuária local, na década de 1970 Teixeira de Freitas recebeu uma unidade da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) a qual fazia parte de um projeto da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) do Ministério da Agricultura. A EMARC, que teve na cidade de Uruçuca a sua primeira unidade, foi instalada em Teixeira de Freitas com a oferta do curso Técnico em Agropecuária nas formas integrada e concomitante, recebendo estudantes de vários municípios da região e estados fronteiriços, como Espírito Santo e Minas Gerais. Manteve-se em atividade como EMARC até o final da década de 2000. A partir da aprovação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu a RFEPCT, houve uma integração entre os centros e escolas públicas federais de educação profissional no estado. O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA) transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ao passo que as Escolas Agrotécnicas Federais e EMARC's foram vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). É assim que, em 2009, a EMARC do município passa a ser IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas e dá seguimento à formação técnica na área

<sup>61</sup> Disponível em: <<http://www.costadasbaleiasabrolhos.com.br/portal/index.php>> Acesso em: 26 abr. 2018.

das agrárias, sendo até hoje um curso de destaque dentro da instituição por toda a bagagem histórica e cultural que esta carrega.<sup>62</sup>

Atualmente, o IF Baiano possui 14 *campi* e 14 polos de Educação a Distância (EaD) em todo o estado. Sua proposta é “levar alternativas às demandas da comunidade através de ensino, pesquisa e extensão, articulando-se com o mundo do trabalho”<sup>63</sup> e tem como missão “oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (IF Baiano, 2015). Teixeira de Freitas é atualmente a cidade mais distante da reitoria institucional, que fica na capital Salvador, cidades separadas por 809 quilômetros de distância. Apesar disso, é a maior cidade com um *campus* do IF Baiano. Oferta hoje os cursos presenciais: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Florestas (nas modalidades integrado e subsequente) e o Técnico em Hospedagem subsequente. Na forma de EaD, coordena o polo na cidade de Mucuri/BA, a 68km do município, com os cursos técnicos em Serviços Públicos e Agente Comunitário de Saúde.

O rápido crescimento e desenvolvimento do município fez com que surgisse a necessidade de ofertar cursos em outras áreas, acompanhando a diversidade dos arranjos produtivos regionais, citados anteriormente. É nesse contexto que em 2010 o *campus* Teixeira de Freitas realiza estudos de demanda junto à comunidade para fazer um levantamento de possíveis novos cursos, destacando-se o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. No Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a escolha pelo Técnico em Hospedagem é justificada da seguinte maneira:

Embora haja um grande fluxo de turistas que visitam ou passam pela região em busca de outros centros de divertimento, o sítio mostra-se carente com a falta de cursos técnicos e regulares que priorizem o atendimento ao turista e hóspede em geral, tanto na esfera turística (de negócio ou lazer), quanto nas áreas voltadas para saúde e bem-estar. [...] entende-se que a criação do curso de Hospedagem no Campus de Teixeira de Freitas-Ba é uma oportunidade ímpar quando se observa que esta é a única cidade do Extremo Sul da Bahia com um campus do IF Baiano e é privilegiada pela localização terrestre, pelo fluxo rodoviário que integra três Estados, (Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais) além de ser o maior centro econômico regional. (IF Baiano, 2010, p. 5)

<sup>62</sup> Recentemente o *campus* recebeu a aprovação do seu primeiro curso de nível superior, que é o Bacharelado em Engenharia Agrônômica, a ser ofertado a partir do ano de 2018.

<sup>63</sup> Disponível em <<http://ifbaiano.edu.br/portal>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Ainda de acordo com o PPC, a escolha da modalidade subsequente deve-se à necessidade de preparar os profissionais com Ensino Médio que já atuam na área de trabalho na cidade e regiões vizinhas (IF Baiano, 2010). Em 2010, após a aprovação do referido projeto pelo Conselho Superior do IF Baiano em Salvador/BA, realizou-se uma audiência pública na Câmara Municipal de Teixeira de Freitas para apresentar a sua proposta e consultar à comunidade, ao setor público e às empresas do ramo. Nessa audiência, o curso também obteve aprovação. Assim, a partir do primeiro semestre do ano de 2011 o mesmo foi implantado no *campus* com 70 vagas disponíveis ao todo, divididas entre os turnos vespertino e noturno. A duração do curso é de um ano e seis meses em periodização semestral e carga horária total de 1.280 horas – destas, 200 horas são de prática profissional em estágio supervisionado obrigatório. (IF Baiano, 2010).

A concepção pedagógica-metodológica do curso preconiza que o mesmo deverá “potencializar uma concepção de formação humana integral, na qual trabalho, ciência, tecnologia e cultura sejam categorias indissociáveis” (DANTE *apud* IF Baiano, 2010, p. 08), bem como adotar metodologias que despertem a capacidade crítico-reflexiva do aluno, em que a prática esteja relacionada a uma sólida base teórica. Na abordagem sobre a atividade de prática profissional na forma de estágio supervisionado, o mesmo PPC apresenta que

a vinculação entre educação e trabalho, na perspectiva da laborabilidade, é uma referência fundamental para se entender o conceito de competência, como capacidade pessoal de articular os saberes (saber, saber fazer, saber ser e conviver) inerentes às situações concretas de trabalho. O desempenho no trabalho pode ser utilizado para aferir e avaliar competências, entendidas como um saber operativo, dinâmico e flexível, capaz de guiar desempenhos num mundo do trabalho em constante mutação e permanente desenvolvimento. (IF Baiano, 2010, p. 52)

Ainda sobre o estágio, segundo o PPC, este deverá proporcionar ao estudante

[...] o aprofundamento dos seus conhecimentos técnicos e das relações sociais que interferem no mercado de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica e empreendedora necessárias ao exercício da profissão; [...] a vivência em outras situações de aprendizagem, contribuindo para o aprimoramento do senso crítico, através da conscientização do valor do trabalho na vida e no exercício profissional. (IF Baiano, 2010, p. 53)

Embora o Projeto Pedagógico do Curso vigente (2010)<sup>64</sup> preceda as atuais DCNEPTNM (2012), notamos algumas aproximações entre a concepção do curso com os princípios norteadores das diretrizes: as DCNEPTEM de 2012 destacam o desenvolvimento da vida social e profissional do aluno através da indissociabilidade entre educação e prática social, da teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, bem como da identidade dos perfis de conclusão de curso que contemplem “conhecimentos, competências, e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.” (BRASIL, 2012b, p. 3).

### 3.1.1. Perfil do aluno do Curso Técnico Subsequente em Hospedagem

Os egressos do Curso Técnico em Hospedagem, modalidade subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *campus* Teixeira de Freitas, foram os sujeitos escolhidos para essa investigação. Buscou-se analisar as dificuldades ou facilidades encontradas por eles no processo de inserção no mundo do trabalho e a identificação por eles estabelecida acerca do papel da escola nesse processo.

Para traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa foi elaborado um questionário com questões pertinentes à problematização desse estudo. Também foram consideradas as aspirações dos respectivos sujeitos ao ingressarem nesta formação profissional e as implicações em suas vidas após a formação, partindo dos princípios que levem em conta, como referência de análise, uma formação humana integral e politécnica, na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

A presente pesquisa alcançou 28 respondentes na fase do questionário, de um total de 62 egressos, representando assim 45% da totalidade. Dentre os egressos acessados, 82% (23) concluíram todas as etapas do curso, de um total de 37 egressos certificados, de acordo com o banco de dados da instituição. Assim, conforme a categorização apresentada e ilustrada em organograma no tópico metodologia, analisamos neste estudo os dados coletados através dos egressos certificados, correspondendo a 62% do total. O Quadro 3 apresenta o perfil geral do grupo pesquisado quanto a gênero, faixa etária, estado civil e dependentes:

<sup>64</sup> De acordo com a Direção Acadêmica do *campus*, o Projeto Pedagógico passou por uma reformulação, de acordo com as DCNEPTNM da Resolução nº 06/2012 no ano de 2016, e está em trâmite na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do IF Baiano.

Quadro 3 – Perfil dos egressos I

INFORMAÇÃO					
GÊNERO	FEMININO			MASCULINO	
	22			06	
FAIXA ETÁRIA	18 a 25 anos	25 a 35 anos	35 a 45 anos	45 a 55 anos	> 55 anos
	13	07	07	00	01
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)	CASADO(A)	U.E. <sup>65</sup> /AMASIADO(A)	DIVORCIADO(A) / SEPARADO(A)	VIÚVO(A)
	17	07	02	02	00
DEPENDENTES	SIM	NÃO	QUANTIDADE		
	10	18	01 dependente	02 dependentes	
			06	04	

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Na análise do perfil geral dos egressos respondentes, temos a maioria do gênero feminino, com um total de 78% mulheres; já os homens, apenas 22%. Em relação a *faixa etária*, 46% dos egressos tem entre 18 e 25 anos, ou seja, uma parcela significativa mais jovem e em sua primeira formação. Já 54% dos respondentes estão entre 25 e 70 anos. No que tange ao *estado civil*, a maioria dos respondentes é solteiro, com 60% das respostas.

Um dado notório é que a maioria expressiva dos egressos, totalizando 97%, é oriunda do *ensino público*. No que se refere ao *intervalo de estudo entre o ensino médio e o ensino técnico*, especificamente aqui na área de hospedagem, 40% dos respondentes tiveram um intervalo de 1 a 4 anos, 30% intervalo de 5 a 9 anos e 30% intervalo de mais de 10 anos. Do total de egressos, 85% não possuíam outro tipo de formação profissional antes do curso Técnico em Hospedagem.

No que diz respeito à *relação com o mundo do trabalho*, procuramos mapear a inserção anterior, durante e após a formação técnica, além da satisfação atual com o trabalho. Dos egressos respondentes, 52% *trabalharam e estudaram durante o curso* em áreas diversas, a saber: comércio, auxiliar administrativo, serviços gerais, etc. Os dados iniciais reforçam a referência que fazemos nos capítulos anteriores,<sup>66</sup> de que o aluno da modalidade subsequente representa um jovem adulto que, muitas vezes, já trabalha e escolhe o curso técnico como sua primeira formação profissional. Em relação às aspirações expostas no projeto do curso sobre alcançar os trabalhadores da área no município e região, os dados mostram que esta

<sup>65</sup> Em união estável.

<sup>66</sup> Cf. nota 02 e seção 2.1.

aproximação ainda não é significativa: apenas um egresso alegou trabalhar na área de hotelaria antes e durante a formação, sendo seu local de trabalho um negócio familiar. Constatou-se que a maioria dos alunos almeja primeiramente obter o conhecimento na área, para depois almejem melhores oportunidades de atuação profissional. Mais à frente abordaremos com mais ênfase as motivações dos sujeitos para ingresso em um curso técnico na área turística/hoteleira. Observemos, apenas como exemplo da constatação exposta, algumas colocações expressas a partir do grupo focal e entrevistas sobre as expectativas quando escolheram o curso:

Na verdade, quando eu entrei no curso eu não tinha expectativas. Eu entrei por uma oportunidade mesmo. Não conhecia bem a área e achava que a área de hospedagem era sempre em hotéis e achava por exemplo que pra trabalhar numa recepção não precisava disso, de formação. Daí com o passar do tempo eu fui gostando do curso e aprimorando. Acho que foi o que mais facilitou pra eu entrar no meu serviço também.” (GABRIELA, 25)<sup>67</sup>

[...] me qualificar, pra facilitar minha inserção no mercado de trabalho. (RAFAELA, 20)

[...] escolhi o curso por oportunidade de ter emprego e por crescimento profissional. (FERNANDA, 23)

Quanto à *situação atual de trabalho e formação*, o Quadro 4 mostra como estão os egressos em relação às áreas de atuação e/ou estudo, vínculo empregatício, renda e/ou nível de formação:

<sup>67</sup> Utilizamos nomes fictícios que não correspondem aos nomes dos participantes, para que as identidades sejam preservadas.

Quadro 4 – Perfil dos egressos II

INFORMAÇÃO							
SITUAÇÃO ATUAL DE TRABALHO E/OU ESTUDO	TRABALHANDO NA ÁREA DE HOSPEDAGEM	TRABALHANDO EM OUTRA ÁREA	TRABALHANDO E ESTUDANDO	APENAS ESTUDANDO	NÃO ESTÁ TRABALHANDO NEM ESTUDANDO		
	03	10	05	04	06		
EGRESSOS QUE ESTÃO ESTUDANDO	NÍVEL DA FORMAÇÃO ATUAL			ÁREAS <sup>68</sup>			
	Técnico	Superior	N.I. <sup>69</sup>	Adm.	Educação	Saúde	N.I
	02	05	02	01	02	02	04
EGRESSOS QUE ESTÃO TRABALHANDO	Vínculo						
	Carteira Assinada	Contrato Temporário	Estágio	Dono de empresa ou negócio	Funcionário Público Concursado	Informal	N.I
	06	03	01	01	00	06	01
	Renda						
	ABAIXO DE 1 SALÁRIO MÍNIMO		ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS		ACIMA DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS		N.I
	07		08		01		02

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Em relação à *inserção atual no mercado de trabalho*, é um dado expressivo que apenas três egressos (10%) estejam atuando na área de hospedagem. Destes, constatou-se, através dos dados do questionário, que apenas um está em ocupação formal. Os demais atuam informalmente. Um montante de 52% está atuando fora da área, a maioria em comércio e serviços gerais, o que inclui aqueles que estão trabalhando e estudando. Ainda de acordo com as respostas, notamos que uma parcela significativa (21%) não está trabalhando nem estudando.

Dos egressos inseridos no mercado de trabalho, temos uma margem de 21% que trabalham com carteira assinada, enquanto a mesma porcentagem trabalha sem carteira assinada. Aproximadamente 10% atua em regime de contrato temporário. Além disso, apenas 5% dos egressos são estagiários ou proprietários de empresa ou negócio. Do total de 62% que estão atualmente trabalhando, 20% alegou fazer parte de algum sindicato.

O baixo quantitativo de egressos inseridos na área e com ocupação formal expressam uma realidade sobre o trabalho no turismo que não é apenas local, se compararmos estes dados ao que foi apresentado anteriormente sobre as ocupações nesta área dentro da Região

<sup>68</sup> Corresponde a cursos na área de administração.

<sup>69</sup> Não Informado: corresponde ao quantitativo do qual não obtivemos a resposta.

Nordeste.<sup>70</sup> Cabe aqui reforçar a observação já levantada por Gomes, Silva e Silva (2002), a respeito da frequente situação de proletarização dos serviços em turismo. Destacamos abaixo a fala de alguns egressos a respeito dessa situação:

[...] os empresários não querem investir em um profissional, porque sai muito caro pra eles. Então preferem contratar qualquer pessoa e eles mesmos ensinarem do jeito deles. (JOÃO, 41).

[...] é tanto que os hotéis ainda nem pedem, tipo assim, quando abrem uma seleção... você não vê lá que precisa ter o curso técnico em hospedagem. Assim como outras empresas tem, né, de outras áreas. (SANDRA, 26).

Além disso, o setor turístico no território da Costa das Baleias é caracterizado, em sua maioria, por empresas e negócios familiares de pequeno e médio porte. Esse cenário é recorrente em quase todas as regiões turísticas litorâneas no país. Cooper, Hall e Trigo (2011, p. 136) observam que, muitas vezes, as pequenas empresas

[...] também contribuem para a questão da “subgestão” do turismo, uma vez que costumam ser dirigidas e criadas por gente inexperiente em estratégias e técnicas de negócios. [...] sendo a maioria das empresas organizações familiares, o que costuma acontecer é um alto grau de apego ao negócio, o que faz com que o típico raciocínio do mundo empresarial não seja tão característico a alguns pequenos empreendedores. Isso significa que as pequenas empresas podem não pensar estrategicamente seu desenvolvimento e não submeter seu pessoal a programas de treinamento, tampouco a contratar recursos humanos com qualificação (COOPER, HALL e TRIGO, 2011, p. 136 e 137).

A partir destas observações, os autores ainda afirmam que os empregos no turismo, apesar de atrativos, apresentam poucas exigências para a entrada no mercado em várias posições, e classificam o setor como bastante “subqualificado”. (COOPER, HALL e TRIGO, 2011, p. 139). Para nós, esta “subqualificação” no setor segue engendrada pela falta de oportunidades que os profissionais da área ainda encontram tanto para se qualificarem enquanto trabalhadores como para se inserirem após a formação.

Quanto ao *nível de satisfação com o atual emprego*, 56% dos egressos se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o trabalho. Alguns dos motivos destacados são: baixa remuneração, instabilidade, salários atrasados, falta de reconhecimento ou não gostar da área em que atua. Alguns citaram o sentimento de insegurança que a instabilidade causa, a

<sup>70</sup> Cf. figuras 02, 03, 04 e 05 (páginas 66, 67 e 68)

exemplo de Joelma (37), que teve a oportunidade de atuar na área após a formação, mas atualmente está desempregada e prestando serviços informalmente, em outras áreas. Ela diz: “por não ter um emprego fixo, me sinto sem opção de escolha. Me sentindo insegura em meio a sociedade, sem poder ter estabilidade financeira, sem condição de uma vida familiar estruturada...isso é muito triste”. Outros reforçam o desejo em ainda poder atuar na área de hospedagem, como Fernanda (23), que afirma: “[...] eu gosto muito da área, ainda sonho em trabalhar na área. Seja em hotel ou onde a minha criatividade aí puder trilhar, no turismo... essa é a área que eu sou apaixonada mesmo.” Sandra (26), que atua informalmente em um meio de hospedagem, relaciona sua insatisfação ao sentimento de “frustração” que tem por desenvolver atividades que acredita não condizerem com a função de um profissional formado na área.

Já os egressos que se dizem satisfeitos com a atual colocação (44%) têm entre os principais motivos: gostar da área em que atuam, trabalhar com carteira assinada, possibilidade de crescimento na empresa ou gostar do ambiente e dos horários de trabalho. Destacamos aqui o relato de duas egressas que atuam na área e expuseram os motivos de se sentirem satisfeitas com o trabalho: Carmen (46), trabalhadora informal, diz que está satisfeita por gostar de atuar na área e executar o que aprendeu no curso Técnico em Hospedagem, conhecendo e convivendo com todo tipo de pessoas. Para Gabriela (25), trabalhadora formal, o reconhecimento é um fator importante para a satisfação no trabalho:

Por ser primeiro trabalho, obtive um bom desenvolvimento no local, principalmente pela prática com o estágio que fiz na empresa antes de ser efetivada, acredito que o curso em si teve como [foi] auxílio para ter conseguido a vaga na empresa. Atualmente sou considerada braço direito na empresa, resolvendo coisas do interesse da empresa na ausência do patrão, tendo um reconhecimento pelo mesmo e colegas de trabalho. (GABRIELA, 25).

Em relação ao período de estágio, 82% fizeram na área de hotelaria, 13% em órgão público turístico e 5% na área de alimentos e bebidas. Dos egressos, 32% disseram ter conseguido *atuar na área de formação após o curso*, sendo 55% na área de hotelaria, outros 22% na área de alimentos e bebidas e 11,5% em eventos, recreação e lazer. Percebeu-se que a predominância das funções exercidas pelos egressos em todas as áreas de atuação, somando-se 90% das respostas, está nas seguintes atividades: recepção, caixa, serviços de limpeza e camareira. Apenas 7% destacam ter atuado em atividades administrativas e 3% em serviços de receptivo em órgão público de turismo. Como já citado na introdução desta pesquisa, a

certificação de Técnico em Hospedagem permite ao profissional atuar tanto no setor hoteleiro e extra-hoteleiro,<sup>71</sup> quanto em áreas correlatas, como alimentos e bebidas, eventos, recreação e lazer.

Os dados demonstram que a maior inserção dos alunos durante o estágio e após o curso se dá na área hoteleira, a qual tem relação direta com a formação. Apesar disso, vemos também que as funções exercidas são, muitas vezes, de atuação limitada ao âmbito operacional. Um outro dado interessante é a visível diferença entre a abrangência das atividades desenvolvidas pelos egressos que são homens das que são desenvolvidas pelas mulheres: notou-se, entre os primeiros, que as funções circulam entre as operações da recepção, vigilância e serviço de *concierge*. Entre as mulheres, há uma variedade maior de atuação, perpassando os setores de recepção, governança, e alimentos e bebidas. Cooper, Hall e Trigo (2011) afirmam que ainda hoje as mulheres são maioria nas posições oferecidas no turismo. Os dados do IPEA (2015) anteriormente apresentados esclarecem que, além de representarem a maioria, há uma considerável distinção salarial, sobre a qual podem receber até 48% a menos que os homens.<sup>72</sup> Por ser um setor que envolve diversas atividades que são histórica e culturalmente representações do universo feminino, notamos que a divisão sexual do trabalho ainda é marcante na hotelaria. Antunes (2009) observa que, no mundo do trabalho contemporâneo, é evidente a ampliação do trabalho produtivo feminino, além de ser cada vez mais frequente que as mulheres exerçam atividades mais rotinizadas, nas quais é maior a necessidade do trabalho intensivo. Ao mesmo tempo, o capital

tem sabido também se apropriar intensificadamente da *polivalência* e *multiatividade* do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do *trabalho reprodutivo*, do *trabalho doméstico*. Enquanto os homens – pelas condições sociais vigentes, que são [...] uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de *exploração*), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (ANTUNES, 2009, p. 110, *grifos do autor*)<sup>73</sup>

<sup>71</sup> O setor hoteleiro engloba os estabelecimentos com parâmetros predefinidos de classificação pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem do MTur. São, por exemplo, o hotel (padrão), hotel-fazenda, hotel-*spa*, motel, entre outros. Já o setor extra hoteleiro é representado por estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem e outros necessários aos usuários, com ou sem alimentação. Exemplos: albergue, camping, pensão, pousada etc. (BENI, 2001).

<sup>72</sup> Dados referentes à diferença salarial na região Sudeste do país. (IPEA, 2015).

<sup>73</sup> Para aprofundarmos um pouco mais a discussão nesse aspecto, pesquisamos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e também no Google Acadêmico estudos dentro do tema de relações de trabalho e gênero na hotelaria. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “relações de trabalho na hotelaria”; “relações de trabalho e gênero”, “trabalho e gênero”, “hotelaria”; “relações de gênero na hotelaria”. Contudo, não encontramos

No que tange ao nível de aptidão, de acordo com o projeto do curso e as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, notou-se que os egressos se consideram aptos ou muito aptos para:<sup>74</sup>

- Realizar atividades de recepção e reserva (85%);
- Executar serviços de atendimento e suporte aos clientes (82%);
- Aplicar os princípios da responsabilidade socioeconômica e ambiental no setor de hospedagem (78%);
- Aplicar princípios éticos e críticos em sociedade e diante das relações de trabalho (75%);
- Realizar atividades de governança (64%);
- Supervisionar a manutenção dos equipamentos (60%);
- Realizar atividades de mensageria e *concierge* (57%);
- Realizar consultorias em empresas de hospedagem, gastronomia e áreas relacionadas à hospitalidade (42%);
- Gerir empresas hoteleiras e extra hoteleiras (32%).

É interessante destacar que nenhum egresso se considerou pouco apto ou inapto para desenvolver alguma das atividades pontuadas. Apenas 10% alegaram ter desenvolvido outras aptidões para além das preconizadas pelo projeto do curso e pelo CNCT. Entre estas outras aptidões, destacam-se a capacidade de lidar com pessoas diversas, de trabalhar em equipe e também o aperfeiçoamento das habilidades comunicativas.

Dessa forma, nota-se que, apesar da baixa inserção e de certa limitação do profissional técnico na área de formação, os egressos sentem-se preparados para atuar de forma mais ampla dentro desse setor, como por exemplo atividades de supervisão, gestão e consultoria etc. Além de considerarem ter desenvolvido de forma satisfatória as aptidões que envolvem os

---

resultados relevantes que pudessem dialogar diretamente com esta questão, o que aponta uma lacuna relacionada ao tema para pesquisas na área.

<sup>74</sup> Dentro do questionário foi apresentada uma escala de 0 (inapto) à 3 (muito apto), visando identificar como os egressos se sentiam para desenvolver cada uma das atividades listadas. O questionário utilizado encontra-se disponível nos apêndices desta pesquisa.

princípios éticos, sociais e ambientais do exercício da profissão, o que vai de encontro aos objetivos propostos pelo curso. Para analisar os dados acima e os subsequentes dos questionários, além do grupo focal e entrevistas, é importante observar as descrições do Curso Técnico em Hospedagem e o perfil profissional que se pretende formar no IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, por meio do Projeto Pedagógico do Curso (IF Baiano, 2010):

**DESCRIÇÃO DO CURSO:** O curso habilitará os estudantes obrigatoriamente em Técnico em Hospedagem.

**TURNO DE FUNCIONAMENTO:** Noturno e Vespertino

**DURAÇÃO:** 1 ano e seis meses

**CARGA HORÁRIA:** 1.280 horas

**CAMPUS DE OFERTA:** Teixeira de Freitas

**OBJETIVOS:**

**Geral:** Formar jovens e adultos através da oferta de curso de Educação Profissional Técnica visando a aquisição dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos que possibilitem a sua inserção no mundo do trabalho.

**Específicos:** Propiciar a identificação dos equipamentos e serviços relativos aos meios de hospedagem; Proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento e qualificação no ramo de hospedagem; Colaborar para o desenvolvimento social, respeitando, preservando e valorizando as características culturais, históricas e ambientais locais e regionais; Desenvolver conhecimento teórico-prático sobre as técnicas de hospitalidade utilizadas nos diversos meios de hospedagem; Valorizar os saberes tácitos na construção dos conhecimentos científicos.

**PÚBLICO ALVO:** Alunos que já tenham concluído o Ensino Médio.

**PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO:** Ao final do Curso Técnico em Hospedagem o aluno deverá apresentar competências que lhe permitam articular os saberes fundamentais para o exercício profissional, tais como: Executar procedimentos operacionais de reservas, utilizando técnicas específicas, considerando as políticas estabelecidas e controlar a disponibilidade de ocupação das unidades habitacionais do meio de hospedagem; Executar procedimentos operacionais para venda, montagem, estruturação e controle dos espaços de eventos dos meios de hospedagem; Realizar os procedimentos operacionais de atendimento ao hóspede na chegada, permanência e saída do meio de hospedagem; Supervisionar e operacionalizar a higienização e arrumação das unidades habitacionais, das áreas sociais e de serviços; Planejar a rotina operacional das atividades diárias e a alocação de pessoal nos setores de governança e recepção nos meios de hospedagem; Aplicar os princípios da responsabilidade socioeconômica e ambiental no setor de hospedagem; Aplicar princípios éticos e críticos em sociedade e, especificamente, diante das relações do mundo do trabalho; Gerir empresas hoteleiras e extra-hoteleiras; Realizar consultorias nas empresas de hospedagem, gastronomia e nas áreas correlatas da hospitalidade. (IF Baiano, 2010, p. 1,6,7 e 8)

Seguindo com as atividades de análise, a próxima etapa consistiu em examinar o conteúdo dos dados extraídos nas respostas dadas ao questionário, grupo focal e entrevistas pelos alunos egressos do referido curso, buscando identificar os anseios formativos frente ao

mundo do trabalho, como veem o mercado do setor, a relação com a instituição IF Baiano e os impactos da formação na vida e na relação com o trabalho.

### 3.2. A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA E A RELAÇÃO COM O TRABALHO

Em relação às razões para ingresso no curso Técnico em Hospedagem subsequente o resultado da análise de conteúdo permitiu identificar que a maioria dos egressos elencou como motivações mais importantes a vontade de voltar a estudar (65%), a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho de forma mais rápida (60%) e a vontade de adquirir conhecimento na área e exercer a profissão (50%). Também foram consideradas a melhoria do salário (25%) e o incentivo da família ou dos amigos (25%).<sup>75</sup> Ao questionarmos, no início do grupo focal e das entrevistas, sobre as principais expectativas que os egressos tinham ao escolher o curso, obtivemos a confirmação dos dados coletados no questionário. Novamente, a maioria expressou a importância de voltar a estudar e se inserir no mercado, com maior ênfase à vontade de adquirir conhecimentos na área específica do curso:

[...] é que na região...é uma área turística, onde tem um número de hotéis e pousadas que necessita de mão de obra qualificada, e é o que falta na região... Teixeira de Freitas e na Costa das Baleias. Aí eu vi a oportunidade de ser empregada no mercado de trabalho. (KARINA, 26).

Eu escolhi o curso de hospedagem por ele ter a matéria de recreação e lazer e também de recepção, que eram as áreas que eu pretendia trabalhar. (BEATRIZ, 20).

[...] como eu não conhecia nada sobre essa área, as minhas expectativas eram de aprender coisas novas e depois atuar na área. Eu entendi que hospedagem vai além do hotel e é uma área muito abrangente. (CAROL, 20).

Quando escolhi o curso eu tinha analisado a grade curricular a as matérias que ofertava. Como sempre fui encantada pela diversidade de cultura e línguas, pelo turismo e sua colocação no mercado eu optei pelo Técnico em Hospedagem por abranger um pouco de tudo isso... mas também por querer experimentar do ensino de uma instituição federal e da sua qualidade de educação. (SANDRA, 26).

Assim como Sandra (26), a oportunidade de estudar em uma instituição federal também foi citada por outros egressos, a exemplo de João (41) que destacou este ponto:

<sup>75</sup> Porcentagens definidas a partir de uma escala de prioridades apresentada no questionário, onde os respondentes tinham as opções de 0 (irrelevante) até 3 (muito importante) para cada um dos motivos já expostos.

Eu na verdade não tinha expectativa, estava querendo fazer um curso... Como eu sempre tive vontade de estudar na EMARC, que era antes de ser IF, e surgiu a oportunidade de passar na seleção do curso de hospedagem eu fui. (JOÃO, 41).

Assim, para estes ex-alunos existe uma diferença entre se profissionalizar em outros espaços (como cursos em empresas e centros de treinamento) e em uma instituição pública, sobretudo de instância federal. Kuenzer (1997), em pesquisa realizada nos anos 1980 com jovens e adultos trabalhadores e estudantes do segundo grau, conclui que existe para o aluno trabalhador, de forma evidenciada, uma grande importância em se apropriar dos conteúdos dos cursos de formação profissional, “[...] como forma de resistência à desqualificação resultante do processo de controle e distribuição do saber em que se articulam escola, empresa e sociedade” (KUENZER, 1997, p.118). A escola aparece “como um local de apropriação do saber de caráter mais amplo e genérico, voltado para o desenvolvimento de sua humanidade, a partir do que poderá ter condições de vida mais rica em experiências e significados.” (KUENZER, 1997, p. 118)

Nesse sentido, também foi destacado, por alguns dos sujeitos pesquisados, o anseio por crescimento pessoal a partir da abertura para o saber de uma maneira geral:

Eu queria ampliar minha visão de mundo, crescer, saber inovar sem agredir o meio ambiente em volta, me desenvolver... (PAULA, 32).

Na verdade, eu já conhecia as áreas que o curso abrange. Eu escolhi o curso também para resgatar algo que havia perdido em minha caminhada, a hospitalidade. Então ele [o curso], de fato, aprimorou meus conhecimentos nesse sentido, eu mudei muito enquanto pessoa. (ZILDA, 34).

Estas colocações nos fazem perceber que os alunos da modalidade subsequente aspiram tanto por uma formação profissional, que permita a inserção no trabalho, quanto pelo desenvolvimento pessoal. Podemos nos referir a um sujeito que busca por conhecimento, para o alcance de maior poder e autonomia sobre sua própria vida. Dayrell (1992), a partir de sua pesquisa com trabalhadores ex-alunos de escolas noturnas de Belo Horizonte/MG, apresenta uma discussão aproximada ao considerar, partindo das expectativas formuladas por estes diante de sua realidade e prática concreta, a existência de um projeto imediato e mediato, por meio do estudo para a profissão e o estudo para a formação. Apesar desta diferenciação, foi revelado

[...] um aspecto quase sempre desconsiderado quando se discute a função da escola para a classe trabalhadora. Quase sempre é esquecido que também eles aspiram à cultura letrada, a um conhecimento científico que

possibilite a compreensão da natureza, da história dos homens, de um conhecimento que não lhes traga um retorno imediato. O prazer de conhecer por conhecer não é um atributo específico das camadas médias, também os trabalhadores desejam um conhecimento que não seja apenas o prático, o instrumental do trabalho. (DAYRELL, 1992, p.28)

Esse cenário, ainda nas palavras do autor, chama atenção para a necessidade de se repensar a função social da escola e suas especificidades. Isso implica superar a visão de uma instituição estática, regida por normas e regulamentos, e percebê-la como uma construção social de relações entre os sujeitos envolvidos, extrapolando a transmissão de conteúdos formais. Mais à frente destacaremos como os sujeitos desta pesquisa avaliam a relação com o curso, como veem a escola e sua função enquanto formadora para o trabalho.

Quanto à forma com que enxergam a relação do mercado representativo local com o profissional formado pelo curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, quase a totalidade (91%) dos egressos que tiveram experiências de trabalho nesse mercado (incluindo estágio) alegam encontrar dificuldades em se inserir. Para eles há, por parte do mercado, uma maior exclusão do que inclusão do técnico, o que pode ser notado a partir dos espaços que este profissional ocupa e da consequente forma com que o mercado percebe este profissional. Analisemos, agora, as aproximações e distâncias entre as categorias, de acordo com o que os sujeitos nos apresentaram no grupo focal e entrevistas a respeito da problemática.

### 3.2.1. Das experiências de trabalho durante o estágio ou após o curso.

Nesta seção, abordaremos o modo como os egressos enxergam a relação do mercado representativo da área com o profissional formado pelo curso Técnico em Hospedagem. Para isso, consideramos o grupo dos egressos que tiveram experiência de atuação na área durante o estágio, e o grupo que também atuou (ou atua) após a conclusão do curso. O primeiro inclui os egressos que atualmente não trabalham ou estão atuando em outras áreas. No segundo buscamos analisar, de forma mais direta, o que disseram aqueles que atuavam na área formal e informalmente<sup>76</sup> no período em que os dados foram coletados.

<sup>76</sup> De acordo com organograma da página 29, nos referimos aqui ao grupo maior “Com estágio concluído” e os seus seguintes subgrupos: “Empregados” (incluindo os grupos “Trabalhando fora da área”, “Trabalhando na área formalmente” e “Trabalhando na área informalmente”) e “Desempregados”.

Durante a pesquisa com os dois grupos, todos os sujeitos apresentaram aspectos positivos e negativos em relação à visão do mercado local sobre o Técnico em Hospedagem, em que pese considerar que se sobressaíram os aspectos negativos. Tendo como ponto de partida os dados colhidos sobre as experiências de trabalho que se deram durante o estágio, compreendemos que, de acordo com os egressos, existe uma certa falta de conhecimento por parte das empresas/instituições sobre o que é o estágio. De antemão: para eles, tal fato se apresenta como uma dificuldade no processo de inserção profissional.

Em muitos e muitos hotéis aqui em Teixeira não sabem nem o que é um estágio. Entendeu? O cara ficou de analisar, porque disse que ia perguntar ao advogado dele como é que ele podia tratar um estagiário dentro da empresa, porque ele não sabia o que era estágio [reação de espanto entre o grupo]. Entendeu? Então de certa forma, a cidade, eles são carentes de informação. (ZILDA, 34).

[...] o gerente [do hotel], falou pra mim assim: ‘mas eu vou ter que disponibilizar uma pessoa só pra ficar com você!’ Você entendeu? Como? Eu ia acompanhá-la. Ela [funcionária do hotel] ia fazer, do jeito que a gente aprendeu, e eu ia estar junto com ela. Como ele ia me disponibilizar uma pessoa, se ela já tinha que fazer o serviço dela? Igual ela [apontado para Zilda] falou, eles não têm conhecimento. (MARCELA, 69).

Quando questionados sobre a rotina de trabalho vivenciada, os egressos revelam, de maneira geral, a necessidade que é imposta pelo mercado por realizar diversas tarefas ao mesmo tempo. Observamos, no momento do grupo focal que, durante algumas falas sobre a situação, havia o sinal de concordância entre a maioria dos participantes. Isso ocorreu, por exemplo, no momento aqui transcrito:

Durante o estágio eu fazia de tudo também, né. Era ali na recepção, aí quando precisava lá em cima falava: ‘ah, vai ali em cima limpar os quartos tal...’ etc. Aí você vai lavar os quartos e sobe na lavanderia, ajuda na lavanderia, vai pra cozinha e ajuda na cozinha, né... então é sempre um pouquinho de cada: tá precisando fazer as compras, vai fazer as compras, é cliente o tempo todo querendo sair, abre o portão da garagem e fecha o portão da garagem. (LAURA, 26)

Durante a coleta de dados por meio das entrevistas, também foram narradas situações similares a respeito do período de estágio:

Eu ficava ao mesmo tempo na recepção - *check-in*, *check-out*, reservas - ficava à disposição dos hóspedes quando chegam e na entrada e saída dos carros. Fazia camareira, na área de governança. Fazia lavanderia também e AeB [alimentos e bebidas] no café da manhã... é puxado, porque muitas vezes eles abusam da sua boa vontade, mas isso eu também permiti. (BEATRIZ, 24)

Muitas vezes, de acordo com o exposto pelos egressos, estas atividades são desenvolvidas sem o devido acompanhamento por outro profissional dentro da empresa. No caso do estágio no IF Baiano, a supervisão representa uma das exigências mínimas durante todo o processo dentro da empresa/instituição.<sup>77</sup> No entanto, foi recorrente ouvirmos expressões como: “eu não tive muita supervisão” (PAULA, 32) ou “às vezes eu ficava só pra tudo” (GABRIELA, 23). Tal constatação pode representar uma lacuna no processo de aprendizagem do aluno e, portanto, deve ser cuidadosamente analisada pela instituição, uma vez que o próprio Projeto Pedagógico do Curso considera que a prática do estágio deve oportunizar “subsídios para avaliar seu processo educativo, com base em informações coletadas, possibilitando realimentação curricular, para adequação às inovações tecnológicas, às mudanças ambientais e ao aprimoramento da formação do Técnico.” (IF Baiano, 2010, p. 54). Apesar disso, pudemos notar que muitos egressos apresentam uma visão crítica a respeito das condições adversas que lhes são impostas. Um recorte do diálogo entre Carol (26) e Marcela (69), abaixo, ilustra a existência de um olhar mais analítico sobre a relação do mercado com o estagiário:

– Acho que o empresário tem aquela visão de que: “é estagiário, então vou usar dele como um funcionário proativo”, porque ele está ganhando com aquilo, né? [algumas pessoas do grupo fazem gesto de concordância]. Poxa, tem um funcionário que faz tudo, é uma vantagem enorme para a empresa, né?!” (CAROL, 26).

– Principalmente porque não tem custo pra ele, no caso. (MARCELA, 69)

Ao mesmo tempo em que há esta noção por parte dos egressos, também é visível que eles reconhecem que existem, ou devam existir, possibilidades mais amplas de atuação. De certa forma, isso causa uma não identificação das experiências vivenciadas ao que consideram representar as funções e atributos de um profissional técnico da área:

O curso te prepara para fazer, só que eu entendo que na sua qualificação de técnico, sendo que você tem as disciplinas de administração e governança, é pra você ter o preparo, pra você ter o conhecimento, mas para que você atue como gestor em um dos setores. Ou que seja de todos em uma pousada, ou coisa mais pequena... que você tenha a capacidade de gerir. Mas a intenção do curso é que você atue no setor de gestão, tendo o conhecimento e o preparo de cada setor. (CAROL, 26).

<sup>77</sup> O regulamento de estágio curricular dos cursos da EPTNM do IF Baiano apresenta como um dos quesitos obrigatórios para a formalização do estágio a “indicação de supervisor(a) pela parte concedente [empresa/instituição], para acompanhamento das atividades desenvolvidas no estágio” (IF Baiano, 2016, p. 10). Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/13.-Regulamento-de-Est%C3%A1gio-dos-Cursos-T%C3%A9cnicos.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

[...]o que ensina lá [no curso] não é isso de que um técnico em hospedagem é aquele que faz tudo dentro de um hotel. Não, é setorizado, é tanto que cada matéria é separada [...] você não vai estudar pra isso, pra fazer tudo dentro um hotel, não. [as demais manifestam concordância] (SANDRA, 26).

No entanto, no momento em que foram feitas estas colocações, uma egressa que fez o seu estágio em um hotel de grande porte na cidade de Vitória/ES sinalizou ter vivenciado outra realidade. Segundo ela, sua experiência naquele hotel e as visitas a outros estabelecimentos permitiram entender a setorização de um meio de hospedagem conforme aprendido no decorrer do curso, com a existência de cargos e funções em cada um dos setores. A experiência desta egressa levantou a discussão, durante o grupo focal, sobre a realidade da região Costa das Baleias: tanto por parte do poder público quanto pelas empresas, é baixo o investimento na profissionalização do turismo. Podemos destacar algumas falas desse momento de discussão:

[...] essa região e principalmente Teixeira, por ser turismo de negócios, não tem aquela movimentação que outros lugares turísticos maiores têm. Então, pra economizar, o empresário pensa assim: ‘não, vou diminuir o quadro de funcionários’. E um só tem que ficar responsável por tudo. (SANDRA, 26).

Eu acho que como disseram [anteriormente] a desvalorização é essa: você [o empresário] quer mão de obra barata e acaba investindo pouco. E o cliente também não quer [referindo-se à baixa qualidade do serviço]. Quando o cliente vai em um hotel e compara a qualidade com outro, ele [o empresário] acaba perdendo. Nós estamos sendo preparados pra isso e a maioria das empresas não quer, não valoriza e não quer pagar o suficiente também, ne? Essa que é a verdade. (PAULA, 32).

Afirmações desse tipo foram novamente colocadas por outros egressos no momento das entrevistas (JOÃO, 41; ELZA, 26). Vejamos como exemplo o que diz João (41) sobre sua experiência de estágio. Ele é morador autóctone de uma cidade turística no litoral da região Costa das Baleias:

[...] se hospedou um senhor lá, mas era de outra região e ele achou muito bom ter um profissional se formando e trabalhando lá. Ele achou que tinha escola na cidade, eu disse que era em Teixeira. E não é como as pessoas daqui veem. Ele gostou, ele sentiu que tinha alguém capacitado pra trabalhar com aquele público. Porque lá é um hotel de grande porte que hospeda até atores, artistas. Ele viu que a cidade precisava disso. Mas nem todos aqui veem o profissional dessa forma. Eles querem é mão-de-obra barata. (JOÃO,41).

Quando questionado sobre sua opinião a respeito do reconhecimento do profissional Técnico em Hospedagem pelo mercado, João (41) complementa:

Não é só aqui. Eu falo da região. Eles [o mercado] não reconhecem. Eu tô falando justamente porque teve uma seleção aí pra pegar camareira aqui, e eles não estavam olhando se a pessoa tem o curso. Eles queriam mais experiência. E muitas vezes a pessoa tem experiência, mas não tem curso. E isso é algo que na verdade derruba a gente. Se você sai de um curso mas não encontra trabalho, como vai conseguir experiência? Na minha cidade ainda tem uma situação que você pode ter formado, você pode ter experiência, mas lá eles vão muito por ‘apadrinhamento’. (JOÃO, 41).

As experiências de trabalho na informalidade sinalizam um caminho muito parecido ao que foi apresentado pelas experiências de estágio. Pudemos perceber as similaridades sobretudo no que diz respeito à rotina de atividades, com a realização de múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Carmen (46), que é trabalhadora informal em uma pousada, descreve a sua rotina da seguinte forma:

Na parte da manhã, assim, logo quando chega, o café da manhã é de 06:30 às 09:30. A partir de 09:30 é a limpeza da área do café, depois partir pros quartos e fazer toda a higienização dos quartos e se precisar, da pousada. Aí se precisar também atende telefone, faz *check-in*, *check-out*, e tudo praticamente de uma vez só. E assim vai. Tem que ‘se virar nos trinta’. (CARMEN, 46).

Mais uma vez, na descrição da rotina, predominam atividades operacionais em setores como recepção, alimentos e bebidas e governança. Não houve referência a atividades de cunho administrativo ou à função gerencial, para as quais vale lembrar que os egressos se consideram aptos, conforme apontamos no tópico anterior. Por outro lado, percebemos certa diferença na forma como estes egressos, ao atuarem como técnicos formados, se veem diante de algumas situações que lhes são impostas no trabalho. Sandra (26), ao descrever algumas falhas que observa na organização da empresa em que atua (como negligência na utilização de equipamentos de proteção individual, mau uso de softwares e ausência de prioridade às reclamações dos hóspedes), sugeriu à chefia algumas alterações na “política” da empresa. No entanto, ela considera que “eles não se importam”. Zilda (34), expôs um fato ocorrido com o dono de um hotel, ao iniciar seu trabalho na empresa:

Eu concordo que a gente começa de baixo, mas [...] de certa forma ele [dono do hotel] explora. Ele explora. E eu não aceitei ser explorada. Eu combinei com ele onde eu iria trabalhar, entendeu? Que foi a recepção. Ele combinou comigo por telefone em ser a recepção, e chegando lá ele vai falar comigo em ser ‘multiuso’. E eu respondi: não, eu não sou ‘multiuso’. (ZILDA, 34)

A partir daí analisamos que, enquanto o estagiário parece enxergar as adversidades da rotina como parte necessária do objetivo de alcançar a profissão técnica, a atuação direta como um profissional da área pode fazer com o que o sujeito se posicione, de acordo com suas aspirações, de forma mais crítica diante do trabalho. E isto pode ser dar ainda (ou de forma mais veemente) no trabalho informal, como no caso citado acima.

Assim, em uma visão geral, os egressos avaliam que as empresas do setor esperam lucrar ao máximo com o turismo, às custas de um reduzido quadro de funcionários, baixos salários e acúmulo de funções. Como consequência, consideram que o mercado representativo do setor, sobretudo da região, não reconhece o papel do profissional técnico.

A relação entre o desenvolvimento que o turismo traz para as pequenas regiões e seu impacto nas comunidades é ambígua em diversos aspectos, principalmente no social. Diversos autores da área fazem referência às contradições que regem a relação do turismo com a comunidade receptora (LAGE E MILONE, 2002; PEARCE, 2002; BENI, 2003; DIAS, 2003). Porém, quanto às relações de trabalho no setor, existe ainda pouco referencial teórico. Cooper, Hall e Trigo (2011, p.138) fazem uma análise um pouco mais aprofundada sobre a geração de empregos por intermédio do turismo e as condições de trabalho. Os autores consideram que, apesar das pequenas empresas dominarem o turismo contemporâneo e engendrarem o desenvolvimento econômico de áreas mais remotas, não levam a sério a gestão de “RH no turismo”. Assim, os mais jovens são afetados com empregos temporários e flexíveis, e a situação ainda é agravada pela falta de sindicatos trabalhistas voltados para o turismo. Como resultados, as condições de trabalho no setor são problemáticas por apresentarem

salários baixos: em vários países, incluindo o Brasil, os trabalhos do setor pagam até 20% menos que o salário médio; horário exigentes e não sociáveis: geralmente se trabalha em feriados, fins de semana e na hora das refeições. Isso pode gerar impactos negativos ao se tentar equilibrar a vida familiar e profissional; pressão emocional: não apenas em termos de prestação de serviços de qualidade e estar sempre sorrindo, mas na postura em locais de trabalho [...] é possível que a pressão nos ambientes do setor de turismo seja de nível particularmente crítico, o que exigirá elaboração, por parte dos funcionários, de estratégias para lidar com as situações; questões de saúde e segurança: por exemplo, cozinhas são lugares propensos a acidentes, e os funcionários enfrentam problemas com segurança ao voltar para casa após trabalhar até tarde da noite. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 140).

Como algumas das soluções para tais problemas, Cooper, Hall e Trigo (2011) pontuam que as empresas precisam desenvolver a mão-de-obra do setor com investimentos em “treinamento e instrução” em que se considere a “polivalência de seus funcionários”, indicando quais as habilidades principais inerentes às diversas funções de trabalho. Além disso, também é preciso inovar com a “formação de novos líderes” e criação de “planos de carreira entre companhias”. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 141). Por fim, concluem que

para que as empresas e os destinos turísticos sejam competitivos, é preciso acolher o novo ambiente do turismo contemporâneo e instruir as equipes de trabalho para lidarem com as mudanças e serem competentes a fim de atender as demandas desses “pós-turistas”. [...]. Também é preciso dar bases sólidas sobre noções de negócios, habilidades sociais e tecnologia. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 141).

Apesar da grande importância em se considerar tais aspectos, sobretudo nas discussões no campo da administração, tal abordagem ainda centraliza o discurso em torno do empresário como agente promotor de melhores condições, o que inclui oferecer “instrução e treinamento” e aproveitamento da “polivalência” dos funcionários. A partir daí os funcionários devem estar aptos para lidar com as constantes mudanças, o que tornará a empresa e o destino competitivos no mercado. Isso nos remete à lógica da competência nas regulações do trabalho, apontada por Dugué como o surgimento de um novo modelo de gestão que tem por cerne “a responsabilização do pessoal em torno da busca da qualidade”. Este modelo atinge desde o recrutamento até a mobilidade dentro da empresa, esta gerada individualmente, enquanto a formação continuada é polarizada sobre o pessoal “em potencial” (2004, p. 25). Para Dugué, esta lógica corresponde às exigências das formas de organização neotaylorista,<sup>78</sup> onde a polivalência “[...] necessita de autores autônomos, capazes de se adaptar a situações novas, de criar as condições necessárias para uma máxima eficácia.” (2004, p. 26).

Cabe aqui relacionar as observações de Dugué ao que afirma Madureira (2000) em sua crítica ao modelo neotaylorista de gestão de recursos humanos. Segundo Madureira,

<sup>78</sup> De acordo com Castro (2009), o modelo neotaylorista é baseado nos princípios de produção em massa e adaptado à nova era de automatização de processos produtivos. Recorre-se à polivalência de funções e alargamento de tarefas, sobretudo, no sentido de não permitir falhas na produção e serviços. Ainda segundo a autora, a perspectiva neotaylorista faz-se notar por um forte protagonismo patronal nos processos de inovação.

A passagem forçada de uma economia de escala para uma economia da flexibilidade não fez com que se alterasse cabalmente a filosofia das classes gestoras. Retificam-se aspectos inerentes à capacidade produtiva no curto prazo, sem que se repense o funcionamento organizacional na sua globalidade. Neste contexto, emprego precário e desemprego adquirem estatuto cativo na nova sociedade. [...] o investimento continua a ser compreendido como um investimento material, e mesmo a educação é concebida como um investimento antes de mais nada quantitativo. [...]. As estruturas de poder persistem em ignorar o homem (e o seu potencial qualitativo) como um recurso escasso e cada vez mais essencial na transformação e na manipulação de todos os outros recursos. O conceito-chave da aprendizagem e do investimento imaterial nas pessoas, cultura, relações, aspirações individuais e coletivas continua num segundo plano de prioridades. (MADUREIRA, 2000, p. 161).

Desse modo, ainda que o turismo faça parte do setor de serviços, é notório o destaque que a lógica da competência tem alcançado nos referenciais sobre modelos de gestão nesta área. É crucial pensarmos no desenvolvimento dessa atividade com vistas ao crescimento econômico, através da geração de empregos e de incentivos à pequenas empresas e empreendedores, principalmente em regiões de menor visibilidade no cenário turístico. Contudo, os princípios que norteiam a formação do trabalhador devem transcender os ideais produtivistas de acumulação flexível, para que o trabalho seja uma das esferas que constituem uma vida cheia de sentido ao trabalhador, e não apenas mera ferramenta de alcance de mais-valia, conforme nos alerta Antunes (2009).

Quando refletimos um pouco mais a respeito das falas dos egressos sobre como percebem a atuação do mercado diante do profissional técnico e dos espaços que lhes são abertos, recordamos o que afirma Braverman, a respeito da concentração de trabalhadores nas ocupações de prestação de serviços com baixos salários, falta de qualificações e “intercambialidade de pessoa e função” (1980, p. 303). A produção de trabalho imaterial (ANTUNES, 2009) gera efeitos úteis que não constituem um objeto vendável, porém, estes próprios efeitos do trabalho transformam-se em mercadoria. Segundo Braverman (1980), quando o trabalhador não oferece o trabalho diretamente ao usuário de seus efeitos, mas, ao invés, vende-o ao capitalista, que o revende no mercado de bens, temos o modo de produção capitalista. Nesse caso, não deve haver distinção entre esses trabalhadores e os trabalhadores do sistema fabril. Como exemplo, Braverman (1980) cita o trabalho das camareiras de hotéis:

As camareiras são assim classificadas nos serviços, mas seus trabalhos não são sempre diferentes, em princípio, dos de muitos trabalhadores fabris no sentido de que adquiriram um resultado tangível. Quando as camareiras em hotéis ou motéis, ou as arrumadeiras em hospitais e outras instituições, arrumam camas, realizam uma operação de montagem que não difere muito das ocupações de montagem das oficinas – fato reconhecido pela gerência quando empreende estudos do movimento e do

tempo de ambos nos mesmos princípios – e o resultado é uma mercadoria tangível. (BRAVERMAN, 1980, p. 305).

Destarte, no mundo do trabalho contemporâneo é cada vez maior a interação entre as atividades chamadas produtivas e improdutivas, fabris e de serviços. Para Antunes (2009, p. 128) o trabalhador é levado a converter-se cada vez mais em “sujeito ativo” da coordenação de diferentes funções da produção. Para os profissionais Técnicos em Hospedagem, destaca-se a exigência do mercado pelo trabalhador que seja “multiuso” e consiga “se virar nos trinta”, conforme termos utilizados por alguns sujeitos da pesquisa. Para Antunes (2009, p. 128), trata-se de uma subjetividade inautêntica, pois a dimensão de subjetividade presente nesse processo de trabalho está tolhida e voltada para a valorização da “autorreprodução” do capital, para a “qualidade” e para o “atendimento ao consumidor”, além de outras tantas formas de representação ideológica, valorativa e simbólica no interior do processo produtivo.

Contrapondo algumas questões aqui apresentadas através dos relatos, nos chamou atenção o fato de que a única opinião favorável ao mercado em relação à forma com que este lida com o profissional técnico, partiu do egresso que trabalha de maneira formal em um meio de hospedagem. Gabriela (26), na segunda fase da coleta de dados, participou de uma entrevista semiestruturada. Conforme observamos no item que trata da metodologia da pesquisa, houve certo desconforto durante as perguntas que exigiam expor sua opinião sobre a formação e principalmente sobre o mercado, possivelmente pelo fato da pesquisadora ter atuado como sua professora durante o curso. Contudo, esta situação não impediu que a egressa respondesse à todas as perguntas propostas.

Sobre a rotina de trabalho, Gabriela (26) descreve que atua frequentemente no setor da recepção, enfatizando: “na ausência do meu patrão, eu tomo conta geral da administração e da governança. Se acaso precisar de ajudar as meninas na limpeza eu ajudo também. Compras, depósitos, qualquer coisa que precisar eu consigo fazer hoje”. Notamos, com base na experiência de Gabriela, que o seu trabalho em situação formal permite uma atuação mais abrangente, envolvendo também funções gerenciais (administração, contas, governança) especialmente na ausência do responsável pela empresa. Isso também se difere, em partes, do que foi relatado pelos demais egressos do sexo feminino.

Quando questionamos acerca de sua visão sobre o reconhecimento das empresas do ramo para com o profissional Técnico em Hospedagem, Gabriela (26) diz que acredita que as empresas ainda dão pouca prioridade aos profissionais com formação, mas considera que a

situação “está avançando aos poucos”. Novamente, indagamos: “De acordo com a sua realidade e experiência, você considera que as empresas reconhecem o profissional técnico da área?” Em resposta, Gabriela (26) confirma: “eu acredito que sim”. Após um breve momento de silêncio, conclui: “mas precisa se dedicar, porque eu acho que o patrão nota o esforço. [...] eu tô sempre buscando, me dedicando mais e mais”. Esta última fala nos leva a observar que, para Gabriela, o reconhecimento enquanto profissional é conquistado a partir de muito esforço e contínua dedicação. Como consequência, o empregador passa a notar o trabalhador e a incumbi-lo de maiores responsabilidades, o que pode ser visto pelo trabalhador como uma oportunidade de crescimento dentro da empresa.

Podemos perceber, a partir do posicionamento de Gabriela (26), certa transferência da responsabilidade para o trabalhador, no que se refere ao reconhecimento do profissional técnico no mercado. Ao compararmos as falas de Gabriela (26) com as dos demais egressos, compreendemos que o mercado – aqui representado pelas empresas do setor – não está suficientemente aberto para acolher o trabalhador com formação técnica, tampouco os espaços ocupados se aproximam do que os egressos se consideram aptos para fazer, principalmente durante os estágios ou no trabalho informal. No entanto, quando há a oportunidade de trabalho formal, como ocorreu com Gabriela, sentir-se reconhecido como profissional é fruto do esforço individual e isso requer necessário tempo para ser notado pelo empregador. Até mesmo quando perguntamos sobre os aprendizados obtidos na vivência prática, esta relação foi enfatizada:

Eu tinha uma visão diferente do trabalho... depois do curso, eu vi que realmente ele nos propõe a melhoria. E por ser técnico, a gente já tem oportunidade no estágio e já consegue emprego. E geralmente o patrão, ele vê, esses empenhos durante o trabalho. E eu acho assim que é bom (GABRIELA, 26)

Novamente, recorremos ao que Antunes (2009) aponta sobre as formas contemporâneas de estranhamento: a necessidade do trabalhador de pensar, agir e propor, levando sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascaradas pela necessidade de atender aos desejos do consumidor.

Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões” (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios”. Nessa fase do capital, caracterizada pelo *desemprego estrutural*, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constringe ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. (ANTUNES, 2009, p. 130, *grifo do autor*).

Tais apontamentos vão *ao* encontro da lógica da competência na relação entre o trabalhador e o mercado, de acordo com o que já foi discutido aqui. Dugué afirma que, no modelo das competências, as evoluções profissionais “são individuais e se libertam de procedimentos coletivos: é o domínio particular de uma competência útil à empresa que permite a promoção”. (2004, p. 27). E vão *de* encontro a ela, quando evidencia sua perspectiva de domínio e controle sobre o trabalhador.

Para além das questões que envolvem a rotina de trabalho e a relação do profissional com o mercado, perguntamos aos sujeitos que participaram do grupo focal e das entrevistas sobre outros aprendizados que consideravam ter obtido na vivência prática. Na fase do grupo focal, a discussão gerada por esta pergunta trouxe à tona outra problemática: o assédio sexual no trabalho. Duas egressas citaram suas experiências: a primeira, Sandra (26), trabalha informalmente em um meio de hospedagem. A segunda, Fernanda (23), fez seu relato a partir da experiência do estágio:

[...] no curso, eu não lembro de ter tido assim uma fala específica sobre isso, sobre assédio à mulher no setor hoteleiro. E é uma coisa que a gente se depara SEMPRE... se depara sempre com homens que te olham diferente, que te olham já com aquele olhar que você percebe. Isso é coisa que a gente não aprende assim, em aula, e eu me deparei com isso já no ambiente de trabalho. Entendeu? Eu tive que aprender ali que quando a pessoa tá te tratando diferente você não foca muito o olhar... e às vezes você fica sem reação, sem saber como agir diante daquela situação. (SANDRA, 26)

A questão da recepção foi o que eu mais tive dificuldade. Tive muita dificuldade na recepção porque eu ficava muito pensando nos acontecimentos, porque falava: ‘ah, se acontecer um caso de assédio com funcionário...’. Teve uma vez que eu passei por isso no hotel, mas graças ao ensino que eu tive em sala de aula eu me saí muito bem. (FERNANDA, 23)

No momento de tais falas, observamos alguns gestos e acenos de concordância entre outras participantes. Latif (2007) destaca que as relações de trabalho são um campo muito favorável para a prática do assédio, seja moral ou sexual. De acordo com o autor, em quase todos os casos de assédio sexual o “sujeito ativo” é o homem, embora a mulher também possa ser. Nada impede, ainda, que os sujeitos “ativo” e “passivo” sejam do mesmo sexo. De qualquer forma, dados fornecidos por diversos organismos internacionais revelam que 99% dos casos de assédio têm como vítima a mulher. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em 2010 que cerca de 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram

assédio sexual de forma verbal, psicológica ou física no ambiente profissional.<sup>79</sup> O documento também destaca os desafios enfrentados pelas mulheres no setor da hotelaria, da restauração e turismo, que representam 60% a 70% da força de trabalho. Ainda segundo a OIT (2013):

Há uma maior tendência para que as mulheres não qualificadas ou semiquilificadas trabalhem em empregos mais vulneráveis, onde estão mais suscetíveis de enfrentarem más condições de trabalho, desigualdade de oportunidades e de tratamento, violência, exploração e *stress* e ainda assédio sexual. (OIT, 2013, s/p)

Alguns autores atentam para o fato de que o hotel possui ainda a peculiaridade de despertar um imaginário sexual, pela própria estrutura física do local que, em geral, contém muitos quartos privativos. Assim, camareiras e recepcionistas são as trabalhadoras que ficam mais vulneráveis a sofrerem assédio e conseqüentemente a se sentirem desamparadas e optarem por outro trabalho. Gilbert *et. al* (1998) aponta que, nesses casos, a ênfase no serviço ao cliente sob a lógica padrão de que “o cliente tem sempre razão” pode sufocar a identidade do trabalhador, gerando grandes conflitos. Apesar do assédio sexual ainda ser pouco denunciado pelas mulheres (LATIF, 2007), nos dias de hoje podemos perceber que o tema é tratado com mais frequência em espaços de discussão, especialmente entre os jovens. Nessa investigação, as egressas se sentiram à vontade para falar sobre o assunto, o que talvez ocorreu por estarem em um momento de reflexão entre pares<sup>80</sup>.

Partindo dos relatos sobre a vivência prática dos egressos, procuramos aprofundar a discussão sobre o processo de formação: como foram as trajetórias, como avaliam o curso e a relação deste com o mundo do trabalho. Por fim, conduzimos a pesquisa para questionamentos sobre as mudanças na vida pessoal e profissional e como estes sujeitos veem o trabalho após esta formação.

<sup>79</sup>Cf. OIT, 2013. Declaração de 08 de março de 2013. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/violencia\\_trabalho\\_8marco\\_2013.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/violencia_trabalho_8marco_2013.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>80</sup> Embora a temática não tenha relação direta com o objetivo desta pesquisa, consideramos ser emergencial a necessidade de estudos voltados a esta problemática. Fizemos uma busca por pesquisas científicas nas plataformas da CAPES e do Google Acadêmico (palavras-chave: “assédio sexual na hotelaria”; “trabalho”, “assédio sexual”, “hotelaria”) e não encontramos estudos sobre o tema nesta área em específico. Diante da constatação, destacamos, nesse aspecto, a região Nordeste e o extremo sul da Bahia, onde o crescimento da presença da mulher nas atividades características do turismo e correlatas é muito significativo, conforme apontam os dados do IPEA (2015).

### 3.2.2. Dos impactos da formação no trabalho e na vida

Quanto à relação com a escola, inicialmente, os dados coletados permitiram identificar os motivos da escolha pela instituição IF Baiano. 78% dos egressos escolheu como principal motivo “boas referências da instituição”. Outras razões consideradas importantes foram o fato de “ser uma instituição pública com curso gratuito” (68%), seguido de “ser a única instituição que ofertava o curso Técnico em Hospedagem” (50%). Quanto à situação de frequência durante o curso, apenas 3% dos respondentes alegaram ter tido dificuldades em frequentar o *campus*, devido aos horários de transporte coletivo ou à necessidade de cuidar da família e filhos. Apesar disto, quase a totalidade (97%) afirma ter conseguido boa frequência às aulas e demais atividades propostas durante o curso.<sup>81</sup>

As principais motivações para ingressar no IF Baiano reforçam a importância de se ter uma instituição federal de Educação Profissional, pública e gratuita, que atenda aos jovens e adultos da região. Existe um número considerável de instituições privadas no município de Teixeira de Freitas que ofertam cursos técnicos e superiores nas diversas áreas, além de um *campus* da Universidade Estadual da Bahia, com cursos de licenciatura, e mais recentemente um *campus* da Universidade Federal do Sul da Bahia, com cursos na área de saúde. A existência do IF Baiano possibilita, assim, o acesso da parcela da comunidade que não tem condições de ingressar no Ensino Superior ou custear uma instituição privada, mas tem a vontade de estudar para obter uma profissão e se inserir no trabalho. Além disso, para aqueles que desejam formação em Turismo, Hospitalidade e Lazer, é a única instituição da região que oferta um curso específico deste eixo tecnológico.

Na segunda fase da coleta dos dados (grupo focal e entrevistas), iniciamos a atividade com algumas questões de “quebra-gelo”. Estas questões foram respondidas pelos egressos na forma escrita, para depois serem socializadas com o grupo. Perguntamos, desta forma, quais momentos marcaram a trajetória de formação no curso Técnico em Hospedagem, e o motivo (ou motivos). Foi interessante constatar que quase todos os sujeitos destacaram os momentos de atividade prática e, em especial, o estágio:

Foram as atividades nos hotéis, o trabalho na feira de negócios e, por fim, o estágio. [...] os hotéis, por serem meu primeiro contato com o ramo, onde pude conhecer todos os setores. A feira, onde tive treinamentos sobre comportamento formal, o qual eu não tinha conhecimento. E o

<sup>81</sup>Os dados sobre os motivos da escolha da instituição e da frequência ao curso foram colhidos na fase do questionário.

estágio foi onde pude vivenciar, aprender e exigir meus direitos e [aplicar] meus conhecimentos e empregar tudo o que foi aprendido em sala de aula. (ZILDA, 34)

Viagens técnicas, trabalhos em grupo e o estágio. [...] porque aprendi a admirar ainda mais o curso, e no estágio o aprendizado foi além das minhas expectativas. (GABRIELA, 23)

O que mais ficou marcado foi o estágio porque tudo que aprendi em sala de aula foi desenvolvido na prática. (KARINA, 20)

Também foram ressaltadas as contribuições das atividades extraclases, de pesquisa e extensão que foram realizadas durante o curso:

Creio que não só um momento específico [...] as matérias e a forma como eram ensinadas fizeram nascer uma vontade de continuar o curso e de querer experimentar cada vez mais aquilo que ele tinha a oferecer. As visitas técnicas, os projetos de pesquisa, os minicursos dentro do próprio curso me incentivaram a progredir e a amar essa área profissional, porque sempre que acontecia um projeto, uma visita ou minicurso era uma injeção de ânimo. As atividades extraclases dão movimento ao curso, fazem com que os estudantes enxerguem de uma forma nova e ampliem sua visão a respeito da área que escolheram. (SANDRA, 26).

Um dos objetivos do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem é “desenvolver conhecimento teórico-prático sobre as técnicas de hospitalidade utilizadas nos diversos meios de hospedagem; valorizar os saberes tácitos na construção dos conhecimentos científicos” (IF Baiano, 2010, p. 06). Por conseguinte, a importância da relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem constitui um dos princípios que fundamentam as DCEPTNM: “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2012b, p. 02). Ao falarem sobre os momentos mais marcantes da trajetória de formação, notamos a evidência dada pelos egressos às atividades práticas que são diretamente relacionadas ao trabalho. Deste modo, entendemos que a busca por assumir o trabalho como princípio educativo na formação profissional interfere de modo especial na vida dos sujeitos durante e após a formação, ainda que esta relação ocorra em meio a percalços.

Referimo-nos dessa maneira porque, apesar de a totalidade dos egressos avaliar bem o curso, alguns problemas foram levantados, dentre os quais o tratamento diferenciado dado pela instituição aos cursos noturnos, comparando-o com maior atenção e divulgação para os demais cursos; a infraestrutura ofertada pelo *campus*; e as divergências entre o curso e a

realidade do mercado local. Vejamos aqui algumas falas que elucidam as duas primeiras questões:

Eu gostei de ter feito o curso, só que eu acho que o curso é muito desvalorizado, inclusive dentro do IF. Eles deixam muito o noturno pra escanteio, tudo deles é mais as outras turmas, né... E a gente fica muito pra escanteio. Se a gente não correr atrás pra poder brigar pelo que a gente quer, eles também não se incomodam muito não. (CARMEN, 46).

[...] a gente não é valorizado e a gente vê isso dentro do próprio mercado. E dentro do próprio IF Baiano eu acho que as pessoas veem isso, tipo: hospedagem nunca vão ser aqueles que vão gerir uma empresa, entendeu? Que um dia vai ter a capacidade de ser dono do próprio hotel, ou de ser gerente do hotel, enfim. Sempre são aqueles que vão estar por baixo, né, então eu sempre percebi isso dos outros alunos, de professores. Tiveram vários professores que a gente sentiu esse... não digo humilhação, porque a gente não passou por nenhuma situação de humilhação pessoal e direta, né? Mas, indiretamente, né, a questão de desvalorizar o curso mesmo. (SANDRA, 26).

Logo que a gente entrou a gente cobrou um laboratório. Se tivesse, a gente aprenderia mais prática dentro do curso. A maioria dessas coisas que a gente aprende dentro do curso a gente vai aprender mesmo na prática. (PAULA, 32).

Alguns egressos usaram como exemplo a divulgação dos cursos diurnos no site e redes sociais do *campus*, além da maior quantidade de servidores e movimentação de atividades e eventos nos turnos matutino e vespertino (CAROL, 26; SANDRA, 26; ZILDA, 34; JULIANA, 23 e CARMEN, 46). Segundo a visão dos egressos, isso se difere da rotina do *campus* no turno noturno, que tem um número muito reduzido de cursos e de servidores. As turmas diurnas do *campus* Teixeira de Freitas são, em sua maioria, da modalidade integrada. Durante a noite, apenas dois cursos subsequentes e um curso de Educação a Distância estão em atividade. Com base nestas colocações, reforçamos o que foi posto no capítulo anterior sobre o lugar da modalidade subsequente na política pública de Educação Profissional. A pouca visibilidade na política se reflete em baixo investimento nos cursos e na infraestrutura das unidades de ensino para esta oferta. Quando se trata de regiões interioranas e, ainda, da escola noturna para jovens e adultos nestas regiões, as discrepâncias são claramente percebidas por estes alunos, que se sentem diretamente prejudicados e com a impressão de que poderiam aprender e aproveitar mais, como foi colocado por alguns dos egressos.

Ainda sobre a prática profissional na formação, as DCEPTNM consideram que esta deve estar continuamente relacionada aos fundamentos científicos e tecnológicos do curso, e orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilite ao educando enfrentar o

desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Além disso, as diretrizes compreendem que a prática na Educação Profissional engloba situações de vivência, aprendizado e trabalho, como

experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras. (BRASIL, 2012b, p. 07)

O Projeto Pedagógico do Curso, no item que trata das instalações, equipamentos e biblioteca disponíveis no *campus* não apresenta laboratório específico de hospedagem, apenas dois laboratórios de áreas relacionadas e também utilizadas no curso, como agroindústria e informática. A ausência de laboratório específico também foi lembrada por outros egressos quando avaliaram o curso. Ao mesmo tempo, as falas nos levam a observar que as outras atividades práticas vivenciadas condizem com o que as DCEPTNM consideram como situações de prática profissional. No entanto, reconhecemos que a ausência de infraestrutura específica para as atividades do curso constitui-se como mais um entrave no processo de contextualização da teoria e prática e da qualidade da formação, de acordo com o que pensam os próprios sujeitos.

Sobre a relação do curso com o mundo do trabalho, a maioria dos investigados analisa que o principal problema é a distância do que é aprendido durante a formação ao que é exigido pelas empresas da região. Como exemplo, foram citadas a organização dos cargos e seus atributos dentro das empresas. Indicamos que esta questão, em específico, foi discutida no tópico anterior. Reiteramos o que alguns egressos observaram nesse sentido, sobre a possibilidade de a formação do Técnico em Hospedagem ser mais próxima à realidade de grandes centros e regiões turísticas mais desenvolvidas. Vale pontuar também o que alguns destes falaram sobre a capacidade de empreender e gerir o próprio negócio no ramo, como parte do aprendizado obtido no curso:

Eu acho que o curso te deixa bem à vontade pra você escolher qual a área que você quer, de governanta até a empresária. (ZILDA, 34).

[...] o curso também é bom na área de abrir um negócio, você consegue adquirindo os conhecimentos lá. Porque aí eu acho que consegue até trabalhar mais rápido. Mas em hotelaria é muito difícil. (JOÃO, 41).

Em concordância com as orientações das DCEPTNM para a organização curricular, especificamente no que considera os fundamentos de “empreendedorismo”,

“cooperativismo”, entre outros (BRASIL, 2012b, p. 05), o Projeto Pedagógico do Curso apresenta a disciplina de Empreendedorismo<sup>82</sup> e objetiva que o estágio possibilite a visão crítica necessária para que o aluno possa empreender. Diante das dificuldades apontadas pela maioria dos egressos para se inserir profissionalmente, nos resta refletir sobre o tratamento racional que é posto às estruturas curriculares com base em competências, eficiência e produtividade também para os cursos subsequentes.

Há que se ter o cuidado com as particularidades deste tipo de oferta e dos seus sujeitos em formação, para que não haja tanta divergência entre o que o aluno aprende e as oportunidades reais no mundo do trabalho. Empreender é importante, ao mesmo tempo em que é necessário que o sujeito seja valorizado enquanto profissional técnico, abrindo-se mais espaços de atuação. Para tanto, as instituições devem estreitar o diálogo com a comunidade, o poder público, o setor privado e todos os demais que são diretamente interessados e beneficiados com a oferta da Educação Profissional.

Todos os egressos que participaram desta pesquisa acreditam que os conhecimentos adquiridos durante o curso lhes auxiliam de alguma forma na relação com o trabalho. Vale lembrar que isso inclui aqueles que estavam atuando em áreas diversas da formação, além dos que não estavam trabalhando na fase da coleta dos dados. Sobre este aspecto, alguns destacaram que após o curso conseguem chegar em uma entrevista de emprego, por exemplo, “sem ter medo de encarar as pessoas” (ELZA, 26) ou que no trabalho atual aprenderam “a ter mais ‘pulso’” (ZILDA, 34), “tratar melhor as pessoas” (JOÃO, 41) ou mesmo “fazer as coisas com mais profissionalismo e dedicação” (FERNANDA, 23), com a ressalva de que o curso “ensinou muita coisa para a vida” (idem)

No caso de Sandra (26) que trabalha na área informalmente, o aprendizado obtido se reflete no desenvolvimento da criticidade no trabalho:

A gente volta pro trabalho com aquele olhar crítico, ne... não tem como não comparar mais com o que a gente aprende no curso. O olhar muda muito, muito, muito, mesmo. Faz toda a diferença você estar ali como um profissional da área. O jeito de tratar as pessoas é diferente, até mesmo o

<sup>82</sup> De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a ementa da disciplina Empreendedorismo compreende: Gestão de micro e pequenas empresas; liderança, negociação e aprimoramento de fundamentos, conceitos e métodos gerais de organização para as relações comportamentais e de sistematização no desenvolvimento de novos negócios; diagramas e fluxogramas e outros instrumentos de trabalho para a reflexão de metas e dos resultados satisfatórios no atendimento ao mercado e suas exigências; autogestão; criação de novas empresas; economia criativa e inovação tecnológica. (IF Baiano, 2010, p. 42-43)

jeito de lidar com o sistema do computador é diferente, entendeu, você tem outro olhar. Por exemplo, sai aquela fichinha da EMBRATUR lá e toda vez que eu olho pra ela eu lembro de tudo que a gente aprendeu sobre o turismo lá no curso.

Gabriela (26), que trabalha formalmente na área, diz que passou a dar mais importância ao trabalho após a formação, no sentido de acreditar ter mais oportunidades para encontrar trabalhos no futuro.

Ou seja, além das aptidões desenvolvidas para atuar especificamente na área, os sujeitos acreditam que a formação técnica promoveu melhorias pessoais que influenciam tanto a vida profissional como a forma com que percebem o mundo ao redor. Sobre esses aspectos, foram também destacados o desenvolvimento de valores sócio culturais, éticos e morais.

Eu aprendi até que para receber qualquer pessoa em minha casa, seja ela quem for, eu tenho que oferecer o meu melhor. (MARCELA, 69).

No sentido de que devemos respeitar e valorizar profissionais que se dedicam para servir o outro. E de ter o máximo de hospitalidade, ética e moral no trabalho. (ELZA, 26).

Para lidar com pessoas, todo e qualquer tipo de preconceito precisa ser eliminado. Cada ser humano traz um mundo dentro de si. Portanto, optar pelo setor de turismo e hospitalidade é entender que, ou no lugar em que estou ou do outro lado do planeta, se torna necessário compreender os 'mundos' que a vida nos apresenta, lapidando nossa maneira de enxergar a realidade e eliminando a mediocridade de nossos pensamentos individualistas. (SANDRA, 26).

Outros egressos observaram que a formação de Técnico em Hospedagem proporcionou ânimo para prosseguir os estudos (ZILDA, 34) e até mesmo uma preparação para lidar com os desafios no ensino superior (CAROL, 26). Percebemos, a partir das colocações da maioria, aprendizagens que envolvem o conhecimento técnico para a profissão, o conhecimento para a vida e até mesmo o despertar para a busca de novos saberes.

De acordo com o que foi apresentado por esses jovens e adultos sobre as principais aspirações para ingresso no curso, bem como para as mudanças na vida pessoal e na relação com o trabalho após a formação, observamos que a escola representa para eles um local de saber mais amplo. Ao contrário do que se poderia esperar, o sujeito que procura um curso técnico subsequente apresenta expectativas que vão além da conquista de um emprego ou aumento salarial. Para Kuenzer (1997) a escola aparece ao trabalhador, dessa forma, como local de apropriação do trabalho voltado também para o desenvolvimento de sua humanidade, a partir do que poderá ter condições de vida mais rica de experiências e significados. Como

consequência, a escola contemporânea passa a ter como função duas tarefas contraditórias, quais sejam,

formar o cidadão, o homem da ‘polis’, sujeito e objeto de direitos, que deverá buscar a ampliação de seus espaços de participação cultural, política e econômica; formar o trabalhador, que exercerá suas funções [...] em postos de trabalho que lhe permitirão reduzida mobilização de suas energias mentais, principalmente às relativas à reflexão e à criatividade. (KUENZER, 1997, p. 122).

Dessa forma o trabalho, assim como a escola, tem dimensões contraditórias, sendo ao mesmo tempo “educativo e deseducador, qualificador e desqualificador” (KUENZER, 1997, p. 123). Para os sujeitos desta pesquisa, a escola permanece como espaço de contradições que envolvem desde diferenças internas entre cursos integrados e subsequentes, entre o turno diurno e o noturno, até a falta de infraestrutura adequada, à equipe reduzida de servidores, entre outros problemas. Ao mesmo tempo, para eles é também o lugar que os auxilia na formação de um novo indivíduo, que se sente mais partícipe da sociedade e mais preparado para enfrentar o mundo do trabalho, apesar das dificuldades que trazem com suas trajetórias ao chegar à escola, que vivenciam também dentro dela e que continuam a surgir no processo de inserção profissional.

Na tentativa de tecer um diálogo entre as questões apresentadas pelos egressos com os princípios da formação humana integral e politécnica, notamos algumas aproximações e distanciamentos. Saviani (1989; 2003) defende a politecnia e a compreende como a superação da profissionalização dos trabalhadores na forma fragmentada e restrita ao trabalho manual, como ocorre na concepção capitalista burguesa. Podemos examinar que a formação dos sujeitos desta pesquisa perpassou, de certa forma, os aspectos manuais e intelectuais do trabalho, de acordo com o que eles mesmos pontuaram. Tal entendimento se baseia em questões importantes que foram observadas a partir dos dados coletados, tais como as aptidões que consideram ter desenvolvido de forma satisfatória, as quais envolvem tanto o desenvolvimento da técnica profissional quanto os princípios da ética, responsabilidade socioeconômica e ambiental; o posicionamento crítico da maioria em relação à realidade do mercado no município e região; a forma com que os sujeitos reconhecem sua profissão; as mudanças proporcionadas individualmente e na relação com o mundo do trabalho, entre outros aspectos.

No entanto, as inquietações apresentadas por esses sujeitos, que são decorrentes tanto das dificuldades estruturais da escola, quanto dos empecilhos encontrados no mercado desde a

fase do estágio, constituem-se como limitações ao desenvolvimento de uma formação politécnica, tal como apontam Saviani (1989; 2003) e Machado (1992). Por exemplo: a falta de recursos e infraestrutura adequada dentro da escola para que a teoria e a prática sejam, de fato, indissociáveis e as disparidades entre a formação e a realidade do trabalho no setor são obstáculos à formação integral dos sujeitos. Além disso, constatou-se, por meio dos egressos, que há pouca abertura aos profissionais técnicos no mercado. Desse modo, não se pode esperar que a formação possibilite ao trabalhador a compreensão dos fundamentos “sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos”, e principalmente científicos que “alicerçam as tecnologias e a contextualização do sistema de produção social” (BRASIL, 2012b, p. 4). Em se tratando ainda de um curso subsequente, com carga horária reduzida, é preciso nos atentarmos aos princípios que defendemos nas políticas públicas e à realidade que ofertamos concretamente a esses jovens e adultos, que mostraram deter de anseios amplos e diversos para com a formação profissional.

Por fim, perguntamos aos egressos o que o trabalho representa para eles. Notamos, no grupo focal, algumas expressões confusas e outras bastante pensativas no momento em que a pergunta foi lançada. De imediato, a maioria respondeu que o trabalho representa “independência financeira” ou “meio de sobrevivência”. A mesma referência foi feita pelos egressos que foram entrevistados, a exemplo de João (41):

O trabalho pra mim representa na verdade uma fonte financeira onde você tem que... se você não trabalhar você não come, não paga suas dívidas. Então trabalho é primordial, é tudo. Se você não trabalha você não tem nada. [...] eu não gosto do meu trabalho, mas eu tenho que trabalhar.

No entanto, outras reflexões sobre as representações do trabalho foram surgindo no decorrer das falas, o que inclui desde a satisfação pessoal quanto o poder de “se sentir útil” e até mesmo o trabalho como forma de socialização do indivíduo:

[representa] a satisfação pessoal. Eu vou ficar com a cara pra cima o dia todo na minha casa? [risos entre o grupo]. Eu tô sem trabalhar, sou aposentada. Mas eu trabalho o dia todo. Quando não acho o que fazer, começo a limpar, vou fazer visita, porque sou coordenadora da pastoral da criança, saio pra comprar as coisas que precisam da pastoral. Tem que ser útil. (MARCELA, 69).

Pra mim o trabalho, além de ser um meio de sobrevivência, é claro, é algo que todos nós temos que ter para se sentir inserido socialmente com as pessoas. Acho que quando a gente tá fora, sem trabalho, a gente se sente inútil. Pelo menos eu me sinto assim. Mas quando você está trabalhando,

you see that it is developing, you are planting something in society. (ELZA, 26).

Gabriela (25) sees work “not only as financial independence”, but also “as the learning that comes from it”. For her, every job is a new opportunity to learn and to teach others what she has learned. Despite the reports about the difficulties encountered in the process of professional insertion, Sandra (26), an informal worker in a hotel, says she finds personal satisfaction in her work:

[work represents] doing something you like. I like staying in the hotel reception, so when I get home from work I don't feel: ‘damn, my day was terrible, it was stressful.’ [...] I like work. For me, work is like a responsibility in life. Everyone has to work, otherwise, you don't survive. [...] when you enjoy work, it's even better. (SANDRA, 26).

We can see, then, that for the subjects of this research, it initially prevails the sense of work as labor that generates salary/income and is a condition of survival. Or, in other words, work as a way of fighting for existence. This conception converges, in a certain way, with the so-called “abstract work” of Marx and that is cited by Gorz (2007), discussed in the previous chapter<sup>83</sup>. In the capitalist society of division of labor and in the permanent situation of structural unemployment, the alienation remains preserved in its essence. For Antunes (2009, p. 130), even though “phenomenically” minimized by the reduction of the separation between production and execution (characteristic of work in the service sector), the subjectivity that emerges in contemporary productive spheres is an expression of an inauthentic and alienated existence, in a relationship of alienation between the worker and what he produces and for whom he produces.

However, the representations of work that were also expressed by the subjects, such as personal satisfaction, learning and socialization, for example, point to a more free and conscious work. According to Antunes (2009), even in the simplest forms of work, a new dialectic between means and ends is born. Through work, the social being produces himself as a human being endowed with self-control and conscious, which is an indispensable path for the realization of freedom.

The subjects of this research, graduates of the Technical Course in Hospitality, in the subsequent stage, when presenting their aspirations for entry into this professional formation,

<sup>83</sup> Cf. pages 51 to 54.

mostraram que existem anseios que vão além da conquista do emprego. A inserção profissional é parte de uma inserção social que se dá pelo trabalho. A busca pelo desenvolvimento pessoal, pelo conhecimento na área do turismo, a vontade de voltar a estudar, entre outras aspirações apresentadas por esses sujeitos, mostra que a educação profissional tem significados mais amplos em suas vidas: ela aponta caminhos para novas possibilidades de atuação e formação, e para maior autonomia no mundo do trabalho e na vida pessoal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar e compreender o processo de inserção profissional dos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas. Entretanto, para se compreender este objetivo inicial foi necessário também identificar os anseios formativos dos referidos sujeitos para ingressar em um curso de nível técnico subsequente e as implicações desta formação profissional em suas vidas e na relação com o trabalho. Isso se justificou pela importância em considerar o ponto de vista dos egressos a respeito do processo de formação e das proximidades e divergências entre a escola e a realidade do mundo do trabalho.

Para alcançarmos tais objetivos, buscamos dialogar com autores que apresentam importantes considerações sobre a educação profissional (FRIGOTTO, 2001; KUENZER, 2002); formação politécnica (MACHADO, 1992; SAVIANI, 1996); e formação profissional de jovens e adultos (DAYRELL, 1992; KUENZER, 1997), sendo estes os princípios norteadores desta pesquisa. Ademais, com o intuito de direcionarmos a discussão para a área específica de formação no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, abordamos os estudos de Trigo (1998), Ansarah (2002) e Cooper, Hall e Trigo (2011). Assim, buscamos relacionar o conceito de formação politécnica ao que estes estudiosos chamam de “educação para o turismo”. Ressaltamos, porém, que o enfoque da discussão sobre educação para o turismo ainda é predominante no Ensino Superior, o que nos alerta para a necessidade de mais estudos e debates sobre a formação técnica dentro deste eixo tecnológico.

As reflexões sobre trabalho também foram essenciais na análise das relações que se estabelecem entre os egressos e o mundo do trabalho durante o estágio ou após a formação técnica. Para estas análises, consideramos os estudos de Gorz (2007), numa breve abordagem sobre a historicidade e as metamorfoses do trabalho, com vistas a introduzir a compreensão do conceito de “mundo do trabalho” proposto por Fígaro (2008). Tal conceito visa representar as inúmeras mudanças nas relações de trabalho, o que envolve as implicações das regulações, técnicas e tecnologias da atividade humana no meio social, cultural, econômico, ambiental e político.

É neste mundo, ampliado, do trabalho, que está inserido o setor de serviços e, conseqüentemente, o setor turístico. Com estruturas cada vez mais flexíveis nos processos e na oferta para a “classe-que-vive-do-trabalho”, cresce a necessidade de um trabalhador cada vez mais “competente”, e responsável por se qualificar para acompanhar as reestruturações do

trabalho, como nos apontam Dugué (2004) e Antunes (2009). A partir daí, refletimos sobre a formação no turismo, sobre a qual alguns autores fazem referência à carência de profissionais qualificados e dotados de diversas capacidades e competências, fruto da expansão do trabalho neste setor. A pesquisa também aponta, nesse sentido, a escassez de estudos sobre o trabalho no turismo do ponto de vista do trabalhador. Alguns dados apresentados (IPEA, 2015; GOMES; SILVA; SILVA, 2002) nos auxiliaram neste quesito. Apesar de serem poucos, foram de grande importância ao chamar a atenção para a situação precária do trabalhador no que diz respeito à renda, à escolaridade e à distinção salarial entre gêneros, sobretudo para aqueles que vivem do trabalho informal na região Nordeste.

Ao aproximarmos o diálogo feito entre os autores que foram referência nesta pesquisa aos resultados obtidos no campo de estudo, constatamos que a EP é, de fato, permeada por contradições que se revelam em necessidades muitas vezes desconhecidas. A percepção de algumas destas necessidades foi o que levou esta pesquisa a investigar um sujeito coletivo, e não isolado. Assim, a metodologia que perpassou a aplicação de questionários, realização de grupo focal e entrevistas buscou encontrar caminhos e indicações que dialogassem com as reais perspectivas destes sujeitos na relação entre trabalho e educação. Cientes de que nem sempre os discursos são fiéis à realidade, tomamos o cuidado de não interpretar os relatos presentes como verdades ou simples descrições das realidades dos egressos. Isso nos permitiu acessar dados relevantes ao problema e objetivos desta pesquisa. Questões importantes emergiram, fornecendo tanto uma melhor compreensão do contexto em que as ações do IF Baiano *campus* Teixeira de Freitas são desenvolvidas, quanto a percepção de alguns pontos que poderão contribuir para o desenvolvimento e qualidade do ensino ofertado aos alunos da modalidade subsequente.

Os alunos da modalidade subsequente do curso Técnico em Hospedagem, no extremo sul da Bahia são, em sua maioria, mulheres. As idades variam entre 18 e 69 anos. Quase a totalidade é oriunda do ensino público, e muitas(os) esperaram até quase dez anos para ingressar no curso e obter a sua primeira formação profissional. Neste momento, apresentam anseios diversos: querem voltar a estudar, por entenderem que a escola é um espaço de experiências diversificadas que proporcionam o desenvolvimento enquanto pessoa e a apropriação de suas vidas, e não somente melhorar o salário ou encontrar um novo emprego. A necessidade de conhecer melhor a área de turismo como meio de contextualizar o conhecimento à realidade da região e se sentir mais inserida(o) na comunidade também merece destaque. Uma considerável parcela é de alunas(os) trabalhadoras(es), que conciliam o

emprego diurno aos estudos durante a noite. Atualmente, poucas(os) trabalham na área de formação, e a maioria de maneira informal.

Apesar de escolherem o IF Baiano, principalmente, pelas boas referências da instituição, deixam clara a necessidade de que a escola seja um espaço um pouco diferente daquele que vivenciaram. As dificuldades durante a formação, que foram expostas pelos sujeitos, também são reflexo da infraestrutura insuficiente de recursos materiais e humanos, principalmente para o turno noturno. O lugar que a modalidade subsequente ocupa nas pautas de discussão política e na comunidade acadêmica, em geral, ainda é insuficiente diante do impacto social que provoca, não só pelo que apontam os sujeitos da pesquisa, como pelo potencial latente que encerra. O resultado é, também, uma oferta que ainda apresenta fragilidades que são percebidas pelos próprios alunos e que influenciam na sua formação e na relação que estabelecem com o trabalho. Relação esta que, para quase todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, se dá de forma controversa diante da formação recebida.

Os egressos se sentem aptos para enfrentar os desafios da profissão técnica no setor da hospedagem e até mesmo preparados para atuar em áreas correlatas ou empreender, conforme nos demonstrou a análise documental que foi feita a partir das respostas obtidas com o Projeto Pedagógico do Curso e as DCNEPTNM. Entretanto, sentem-se desvalorizados dentro da escola por alguns aspectos, estes já mencionados anteriormente e, principalmente, pelas empresas que representam o mercado de hospedagem no município e região. Consideram, assim, que estas não reconhecem o profissional técnico e lhes atribuem funções que pouco permitem mostrar as habilidades que acreditam ter sido desenvolvidas ao longo da formação. Citam o empregador que exige o profissional “multiuso”, e que tenha que “se virar nos trinta” durante o expediente de trabalho. As mulheres atuam em quase todos os setores, o que inclui os serviços gerais e de limpeza. Os homens, em sua maioria, ainda ficam limitados às funções de recepção e vigilância. Como complemento, a remuneração oferecida para estes profissionais é baixa e corresponde aos últimos dados do IPEA (2015) sobre o trabalho no setor: as rendas variam entre um e dois salários mínimos para quem atua na área formalmente e abaixo de um salário mínimo para quem está em trabalho informal.

Antunes (2009), ao caracterizar a “classe-que-vive-do-trabalho” com ênfase no trabalho “improdutivo”, sinaliza que a subjetividade operária exigida ao trabalhador é uma das formas contemporâneas de estranhamento. Contudo, Antunes faz esta observação com destaque aos trabalhadores que estão sujeitos à incorporação na elaboração e execução dos processos de trabalho, nos projetos e discussões de controle de qualidade, entre outros, “na

necessidade de pensar, agir e propor levando sempre em conta os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor” (2009, p. 130). Com relação aos sujeitos desta pesquisa, a situação se difere em partes. Seja pelo mercado local ser constituído, em sua maioria, por empresas de médio e pequeno porte, seja pela falta de reconhecimento e investimento no setor por parte do poder público e privado, como observaram alguns egressos, não houve relatos de atuação profissional em grandes empresas – com exceção de um egresso na fase do estágio. Também não houve relatos de experiências em setores de planejamento, apenas um caso de experiências eventuais com atividades de gestão. Nesse caso, consideramos que o envolvimento desses sujeitos com o mundo do trabalho relaciona-se com uma dimensão ampliada de estranhamento, haja vista os limites que existem nas suas formas de atuação, na maior parte dos casos. A instabilidade cotidiana, os trabalhos temporários e *part time* (com carga horária reduzida), segundo Antunes (2009), são exemplos de fortalecimento da precarização da força de trabalho, que vivencia condições mais desprovidas de direito, na qual a alienação significa a extensão da impotência ao limite. Durante as falas dos egressos, a recorrência ao problema da desvalorização profissional por parte do mercado nos leva a crer que este outro lado, o mercado, também necessita ser investigado. Tal questão não pôde ser contemplada neste estudo, por ausência de tempo hábil para nos aprofundarmos em outros lócus, tendo em vista os objetivos que foram propostos. Contudo, ressaltamos a importância desta abordagem para novas pesquisas sobre o trabalho no setor.

Alguns egressos veem o trabalho, em sua essência, como meio de sobrevivência e suprimento das necessidades mais básicas. Porém, tendo por base outras representações postas sobre o trabalho, como meio de inserção social e de contínuo aprendizado, analisamos que essa situação de reificação encontra na formação profissional uma possibilidade de mudança.

A instituição IF Baiano e o curso Técnico em Hospedagem subsequente possuem, para eles, um significado importante. Identificamos que o processo de inserção profissional se dá em meio à consideráveis dificuldades: primeiro, para se encontrar espaço e, depois, para se adaptar às atividades dentro das empresas, com as quais os egressos, de maneira geral, não se identificam enquanto profissionais técnicos da área. No entanto, todos os sujeitos consideram que a formação proporcionou mudanças significativas para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Valorizam, sobretudo, as atividades práticas e de interação social que tiveram durante o curso. E, apesar dos desafios, quase todos destacam o momento do estágio como um

grande aprendizado. Alguns, após esta formação, se sentem mais preparados para procurar trabalho, outros com mais confiança para continuar os estudos e ingressar no Ensino Superior.

Para quem atua na área, formal ou informalmente, existe ainda o sentimento de crescimento e satisfação pessoal, de desenvolvimento do olhar crítico em relação ao trabalho e ao meio em que vive, de aprender que é importante superar os preconceitos e aceitar as diferenças, entre outros aspectos colocados que consideramos serem fundamentais na formação humana. Apesar dos conflitos, entendemos que a Educação Profissional ou, neste caso, a “Educação para o Turismo” consegue cumprir uma parte importante do seu papel ao ultrapassar o conhecimento técnico, manual, ou o “treinamento”. Representa, também, para estes sujeitos, uma formação que modifica o indivíduo no sentido de ampliar sua visão crítica de mundo e o empoderar acerca de suas capacidades, em paralelo ao que pontuam Saviani (1989) e Machado (1992) sobre os princípios da formação politécnica.

Sem nenhuma pretensão de prescrever quaisquer metodologias de trabalho ao IF Baiano *campus* Teixeira de Freitas, buscamos, a partir das questões assinaladas pelos egressos, oferecer algumas pistas que possam gerar contribuições ao trabalho desenvolvido por esta instituição. As pesquisas bibliográficas que embasaram a problemática desta pesquisa nos fazem perceber que os principais problemas relatados durante a coleta de dados, como a falta de recursos materiais e humanos na instituição, por exemplo, são problemas similares a outras unidades da RFEPCCT, e em especial naquelas que ofertam a modalidade subsequente. Portanto, as considerações finais desta pesquisa visam apresentar alguns desafios, com base nas vivências e percepções apresentadas pelos sujeitos.

Tendo em vista algumas questões pontuais que foram sinalizadas, como a falta de supervisão durante as atividades de estágio e os entraves para conseguir espaço no mercado após a formação, consideramos ser necessário um contínuo aprimoramento das atividades relativas ao estágio dentro da instituição. É possível que isto ocorra através da articulação de professores supervisores que atuem junto às empresas, ou por outros meios de maior aproximação da escola com o estagiário, pois este é um momento muito importante e, por vezes, decisivo na formação. Ademais, outras ações de integração entre a escola e as empresas também são importantes, assim como a concretização do projeto de acompanhamento e monitoramento dos egressos.

Embora tenhamos nos aproximado dos objetivos gerais propostos nesta pesquisa, entendemos que ela não pretende e, tampouco, consegue abarcar todos os desdobramentos

possíveis desta problemática, portanto, as limitações existentes necessitam ser avançadas a partir de novas pesquisas. Trata-se, assim, de investigar a natureza, limites, desafios, potencialidades e aspectos contraditórios das políticas e programas de formação destinados a jovens e adultos. Destacamos, nesse sentido, os cursos técnicos de nível médio do eixo THL, principalmente no Nordeste brasileiro. Outras problemáticas também surgiram no decorrer desta pesquisa, como as diferenças salariais e de funções entre gêneros no setor, além de problemas relacionados à questão do assédio sexual na hotelaria. Destacamos, ainda, o problema da desvalorização do profissional técnico por parte do mercado. Se entendemos que o mercado é peça fundamental no processo de inserção no trabalho, a forma com que as empresas representativas deste setor enxergam e reconhecem o profissional da área torna-se um problema fundamental para ser desvelado a partir de outras investigações.

Entendemos também que, se por um lado, o percurso histórico da EP levou à inclusão de demandas sociais pautadas em uma educação mais crítica, na perspectiva de atender à classe dos que vivem do trabalho (como as categorias da formação humana integral, trabalho como princípio educativo, núcleos politécnicos, entre outras), por outro lado, as demandas do capital que refletem em disputas também no campo da educação estabelecem uma relação conflituosa entre os sujeitos, a formação e o mundo do trabalho. Dessa forma, são estabelecidos objetivos e metas a curto prazo através da expansão da RFEPCT, e isso muitas vezes acarreta no aumento da diversidade e oferta de cursos sem a necessária infraestrutura material e humana para a sua efetiva realização.

Finalmente, retomamos aqui a posição de que são urgentes e necessárias pesquisas sobre a formação profissional de jovens e adultos, em especial na modalidade subsequente, uma vez que as mudanças conceituais e históricas nas políticas públicas da EP afetaram e ainda afetam estruturalmente a qualidade da oferta de ensino nas instituições públicas. Sobre a formação desta modalidade no atual eixo THL, reforçamos a importância de se repensar as formas de oferta com base em discussões, à luz de uma análise crítica, que permita superar os caminhos que reproduzem a histórica desigualdade. Partindo destes aspectos, é possível fortalecer as perspectivas de emancipação dos jovens e adultos, por meio de uma formação profissional que os auxilie na compreensão da realidade e na transformação de vida, para além do simples preparo técnico e instrumental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. de. **Trabalho, educação e a relação com a emancipação humana no contexto do Proeja-PR**. 2015. 250 f. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

ALVES, C. do. R. R. **Educação profissional e absorção no mercado de trabalho: um estudo com egressos do curso técnico em metalurgia do IFMG**. 2012. 215 f. (Dissertação de Mestrado)- Faculdade Mineira de Educação e Cultura - FUMEC. Belo Horizonte, 2012.

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

ALVES, A.J.L; SILVA, S. M. O problema da generidade no pensamento de Marx: do gênero à sociabilidade. **Princípios Revista de filosofia**. Natal, RN, v. 19, n. 31. Jan/Jun de 2012.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANSARAH, M. G. dos R. **Formação e capacitação profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastros das instituições educacionais do Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

ARAÚJO, A. M. C. **Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30**. 1994. 332 f. (Tese de Doutorado) - UNICAMP. São Paulo, 1994.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENI, M. de C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.

BORGES, C. C. R. Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO DA UNESP. **Anais eletrônicos**. Marília: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/03-elia%20Regina%20Congilio.pdf>> Acesso em: 06/06/2017

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:**

documento base. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf).> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 6141 de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm).> Acesso em: 04 jun. 2017

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 9613 de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm).>

Acesso em: 04 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>.> Acesso em: 04 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm).>

Acesso em: 04 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e

2º graus. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.> Acesso em: 04 jun.2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm).> Acesso em: 04 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB Nº 16 de 05 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>.> Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** Turismo e Hospitalidade. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB N° 11 de 09 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192).> Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução 06/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. – SETEC. Brasília, 2012c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. – SETEC. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei N° 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm).> Acesso em: 04 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo/IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS\* e da PNAD\*\* 2013, para o Brasil e regiões**. Brasília, 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. São Paulo, SP: Zahar Editores, 1980.

CARVALHO, M. A. **Educação superior em hotelaria: um exercício de aproximação das Diretrizes Curriculares Brasileiras à realidade do mercado de trabalho em São Paulo**. 2003. 180 f. (Dissertação de Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COELHO, J. E. **A desvinculação dos ensinos médio e técnico na Escola Técnica Federal de Santa Catarina – Unidade Florianópolis, a partir do Decreto 2208/97 (1997-2004)**. 2012. 143 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

COOPER, C; HALL, C. M; TRIGO, L.G.G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2000.

DAYRELL, J. T. Educação do aluno-trabalhador: uma abordagem alternativa. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 15, n. 21, 29 de jun. 1992.

DUGUÉ, E. A lógica da competência: o retorno do passado. In: TOMASI, A. (Org). **Da qualificação à competência: pensando o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados**. Organicom, 2008.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater uma educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, vol 19, n. 01. 2001.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOMES, R. de C da C., SILVA, V. P. da., SILVA, A. B. da. Estado, Turismo e Mercado de Trabalho. **Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, Vol. VI, núm. 119 (129), 1 de ago. 2002.

GONÇALVES, I. A. A formação do sujeito trabalhador na república: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna. In: GONÇALVES, I. A (organizador). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema** / José Silvério Baia Horta. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

IFBAIANO. **Projeto do Curso Técnico de Nível Médio em Hospedagem**. Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Salvador, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Salvador, 2015.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º Grau:** o trabalho como princípio educativo. 3. ed. São Paulo. Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, C. J; JR, J. dos R. S; OLIVEIRA, M. R. N. S. (organizadores). **Trabalho, formação e currículo.** São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, J. Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre; Artmed, 2010.

\_\_\_\_\_. Exclusão excludente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Demerval et al (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3a edição. Campinas, SP: Autores Associados, Histerber, 2002.

LORDELO, J. A. C; DARZANNI, M. V. **Avaliação Educacional:** desatando e reatando os nós. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:  
<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao\\_educacional.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf)> Acesso em: 04 dez. 2017.

MACHADO, L. R. S. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1989.

MADUREIRA, C. A organização neotaylorista do trabalho no fim do século XX. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas.** Lisboa, n. 32, 2000. Disponível em:  
<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087365292000000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292000000100009&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 30 nov. 2017

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Tradução Newton Ramos de Oliveira. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007. Disponível em:  
<[http://www.histedbr.unir.br/downloads/3808\\_manacorda.\\_marx\\_e\\_a\\_pedagogia\\_moderna.pdf](http://www.histedbr.unir.br/downloads/3808_manacorda._marx_e_a_pedagogia_moderna.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2016.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MEIRA, C. M. AMORIM, M. L. **Cursos técnicos em turismo no contexto sócio histórico da educação profissional**: concepções e significados. UFTPR, 2012. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/cursos\\_tecnicos\\_em\\_turismo.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/cursos_tecnicos_em_turismo.pdf)> Acesso em: 02/06/2017.

MINAYO, M. C. de L. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, C. R. do. **Um estudo sobre emprego e trabalho com egressos do Colégio Técnico Industrial vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, no período de governo Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (2015-2012)**. 2014. 199 f. (Dissertação de Mestrado) UFSM, Santa Maria, 2014.

NOGUEIRA, M. de L. C. **Formação Profissional e emprego**: caso das egressas do curso técnico em vestuário do CEFET/MG campus Divinópolis. 2010. 80 f. (Dissertação de Mestrado) – PUC, São Paulo, 2010.

PEREIRA, A. I. S. B. **Análise do processo de integração ao mundo do trabalho dos alunos egressos de curso técnico, sob a perspectiva de valores pessoais construídos a partir da realidade percebida**. 2014. 190 f. (Dissertação de Mestrado) – UESL, São Leopoldo, 2014.

QUEIROZ, A. C. G. de. **Proeja**: egressos do curso técnico em metalurgia do IFES *campus* Vitória e sua inserção no mundo do trabalho. 2013. 161 f. (Dissertação de Mestrado) – UFES, Vitória, 2013.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, set de 2002, p. 401-422. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 07 jun. 2017.

RICHARDSON, R. J.; **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, C. H. V. **A condição de empregabilidade de egressos do curso Técnico de Administração do Colégio Universitário/UFMA**. 2015. 129 f. (Dissertação de Mestrado) - UFMA, São Luiz, 2015.

SANTOS FILHO, J. dos. Embratur omite verdade sobre a história do turismo: faz leitura “politicista” dos fatos. **Observatório de Turismo do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008.

Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/turismo24.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2017.

SANTOS, L. L. dos. **O impacto da empregabilidade e da qualidade de egressos do curso técnico em mecânica do IFAM/ICMC no polo industrial de Manaus.** 2013. 122 f. (Dissertação de Mestrado) - UFAM, Manaus, 2013.

SANTOS, M. C. Uma análise introdutória sobre a LDB e sua relação com o Neoliberalismo. In: CASTRO, A. M. D. A; STAMATTO, M. I. S. (Organizadoras). **A gestão da educação brasileira: políticas e programas.** EDUFRN/ UFRN, 2015.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso. **Novas tecnologias, trabalho e educação.** Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. O choque teórico da politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1. Mar de 2003.

SILVA, E. R. da. **O egresso do curso técnico em enfermagem: formação profissional e a inserção no mundo do trabalho.** 2015. 223 f. (Tese de Doutorado) - UFSC, Florianópolis, 2015.

SIMEAO, D. F. **Formação técnica em hotelaria: perfis e estratégias de formação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso.** 2008. 133 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2008.

SOARES, M. L. da. S. **O mercado profissional do turismo e os egressos do curso técnico em eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/campus Belém.** 2012. 164 f. (Dissertação de Mestrado) - UNB, Brasília, 2012.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VIANA, N. M. A. A Formação Profissional nos Cursos Técnicos Subsequentes: o caso do Curso Técnico Subsequente de Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS. 4, 2012. **Anais**. Muzambinho: IFSSULDEMINAS, 2012. Disponível em: <<https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcmuz/jcmuz/paper/view/2074/0>> Acesso em: 13 dez. 2016.

WINCKLER, C. R. SANTAGADA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Revista Indicadores Econômicos**. FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012.

ZANETTI, M. A. **Política educacional e LDB**: algumas reflexões. Planta Rei; São Paulo, 1997.

ZIBAS D. M. L. Breves anotações sobre o ensino médio no Brasil e a reforma de 1990. In: Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP (org.). **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS**

Rodovia BR 101, Km 882, s/n, CEP. 45.995-970 - Caixa Postal 66  
(73) 3665 -1031 – gabinete@teixeira.ifbaiano.edu.br

### CARTA DE ANUÊNCIA

Pelo presente documento, a Diretoria Acadêmica do IFBaiano, *campus* Teixeira de Freitas, autoriza a pesquisadora Aline Passos Araujo a desenvolver o seu projeto de pesquisa “*Inserção de egressos do ensino técnico subsequente no mundo do trabalho: um olhar a partir da formação profissional em hospedagem*”, do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, que está sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão e coorientação do Prof. Dr. Ailton Vítor Guimarães.

O projeto tem como objetivo geral: viabilizar a compreensão acerca das dificuldades ou facilidades encontradas pelos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do *campus* Teixeira de Freitas, no processo de inserção profissional, considerando os anseios sobre a formação e suas implicações na relação destes sujeitos com o mundo do trabalho. E como objetivos específicos: identificar os egressos do referido curso, considerando sua atual relação com o mundo do trabalho e as dificuldades e/ou facilidades encontradas no seu processo de inserção profissional; identificar quais as motivações para o ingresso dos alunos em curso técnico subsequente da área de Hospedagem; caracterizar, do ponto de vista do egresso, como o setor representativo do mercado local se relaciona com o profissional formado na área; caracterizar, do ponto de vista do egresso, as relações que se estabelecem entre a escola e o mundo do trabalho no processo de formação profissional e analisar, a partir do objeto investigado, quais as implicações desta formação na vida dos sujeitos e na sua relação com o mundo do trabalho.

A presente autorização está condicionada ao cumprimento, por parte da pesquisadora, dos princípios de sigilo e de privacidade, caracterizados na utilização dos dados e dos materiais coletados, exclusivamente, para os fins da pesquisa.

Teixeira de Freitas, 20/04/2014

  
**Genilson de Souza Lima**  
 Diretoria Acadêmica  
 In. 010 - Campus Teixeira de Freitas  
 Diretoria Acadêmica  
 Port. 645 de 12/01/2014 - DCEB/Lima  
 Siqueira, 1005

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, da pesquisa “*Inserção de egressos do ensino técnico subsequente no mundo do trabalho: um olhar a partir da formação em Hospedagem*”. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, assine ao final deste documento nas suas duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

Assumimos a responsabilidade e o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados que serão coletados, preservando integralmente o anonimato dos sujeitos da pesquisa e a garantia de que as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos, podendo o(a) senhor(a) ter acesso a elas e realizar qualquer modificação no seu conteúdo, se julgar necessário, bem como solicitar qualquer esclarecimento às dúvidas que possam surgir. O(a) senhor(a) poderá recusar sua participação, ou mesmo seu desligamento, em qualquer fase desta pesquisa, sem que isso implique em danos pessoais.

A sua participação não implicará em nenhum tipo de premiação, remuneração ou benefício direto, constituindo um benefício indireto a divulgação dos resultados da pesquisa. Sua participação também não implicará em nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa. Serão feitas perguntas previstas em um roteiro de entrevista e suas respostas serão gravadas e depois transcritas, constituindo-se em dados de pesquisa. Nesse processo, um ou outro constrangimento é um risco passível de ocorrência, amenizado, no entanto, não só por meio do anonimato das informações pessoais e dos dados coletados, como também pela dinâmica e metodologia empregadas no processo.

Como pesquisadora responsável pelo estudo, assumo toda e qualquer responsabilidade decorrente dos procedimentos de pesquisa, garantindo-lhe que as condições acima referidas serão, rigorosamente, cumpridas.

Outras informações sobre a pesquisa:

(a) TÍTULO DO PROJETO: “*Inserção de egressos do ensino técnico subsequente no mundo do trabalho: o caso do curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano – campus Teixeira de Freitas.*”

(b) OBJETIVO GERAL: Viabilizar a compreensão acerca das dificuldades ou facilidades encontradas pelos egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano - campus Teixeira de Freitas, no processo de inserção profissional, considerando os anseios sobre a formação e suas implicações na relação destes sujeitos com o mundo do trabalho.

(c) OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (1) Identificar os egressos do Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano - campus Teixeira de Freitas, considerando sua atual relação com o mundo do trabalho e as dificuldades e/ou facilidades encontradas no seu processo de inserção profissional; (2) Identificar quais as motivações para o ingresso dos alunos em curso técnico subsequente da área de Hospedagem; (3) Caracterizar, do ponto de vista do egresso, como o setor representativo do mercado local se

relaciona com o profissional formado pelo Curso Técnico em Hospedagem do IF Baiano - campus Teixeira de Freitas; (4) Caracterizar, do ponto de vista do egresso, as relações que se estabelecem entre a escola e o mundo do trabalho no processo de formação profissional; (5) Analisar, a partir do objeto investigado, quais as implicações desta formação na vida dos sujeitos e na sua relação com o mundo do trabalho.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão

Coorientação: Prof. Dr. Ailton Vítor Guimarães

Pesquisadora: Aline Passos Araujo - Telefone para Contato: (73) 99136 5011.

E-mail: aline\_turismo@yahoo.com.br

---

Aline Passos Araujo (Pesquisadora)

Declaro, em acordo com as condições indicadas neste TCLE, a minha concordância em participar desta pesquisa:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Caro(a) ex-aluno(a),

Peço, por gentileza, sua colaboração para responder ao questionário abaixo sobre seu processo de inserção no mundo do trabalho, que faz parte da pesquisa de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Obrigada. Aline Passos Araujo.

### IDENTIFICAÇÃO (seu nome será preservado e não aparecerá na pesquisa)

Nome:

- |  |  |
|--|--|
| <p><b>1. Gênero:</b></p> <p>Masculino ( )</p> <p>Feminino ( )</p> <p>Outro ( ) : _____</p>   | <p><b>6. Natureza da formação no ENSINO MÉDIO:</b></p> <p>Pública</p> <p>Privada</p> <p>Pública e privada</p> <p>Outra _____</p>   |
| <p><b>2. Idade:</b></p>  | <p><b>7. Possuía alguma outra formação profissional antes de ingressar no curso técnico em hospedagem?</b></p> <p>Sim</p> <p>Não</p> <p>(Se sim, especificar o nível da formação - superior/técnico: especificar a área _____)</p> |
| <p><b>3. Estado civil:</b></p> <p>Solteiro(a)</p> <p>Casado(a)</p> <p>União estável / amasiado(a)</p> <p>Divorciado(a) / Separado(a)</p> <p>Viúvo(a)</p> | <p><b>8. Ano em que INGRESSOU no curso técnico em hospedagem:</b></p> <p>2011</p> <p>2012</p> <p>2013</p> <p>2014</p> <p>2015</p> <p>2016</p>  |
| <p><b>4. Você possui dependentes?</b></p> <p>Sim (quantos) _____</p> <p>Não</p>  |  |
| <p><b>5. Ano em que concluiu o ENSINO MÉDIO:</b></p> <p>_____</p>  |  |

### RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

- 9. Você trabalhava antes de iniciar o curso Técnico em Hospedagem?**
- Sim / Não

**10.1** Se respondeu **sim** na questão anterior, em que área você atuava? \_\_\_\_\_

**10.** Atualmente, qual sua situação de trabalho?

Trabalhando na área em que me formei(hospedagem)

Trabalhando fora da área em que me formei (citar:\_\_\_\_\_)

Trabalhando e estudando (área de trabalho: \_\_\_\_\_ área do estudo:\_\_\_\_\_)

Estudando (nível: técnico / superior) área:\_\_\_\_\_

Não estou trabalhando nem estudando

**11.** Se, na questão anterior, **you answered that you are working**, respond to these questions:

## 12.1 Qual a sua renda mensal?

Abaixo de 1 salário mínimo

Entre 1 e 2 salários mínimos

Entre 3 e 4 salários mínimos

Acima de 4 salários mínimos

## 12.2 Qual seu vínculo com a empresa/instituição em que trabalha?

Empregado com carteira assinada

Empregado sem carteira assinada

Funcionário Público concursado

Em contrato temporário

Estagiário

Proprietário da empresa/negócio

## 12.3 Faz parte de algum sindicato?

Sim / Não

## 12.4 Qual seu nível de satisfação com o atual trabalho?

Insatisfeito

Pouco satisfeito

Satisfeito

Muito satisfeito

12.4.1 Quanto ao nível de satisfação assinalado por você, cite as principais razões para esta escolha: \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO INSTITUIÇÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Para as próximas questões (13 e 14), por ordem de prioridade: 0 \_ irrelevante

1 – pouco importante

2 – importante

3 – muito importante

Qual foi sua maior motivação para ingressar no Curso Técnico em Hospedagem? Marque

Ingressar no mercado de trabalho de forma mais rápida ( 0 – 1 – 2 – 3)

Melhorar meu salário ( 0 – 1 – 2 – 3)

Vontade de adquirir maior conhecimento nesta área e exercer a profissão ( 0 – 1 – 2 – 3)

Vontade de voltar a estudar ( 0 – 1 – 2 – 3)

Incentivo da família/amigos ( 0 – 1 – 2 – 3)

Outro: \_\_\_\_\_

**12.** Por que escolheu o IF Baiano para fazer este curso?

Boas referências da Instituição ( 0 – 1 – 2 – 3)

Facilidade de acesso (próximo à residência/trabalho) ( 0 – 1 – 2 – 3 )

É uma instituição pública com curso gratuito ( 0 – 1 – 2 – 3 )

Era a única que ofertava este curso ( 0 – 1 – 2 – 3)

Outro: \_\_\_\_\_

Nas questões 15, 16 (para quem respondeu “não”), assinalar por ordem de prioridade:

0 – não houve influência

1 - pouca influência

2 – influenciou consideravelmente

3 – muita influência

**13.** Durante o curso, você conseguiu ter uma boa frequência às aulas/demais atividades?

Sim / Não

**15.1** Se respondeu não na questão anterior, porquê?

Horário de trabalho (0 - 1 - 2 - 3)

Horário do transporte coletivo (0 - 1 - 2 - 3)

Problemas de saúde (0 - 1 - 2 - 3)

Cuidar da família/ filhos (0 - 1 - 2 - 3)

Residir em outra cidade (0 - 1 - 2 - 3)

Algum outro motivo importante: \_\_\_\_\_

**14.** Você teve facilidade para conseguir estágio?

Sim / Não

**16.1** Se respondeu não na questão anterior, porquê?

Falta de incentivo/apoio da instituição (0 - 1 - 2 - 3)

Pouca disponibilidade de vagas nas empresas (0 - 1 - 2 - 3)

Dificuldade em conciliar o trabalho com o estágio (0 - 1 - 2 - 3)

Desinteresse das empresas em acolher o estagiário (0 - 1 - 2 - 3)

Dificuldade em cumprir a carga horária estabelecida para o estágio (0 - 1 - 2 - 3)

Algum outro motivo importante: \_\_\_\_\_

**15.** Durante o seu estágio, sentiu dificuldade em aplicar os conteúdos trabalhados no curso?

Sim / Não

**17.1** Se respondeu sim na questão anterior, comente sobre as suas dificuldades:

**16.** Tipo de empresa em que atuou no estágio:

Hotelaria

Recreação e Lazer

Alimentos e Bebidas

Outros: \_\_\_\_\_

Eventos

**17.** Você já teve a oportunidade de atuar na área de turismo/hospedagem, antes ou após o período de curso/estágio?

Sim / Não

**19.1** Se respondeu sim na questão anterior: Tipo de empresa em que atuou: (marcar quantas opções forem necessárias)

Hotelaria

Eventos

Outros:

Alimentos e Bebidas

Recreação e Lazer

\_\_\_\_\_

Ao atuar nesta área, quais as principais atividades desenvolvidas por você?

**18.** Como você avalia o seu nível de aptidão (conhecimento, habilidade) para desempenhar as seguintes atividades, após a sua formação neste curso? (de 0 a 3, respectivamente: não me sinto apto / me sinto pouco apto / me sinto muito apto)

21.1 Realizar atividades de recepção e reserva (0 1 2 3)

21.2 Realizar atividades de governança (0 1 2 3)

21.3 Realizar atividades de mensageria e *concierge* (0 1 2 3)

21.4 Supervisionar a manutenção dos equipamentos (0 1 2 3)

21.5 Executar serviços de atendimento e suporte aos clientes. (0 1 2 3 4)

21.6 Aplicar os princípios da responsabilidade socioeconômica e ambiental no setor de hospedagem. (0 1 2 3 4)

21.7 Aplicar princípios éticos e críticos em sociedade e diante das relações de trabalho. (0 1 2 3 4)

21.8 Gerir empresas hoteleiras e extra-hoteleiras. (0 1 2 3 4)

21.9 Realizar consultorias nas empresas de hospedagem, gastronomia e nas áreas relacionadas à hospitalidade. (0 1 2 3 4)

21.1.1 Você considera ter desenvolvido outras aptidões no curso? (Sim / Não) Se marcou sim: Quais? \_\_\_\_\_

- 19.** Na sua opinião, os conhecimentos adquiridos na formação técnica em hospedagem lhe auxiliam de alguma forma na relação com o seu trabalho atual (seja ele dentro ou fora da área)? Comente.
- 20.** Fazer o curso técnico em hospedagem subsequente mudou de alguma forma a sua maneira de perceber o mundo ao seu redor? Se sim, em que sentido?

## APÊNDICE D - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### PRIMEIRO MOMENTO (“quebra-gelo”):

1. Quais eram minhas expectativas quando escolhi o curso Técnico em Hospedagem?
2. Quais momentos marcaram minha trajetória de formação no curso Técnico em Hospedagem?
3. Por que esses momentos marcaram?

### SEGUNDO MOMENTO:

1. Como você avalia o curso?
2. Ao atuar em uma empresa do mercado turístico/hoteleiro, você sente/sentiu que o curso mais se aproxima ou se distancia da realidade do trabalho? Por quê?
3. Quais as principais atividades? Como era a rotina de trabalho?
4. Na sua opinião, as empresas do ramo reconhecem o papel do profissional técnico?
5. Que outros aprendizados você obteve na vivência prática nesta área?
6. Você considera que houve mudanças na sua relação com o trabalho, após esta formação? Quais destacaria?
7. Quais mudanças o curso trouxe para a sua vida profissional e pessoal?
8. O que é trabalho para você? O que o trabalho representa para você?

